

ISSN 1807 - 2038

faculdade
BAGZOZI

Escritos

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS



Vol. 11 - Nº02 - Julho / Dezembro / 2015

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

Escritos – Revista de Ciências Humanas

ISSN: 1807-2038

Editoração:

Capa / Cover: Priory Comunicação

Planejamento Gráfico / Graphic Designer: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Revisão / Revision: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Bibliotecária / Librarian: Íris Labonde

As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.
All articles are full responsibility of their authors.

Solicita-se permuta / *Se solicita el intercambio / Exchange is request / Se sollicite échange /
Lo scambio è chiesto.*

Catálogo na fonte

Escritos – Revista de Ciências Humanas / Grupo Educacional Padre João Bagozzi – v. 11, n. 2 (jul/dez. 2015) - Curitiba: Editora Bagozzi, 2015.

Semestral
ISSN 1807-2038

1. Filosofia – Ciências Humanas. Faculdade Padre João Bagozzi – Núcleo de Inovação Pesquisa e Extensão.

CDD 100

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Faculdade Padre João Bagozzi

Superintendente / Superintendent

Pe. Sérgio José de Sousa, osj

Diretor Geral / Director General

Prof. Douglas Oliani

Comissão Editorial / Executive Commite

Pe. Ms. Alberto Santiago, osj.
Prof. Dr. Almir Sandro Rodrigues
Prof. Ms. Humberto Silvano Herrera Contreras

Conselho Científico

Prof. Dr. Delcio Junkes – UFPR
Prof. Dr. Osmar Ponchirolli – FAE
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – IFPR
Prof. Dr. Geysongley Germinari – UNICENTRO
Prof. Denilson Aparecido Rossi – ITECNE
Prof. Ms. Mauro Negro, osj – PUCSP
Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro - UNINTER
Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves – UFPR
Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Escorsim – UNIBRASIL
Prof. Dr. Gaspar Collet Pereira – FACEAR
Prof. Dr. Edson Pedro Ferlin – SPEI
Prof^a. Dr^a. Nara Luz Chierighini Salamunes – BAGOZZI e Prefeitura Municipal de Curitiba
Prof^a. Dr^a. Claudia Cristina Lopes Machado – Universidade POSITIVO
Prof^a. Dr^a. Ana Marise Auer - BAGOZZI
Prof. Dr. Guido Maria Miglietta, osj – Universidade Católica de Roma
Prof. Dr. Tarcisio Stramare, osj – Pontificia Università Urbaniana (Roma)

Todos os direitos reservados à Faculdade Padre João Bagozzi.
A reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo,
sem a citação da fonte, constitui crime.

Correspondência e Assinatura / *Letters and subscription*

Faculdade Padre João Bagozzi
Escritos – Revista de Ciências Humanas
Rua Caetano Marchesini, 952
Portão – Curitiba – Paraná
CEP.: 81070-110
E-mail: escritos@faculdadebagozzi.edu.br

Copyright 2008
Congregação dos Oblatos de São José
Rua João Bettega, 796
Portão – Curitiba – Paraná
Tel.: (41) 3521-2727

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

SUMÁRIO

Editorial	7
Uma crítica à economia solidária: do materialismo histórico para a teoria da ação	9
<i>André A. Michelato Ghizelini</i>	
Organizações solidárias e comunidades tradicionais: promovendo o turismo comunitário e o desenvolvimento sustentável.....	20
<i>Isabel Jurema Grimm</i>	
<i>Carlos Alberto Cioce Sampaio</i>	
O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza no Brasil	31
<i>Joana D'Arc Vaz</i>	
A questão indígena na construção da notícia: um olhar sobre a realidade amazônica	41
<i>Elisangela Dias Barbosa</i>	
Empresas de economia solidária, empreendedorismo social e capitalismo: uma abordagem crítica	55
<i>Ademir Moreira Bueno</i>	
<i>Aline Mara Gumz Eberspacher</i>	
<i>Elizeu Barroso Alves</i>	
<i>Vanessa Estela Kotovicz Rolon</i>	
<i>Memória e consciência em Paul Ricouer: uma proposta ética e fenomenológica</i>	69
<i>Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira</i>	
Sobre a Revista Escritos.....	79

EDITORIAL

A **Escritos – Revista de Ciências Humanas**, publicação da Faculdade Padre João Bagozzi, tem por meta organizar um espaço para o debate entre as várias áreas das Humanidades e a análise multidisciplinar dos diversos campos do conhecimento. Essa multiplicidade de leituras e reflexões permite a construção de diálogos entre os potenciais e limites da ciência, em suas interfaces com a realidade. A Revista Escritos abre espaço para essas múltiplas leituras.

Começamos essa edição com o trabalho *“Uma crítica à Economia Solidária: do Materialismo Histórico para a Teoria da Ação”*, de André A. Michelato Ghizelini. O presente artigo “tem como objetivo realizar uma leitura crítica na perspectiva de desvendar o pensamento que fundamenta a economia solidária no Brasil, a partir das categorias de análise marxiana da totalidade, materialismo e mercadoria, demonstrando que as bases desta economia, que se diz solidária, está profundamente atrelada a Teoria da Ação”.

Seguimos com o trabalho de Isabel Jurema Grimm e Carlos Alberto Cioce Sampaio, intitulado *“Organização solidária e comunidades tradicionais: promovendo o turismo comunitário e o desenvolvimento sustentável”*. Este artigo apresenta a seguinte questão central: “comunidades tradicionais podem promover o turismo comunitário e o desenvolvimento territorial sustentável, não só atuando no processo de incubação de microempreendimentos, mas busca do fortalecimento do sentido de comunidade?”.

Depois, Joana D’Arc Vaz apresenta seu trabalho *“O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza no Brasil”*. Este artigo tem como objetivo “compreender as relações entre a política social e, no seu interior, a educacional, a política de combate à pobreza no Brasil, suas articulações com as diretrizes do Banco Mundial e as questões econômicas”. E, também, vislumbra “aprofundar uma análise com base na concepção materialista-histórica, prisma que permitiu compreender seu papel na sociedade capitalista periférica”.

Na sequência, o artigo *“A questão indígena na construção da notícia: um olhar sobre a realidade amazônica”*, de Elisângela Dias Barbosa. A presente pesquisa trabalha com o seguinte questionamento: “Considerando os povos indígenas uma minoria social e o discurso midiático como discurso das elites capaz de agir na opinião pública e de alimentar estereótipos e racismo, qual o tratamento dado aos povos indígenas na mídia escrita *Folha de Boa Vista*?”.

Continuamos com o trabalho *“Empresas de Economia Solidária, empreendedorismo social e capitalismo: uma abordagem crítica”*, de Ademir Moreira Bueno, Aline Mara Gumz Eberspacher, Elizeu Barroso Alves e Vanessa Estela Kotovicz Rolon. Este artigo realiza “uma revisão na literatura sobre as Empresas de Economia Solidária (EES), sua paridade com o Empreendedorismo Social, isso diante dos desafios de se manter como uma via oposta ao sistema capitalista, onde almeja se contrapor às empresas de cunho *management*, principalmente diante de uma economia em crise”. E tem como pergunta central: “como está estruturada a literatura sobre a temática das EES, seu alinhamento no viés do empreendedor social diante do sistema dominante de mercado nos últimos 15 anos?”.

Por fim, o artigo *“Memória e Consciência em Paul Ricouer: uma proposta ética e fenomenológica”*, de Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira. Este trabalho tem por objetivo “apresentar um aspecto da fenomenologia e hermenêutica em Paul Ricouer a partir da constituição da memória e da consciência, numa relação com a visão contemporânea nos marcos de uma nova sociedade humanista e precha de novos valores”. E define como questão central: “Como se constitui a memória e a consciência no pensamento de Paul Ricouer e de que modo estas categorias apresentam uma proposta ética e fenomenológica?”.

Agradecemos a todos os autores que nos contemplaram com seus artigos, esperando que em breve possamos nos encontrar novamente.

Desejando uma boa leitura, esperamos, com mais esta edição de **Escritos - Revista de Ciências Humanas**, da Faculdade Padre João Bagozzi, atingir nosso objetivo de educar para a fraternidade.

Corpo Editorial

REFLEXÕES UMA CRÍTICA À ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO MATERIALISMO HISTÓRICO PARA A TEORIA DA AÇÃO

André A. Michelato Ghizelini¹

RESUMO

A economia solidária tem se transformado num referencial importante para grupos e coletividades que pretensamente se colocam como articuladores e produtores de um novo formato organizativo e de produção para além do capitalismo. Fundado a partir do marxismo, autores como Singer, Arruda e Gaiger defendem uma economia solidária que reorganizará e se coloca como alternativa ao capitalismo moderno. Um movimento silencioso e de baixo para cima, que a partir de um processo de “conscientização”, empodere os sujeitos enquanto produtores de sua própria realidade. Desta forma, este artigo tem como objetivo realizar uma leitura crítica na perspectiva de desvendar o pensamento que fundamenta a economia solidária no Brasil, a partir das categorias de análise marxiana da totalidade, materialismo e mercadoria, demonstrando que as bases desta economia, que se diz solidária, está profundamente atrelada a Teoria da Ação.

Palavras-chave: Economia Solidária. Pensamento Crítico. Teoria da Ação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma crítica em relação a suposta sustentação marxista que os autores brasileiros realizaram para fundar a noção de economia solidária, em que realizam zigue-zagues teórico-conceituais para conseguir produzir justificações que lhes garantam certa “legitimidade” para viabilizar um cenário de re-construção de um mercado de trabalho ou caminhos para a transição socialista. Muitas vezes falseadas por argumentos que

¹ Docente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em Sociologia (PPGS/UFPR).

buscam tão somente viabilizar um projeto fundado na ideia de remontar as formas de organização do trabalho dentro das relações sociais de produção capitalista.

Inicialmente organizada e pensada a partir de iniciativas de grupos e coletividades com o suporte de pensadores e intelectuais de universidades brasileiras, a economia solidária passou a fazer parte do dia a dia de setores importantes da sociedade brasileira, a partir de meados da década de 90 do século passado.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO E USO DO CONCEITO E DA PRÁTICA

Grupos de catadores de material reciclável, agricultores de base familiar, artesãos, populações tradicionais, entre outros, passaram a desenvolver ações e estratégias econômicas que pudessem, hipoteticamente, “repensar, reorganizar, reorientar” o capitalismo, pois fundada a partir dos princípios do associativismo, do cooperativismo, a economia solidária tem como pressuposto estabelecer, inicialmente, novas formas de sociabilidade entre os trabalhadores.

Segundo Paul Singer (SINGER, 2007, p. 289), economia solidária é

[...] um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Um dos principais expoentes do debate sobre economia solidária no Brasil, o autor apresenta de forma objetiva quais são os elementos principais para compreender o que é e quais as dimensões que norteiam a sua proposta no que vem a ser esta outra forma de economia, que passa a ser denominada de economia solidária. Para tanto, esta forma de economia terá, segundo o autor, algumas dimensões que a fazem se distanciar e se diferenciar da economia organizada pelo capital. Dentre estas dimensões vale destacar a liberdade, a coletividade, a autogestão, a participação e a democracia, que segundo Singer, estas dimensões se colocam enquanto condições fundantes para compreender e produzir esta solidariedade econômica da qual defende.

Assim como na definição de Singer (2003), autores como Gaiger (2003) e Arruda (2000), que estiveram organizando a noção de economia solidária enquanto uma alternativa ao modo de produção capitalista, defendem a ideia de que esta outra forma de economia dará as condições para que o capital se reconstitua internamente a partir de outras bases e pressupostos. No entanto, se fundamentam a partir de bases marxistas para sua análise do capitalismo moderno, uma contradição em si mesmo, pois afirmam que as noções de totalidade, materialismo e propriedade privada estariam sob juízo até que se prove o contrário, pois o papel da economia solidária seria rever e reverter as condições dadas pelo modo de produção capitalista, sem que para isto fosse necessário a quebra paradigmática, ou melhor, um processo revolucionário.

A partir de uma visão que se pretende revisar o capitalismo por dentro, estes autores assumirão uma posição de que a super estrutura e a infraestrutura nada mais são do que “adereços” no processo de análise e transformação do modo de produção capitalista, que contemporaneamente para eles poderá ser rediscutido, revisitado, revisionado em outras formas, mas agora, formado a partir de outras bases, a partir de um processo interno e de dentro para fora, o capitalismo se reinventa na perspectiva de um mundo pós capitalista.

Estes autores estarão se fundamentando em experiências como o cooperativismo popular e solidário, as redes de cooperação, os bancos de moedas sociais, o associativismo, a aproximação produtor-consumidor, entre outras experiências, que alicerçadas em estratégias que repensam as relações verticais de trabalho, como também as relações de poder dadas por quem produz e por quem consome, Singer (2003) e outros analistas sociais reforçam o princípio de que a partir das ações da economia solidária, o modo de produção capitalista pode ser colocado em cheque, e assim é possível (re)construir as bases para avançar para outro modo de produção, agora, fundado na economia solidária, viabilizando uma realidade social em que as relações de poder não estarão fundadas na relação de exploração capital-trabalho, mas em outras relações, agora, fundadas na solidariedade, na igualdade, na democracia e na autogestão.

Segundo esta abordagem de análise e compreensão da economia solidária, a amplificação da democracia interna destes coletivos permitiria que o capitalismo moderno sofresse, nestes espaços, uma certa “paralisação” da sua forma de reprodução social, e realizando a transformação nos indivíduos e nos processos organizativos destes grupos, estariam dadas as condições para que a economia capitalista fosse alterada para um processo de transição deste modo de produção para um outro modo de produção.

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral. O trabalho discute o tema, retomando a teoria marxista da transição e analisando, sob esse prisma, dados de pesquisas empíricas recentes sobre os empreendimentos solidários. Delimitando a tese anterior, conclui estarmos diante da germinação de uma nova “forma social de produção”, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista. Extraí, por fim, as consequências teóricas e políticas desse entendimento, posto que repõe, em termos não antagônicos, a presença de relações sociais atípicas, no interior do capitalismo.(GAIGER, 2003b, p. 181)

Como defendido por Gaiger (2003b), a compreensão da economia solidária irá se resguardar na tese de que o capitalismo pode ser desconstruído a partir de sua própria lógica de funcionamento, ou seja, a desconstrução se dará a partir da reorganização das relações de poder no interior dos processos de organização do trabalho capitalista.

Esta compreensão de economia solidária tem se colocado de forma hegemônica entre as Incubadoras de Economia Solidária instaladas nas Universidades Públicas brasileiras, de modo que as experiências implementadas têm como marco referencial a democracia e a participação interna dos indivíduos nos grupos de economia solidária. Aceitar tal pressuposto é negar a noção de totalidade, noção indispensável para a compreensão do capitalismo moderno, pois acreditar que é possível produzir espaços distintos e cindidos da realidade do capitalismo, é negar a própria ideia de capitalismo e suas formas de reprodução.

Assim, mais do que alterar, mesmo que profundamente, as relações entre trabalhadores e a relação do trabalhador com seu trabalho, no que se refere a propriedade coletiva dos meios de produção e das relações de poder internas, no que se refere a amplificação da democracia e da participação interna, esta economia solidária não implica na possibilidade de servir como “semente” para um processo de transformação social rumo a transição socialista, como afirmam

os defensores da economia solidária enquanto pressuposto para a transformação da realidade social, pois suprimi de sua análise a dimensão de totalidade, que conseqüentemente, retira a noção de luta de classes, mercadoria e propriedade privada da análise que fazem sobre esta possível transição de modo de produção proposto a partir da economia solidária.

Para melhor compreendermos essa relação entre a categoria de totalidade e o capitalismo, é necessário compreender que a realidade social é formada de um todo, em que cada parte, cada fenômeno social não está solto ou mesmo somando-se a um todo, mas faz parte enquanto parte e todo do processo de totalidade da realidade social, e que este se faz em movimento. Ou seja, a parte não está isolada, mas conectada em uma unidade total que produz e se reproduz a partir das relações entre as partes e o todo e que se fazem num processo dialético (LUKÁCS, 1967). Uma totalidade que se produz dialeticamente, num processo de ir e vir, num movimento de produção e reprodução, no tempo e no espaço.

Desta forma, compreender a economia solidária enquanto uma parte que se descola da realidade social, é afirmar que é possível a produção desta enquanto espaço de exceção para produzir as condições de um processo de transformação gradual e reformador do capitalismo moderno. Assim, esta concepção nega a condição de totalidade da realidade social.

[...] numa totalidade o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, porque o que confere significado tanto ao todo quanto às diversas partes que o formam são determinações, dispostas em relações, que exatamente perpassam completam a transversalidade do todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se, amputada a totalidade, isolados os seus elementos entre si e em relação à totalidade e desconhecidas suas leis, não é possível captar a amplitude de determinações ontológica das partes e da totalidade - determinações que só podem ser apreendidas se a análise percorre a transversalidade essencial do todo. (CARVALHO, 2007, p. 181)

Por mais que as experiências de economia solidária se sustentem na ideia da coletivização dos meios de produção entre os trabalhadores envolvidos na mitigação da mais valia, na tentativa de dirimir o valor de troca em contraposição ao valor de uso, ainda assim, estas experiências vivem e convivem com o modo de produção capitalista, seja cada trabalhador individualmente nas suas necessidades e demandas, como também coletivamente, quando incorporam na relação do processo produtivo, mesmo que minimamente, a ideia de competitividade, eficiência, mercado e mercadoria. Assim, a noção de totalidade perde sentido e nos permite avançar na crítica de que a economia solidária se dissolve a partir da ideia de totalidade.

Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por sua população, pela divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos produtivos, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece justo começar pelo real e concreto, pela verdadeira suposição; assim, por exemplo, na economia, pela população que é a base e o sujeito da ação social da produção em seu conjunto. Contudo, se examinarmos com maior atenção, isto se revela um procedimento falso. A população é uma abstração caso deixe de lado, por exemplo, as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se desconheço os elementos sobre os quais repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, os preços etc. Se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do conjunto e, necessitando cada vez mais, chegaríamos analiticamente a conceitos cada vez mais simples. Alcançando este ponto, teríamos que empreender novamente a viagem de retorno, até encontrar de novo a população, mas desta vez não teríamos uma representação caótica de um conjunto, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. (MARX, 1973, p. 20-21, *apud* CARVALHO, 2007, p.86)

Marx (2013), no *O Capital* faz a análise da mercadoria enquanto uma célula do capitalismo, e assim propor uma economia solidária que, mesmo tentando se contrapor ao capitalismo, terá como produto mercadorias que serão colocadas no mercado, assim sendo, constituídas do valor de uso, mas também do valor de troca. Algumas experiências de economia solidária, ainda tentam criar mecanismos de comercialização que expresse na relação de troca uma certa solidariedade “anti-capitalista”, pois irão buscar estabelecer processos de troca fundados na reciprocidade entre quem produz e quem consome atrelado ao valor de uso e não fundamentalmente no valor de troca, como exemplo as experiências das moedas sociais. No entanto, estas experiências se expressam em casos absolutamente isolados e que não apresentam perspectivas de avançar para escalas maiores que pequenos grupos.

No entanto, os defensores da economia solidária enquanto alternativa ao capitalismo, refutarão tais argumentos, pois ao articularem a ideia de rede, trazem a tona a noção de que quem produz e quem consome estão envoltos de um mesmo “sentimento” anti-capitalista, em que o produto deixa de ter valor de troca, e assume solidariamente apenas seu valor de uso, sendo o valor de troca apenas uma necessidade histórica para o processo de transição socialista, que em tempo deixará de existir. Como pensar então, no processo de transformação social, numa sociedade pós-capitalista, reformando um processo que reforça e reproduz aquilo que tem de mais intrínseco e fundante ao capitalismo que é a mercadoria?

A totalidade ainda se confrontará frontalmente com o método proposto pela economia solidária, que estará fundamentado na dimensão de que as experiências são processos singulares de coletivização, como no caso das cooperativas, e que o objeto de análise está centrado no indivíduo, pois somente este tem a dimensão do processo de subjetivação dado pelas relações de reciprocidade e socialização entre os participantes de um processo coletivo de economia solidária. Assim, a análise passa necessariamente sobre a compreensão que os indivíduos relatam e experienciam diante do processo de socialização dado internamente a partir das relações de gestão e organização, distante e contraditoriamente a análise proposta pelo materialismo histórico, que terá como objeto o trabalho e as relações de troca dada pela organização. Portanto, a economia solidária busca uma aliança entre o modo de produção industrial com os processos subjetivos de reciprocidade fundados na solidariedade comunitária, retirando a carga do materialismo histórico que se produz na relação com o trabalho (WELLEN, 2012).

Tais processos são facilmente percebidos em pesquisas e estudos (MOREIRA, 1997) que retratam a dimensão desta distinção e distanciamento entre a objetividade do capitalismo no processo de desenvolvimento do trabalho, mas de outro lado, as relações internas destes coletivos em que estabelecem relações comunitárias e de reciprocidade, fundadas na ideia de propriedade coletiva. Vale destacar o exemplo das cooperativas de catadores e de confecção, que mesmo estando participando de um processo gerado pela economia solidária, apresentam relações dentro do modo de produção capitalista que refaz e reconstitui as relações de exploração e alienação dadas pelo capitalismo, seja para o coletivo ou mesmo para cada indivíduo participante. No caso das cooperativas de catadores de material reciclado, que estão localizadas dentro do processo produtivo mais amplo enquanto prestadoras de serviço na coleta e beneficiamento “primário” da matéria-prima. Estes trabalhadores e cooperativas acumulam e centralizam o material reciclado bruto, prensam e repassam para a indústria, que é responsável por processar e beneficiar, aqui sim, em materiais que possuam alto valor agregado. Nestas condições, estes trabalhadores acabam sendo explorados: 1) pelas empresas produtoras dos resíduos, que não se responsabilizam pela coleta de tais dejetos; 2) pelo setor público, que se eximindo de gerenciar e realizar o processo de coleta deste material descartado, repassa a estas cooperativas a responsabilidade pela coleta; e por fim, 3) pelas grandes indústrias de processamento e beneficiamento do material reciclado, pois barateiam a coleta com a precarização do trabalho através da parceria terceirizada com estas cooperativas.

Como nas cooperativas de catadores, as de confecção são utilizadas pela indústria com o objetivo de baixar os custos de produção, através da exploração do trabalho que se dará pela precarização das condições de trabalho e redução dos direitos trabalhistas. No caso destas cooperativas, a indústria de confecção repassa de forma segmentada algumas das etapas da produção, como o corte, a costura, o acabamento, etc, ficando a cargo de uma variedade grande de cooperativas, que ficarão responsável cada uma dela por uma parte da confecção de roupas, descaracterizando, perante as leis trabalhistas, a condição de trabalhadores terceirizados das atividades fim, algo que ainda não é permitido no Brasil.

Vale destacar que os trabalhadores destas cooperativas, tanto de catadores como de confecção, estão integrados ao processo produtivo das indústrias apenas com a venda da força de trabalho de forma terceirizada, pois os materiais são disponibilizados pela indústria, sendo responsabilidade dos trabalhadores a força de trabalho e os equipamentos, caracterizando em grande medida um processo de intensificação e exploração da força de trabalho por parte da indústria e do capital.

Tanto num exemplo, como noutro, as questões que se colocam são: em que medida este modelo de cooperativismo tem contribuído para formação de processos solidários e de questionamento do modo de organização da produção capitalista? Essa solidariedade interna das cooperativas tem demonstrado alguma perspectiva real de mudança nas relações sociais de produção capitalista?

Estes processos demonstram de forma objetiva que as relações de produção ainda estão pautadas pela mercadoria e pelo dinheiro, circunscritos pela totalidade do modo de produção capitalista, mas que tem como pilar de sustentação a propriedade privada, pois mesmo que as organizações solidárias se predisponham a coletivizar e “socializar” a ideia de propriedade internamente entre os cooperados, esta ainda se produz enquanto propriedade privada coletiva, como explica Lenin (1980, p. 660 apud, WELLEN, 2012, p. 78): “não há dúvida de que a cooperação, nas condições do Estado capitalista, é uma instituição capitalista coletiva”.

Assim, mercadoria, propriedade privada e a noção de totalidade são condições fundantes para balizar a análise sobre a economia solidária e sua relação com o modo de produção capitalista. No entanto, outros elementos são importantes para compreender quais são as reais bases do pensamento social que estão sustentando a concepção de economia solidária, de forma a dar esta perspectiva de transformação num viés reformador, por dentro, de baixo para cima, do capitalismo moderno. Gaiger (1996) traz uma concepção de economia solidária em que dispõe as categorias de “espírito empresarial” aliados ao “solidarismo e a cooperação econômica apoiada na vivência comunitária”, ou seja, essa perspectiva terá como centralidade as intersubjetividades, denominado aqui como comunitária, que se dão internamente nos coletivos e grupos de produção, mas fundamentalmente se realizam a partir da subjetividade dos indivíduos. A este processo, diferentemente do materialismo histórico, estará fundamentado a partir da noção de ação social, proposta por Weber.

Segundo Weber (2012, p. 13), “a ação social orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro. Os outros podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas”, e a ação social irá se realizar a partir do sentido que cada indivíduo faz da realidade vivenciada, de forma a estabelecer um referencial a partir do outro, mas que se produz a partir da sua compreensão sobre o outro. Ou seja, esta concepção nos remete a um certo esvaziamento da totalidade marxiana e da retirada da luta de classes como referencial de análise da realidade social, pois para além de uma estratificação baseada na centralidade do trabalho, Weber (2012) parte do pressuposto que as relações passam, além do trabalho, nas mais diversas esferas na qual os indivíduos vivem e convivem. Assim como o trabalho, os indivíduos e suas coletividades terão na religiosidade, no consumo, na vida comunitária, na cidadania, entre outras tantas esferas, referenciais que balizarão sua concepção, sentido, compreensão da realidade social.

Desta forma, com um mesmo indivíduo, o sentido dado a esta relação poderá ser dos mais diversos, pois num espaço ele é trabalhador, no outro ele será uma liderança comunitária, e no outro será um consumidor, em que “patrão e empregado” poderão se relacionar nestes mais diversos espaços com as mais diversas relações, com sentidos diversos e muitas vezes contraditórios, mas que se afirmam enquanto legítimos em cada espaço.

Para a teoria da ação, a luta de classes estará atrelada a realidade do trabalho, mas não nos outros espaços. Este é o princípio modelador da ação social, que dará base e fundamento para a pós modernidade.

Esta perda de centralidade do trabalho, no debate da economia solidária, irá nos remeter não mais a luta de classes como referencial para a organização do trabalho e da produção, mas surge a noção de modo de vida, que nos remete a um processo que se pretende a produzir a realidade a partir de uma mudança na compreensão do indivíduo. Ou seja, alterar a base organizativa dos espaços de trabalho, a materialidade das relações do trabalho, possibilitará que os indivíduos se “conscientizem”, deem um outro sentido, e assim passem a pensar nas transformações possíveis a serem realizadas no conjunto social. Este modo de vida parte do reconhecimento e da legitimidade que as ações são dadas na realidade entre dois ou mais indivíduos, desta forma passa pela produção de intersubjetividades que se dão no espaço privado e extrapola para o sistema das relações sociais.

A análise que a economia solidária propõe para a realidade social passa necessariamente pelo viés da subjetividade dos indivíduos, a partir da concepção de que estes possuem as condições para analisar os elementos que estão interligando sua realidade concreta e imediata com o sistema capitalista, na perspectiva de produzir outras condições para o enfrentamento ao capital na direção de uma transição socialista, como pregam os intelectuais da economia solidária no Brasil.

Nas palavras dos autores, para que a “economia solidária” conseguisse erguer-se como projeto socialmente relevante, seria necessária uma noção econômica instalada no meio dos sentidos recíprocos de seus integrantes, pois 'a concepção da atividade econômica a partir de um impulso recíproco pode permitir-lhe fundar-se sobre o próprio sentido, favorecer dinâmicas de socialização’ (França Filho; Laville, 2004, p.90). Nesse solipsismo, a partir dos sentidos peculiares atribuídos pelos integrantes dessa organização, as relações econômicas não mais seriam baseadas nos pilares do modo de produção capitalista, mas transformadas em relações solidárias, bastando, para tanto, apenas um impulso recíproco. Sob essa perspectiva, a análise da realidade se estabelece a partir de sentidos de alguns indivíduos que, arbitrariamente, determinariam o que seria verdadeiro ou não. O sentido subjetivo particular do conhecimento, e não o movimento real, passa a ser o lastro desse pressuposto metodológico, limitando o alcance da teoria a características elegidas individualmente.(WELLEN, 2012, p. 93-94)

Assim, parte dos fundamentos da economia solidária tem base na teoria da ação, que desconstrói a perspectiva do materialismo histórico enquanto sustentação para a leitura metodológica da realidade, de forma a desconsiderar como elemento de análise as relações de trocas e de distribuição, como também o processo de estratificação em classes sociais, ou seja, a luta de classes (WELLEN, 2012).

Uma economia solidária pensada e organizada enquanto alternativa ao capitalismo passa a ser um projeto secundarizado, um projeto para os mais pobres, para os marginalizados, para os excluídos, e não um projeto que se confronte diretamente com as contradições do capitalismo moderno, de forma a desconstruí-lo com a perspectiva de enfrentar suas condições estruturais que reproduzem o processo de exploração e concentração de capital.

No entanto, não podemos esquecer que a economia solidária se coloca e se produz, também, a partir da ideia de inclusão social e da geração de renda, e com isto, os objetivos são,

de um lado, diminuir as precárias condições de trabalho e renda dos trabalhadores, mas também, rediscutir o capitalismo em si. No entanto, o que temos observado é um avanço consistente para que a economia solidária se consolide enquanto uma estratégia de reprodução do capital.

No Brasil as coletividades, fóruns e o dito movimento de economia solidária, tem nos últimos 10 anos, construído caminhos para possibilitar a “legalização”, institucionalização da economia solidária enquanto política pública, e para tanto, tem buscado com muitos esforços a construção e aprovação de um projeto de lei - nº 4.685/2012 – (BRASIL, 2012) que estabeleça o que é e como deve operar a economia solidária dentro do Estado. Tal lei, se aprovada, legitimará que o Estado reconheça as características do que vem a ser um grupo de economia solidária e quais seriam as atribuições do Estado para com estes. Ou seja, com a aprovação deste projeto de lei, a economia solidária será finalmente absorvida para a lógica capitalista, em que as regras e normas legais de todo âmbito (do crédito, das normas sanitárias, da formação, etc), fundados nos pressuposto do Estado capitalista, farão parte da dinâmica dos grupos de economia solidária, promovendo um reordenamento por completo, na perspectiva capitalista, daquilo que um dia foi considerado uma estratégia para rever as bases deste do modo de produção. Porém, vale ressaltar que a economia solidária esta e se constitui enquanto uma política subalterna e absolutamente periférica no âmbito do governo brasileiro, ou melhor, se coloca enquanto políticas públicas compensatórias para aqueles mais excluídos do capitalismo.

De um lado, estabelecer um aparato legal que dê organização e normatize perante o Estado o que vem a ser e como funcionam os coletivos de economia solidária, permitirá que estes possam ter acesso a políticas específicas que contemplem suas características, que por serem “diferentes” de empreendimentos individuais ou societários na perspectiva empreendedora, as atuais políticas públicas têm inviabilizado o pleno acesso destes grupos aos recursos do Estado, e que pela ausência de regulamentação, o próprio Estado não sabe como proceder novos formatos de políticas que estejam adequadas ao processo organizativo destes grupos de economia solidária. No entanto, este acesso aos recursos públicos e as políticas de suporte ao desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária, não estarão balizados por uma lógica fundada na luta de classes, no materialismo e da propriedade privada, pelo contrário, continuaram reproduzindo uma lógica de produção de mercadoria voltada para o consumo e para a concentração do capital. Aqui se reafirmará mais um processo de reprodução do capital, do processo de acumulação flexível e de outras estratégias que o capitalismo se utiliza para sua legitimação.

A Economia Solidária, em suma, é uma forma ética, recíproca e cooperativa de consumir, produzir, intercambiar, financiar, comunicar, educar, desenvolver-se que promove um novo modo de pensar e de viver. Busca configurar-se da seguinte maneira: a sociedade civil, especialmente o mundo do trabalho, se empoderam para ser os sujeitos da sua vida e do seu próprio desenvolvimento. O Estado, o capital, o desenvolvimento econômico e tecnológico são concebidos como meios para viabilizar o desenvolvimento humano e social. (ARRUDA, 2004, p. 3)

Nas palavras de Arruda, deixa ainda mais claro esta posição, quando assume a ideia de que uma sociedade empoderada, através do mundo do trabalho, a partir da perspectiva da economia solidária, tanto o Estado como o capital atuarão a serviço deste processo de transformação social do modo de produção capitalista, para que seja possível uma transformação na perspectiva de “uma cultura do individualismo social ou do personalismo coletivo, ou do socialismo individual”.

Desta forma, o reconhecimento por parte do Estado, diferentemente do simbolismo libertário e democratizador da economia solidária, o que se evidenciará será a aplicação de ações públicas para o fomento compensatório para populações excluídas e marginalizadas pelo modo

de produção capitalista, mas que, na concepção do Estado desenvolvimentista, devem ser incluídos no processo produtivo, mas segunda as regras funcionais do capital, estes trabalhadores deverão, para serem competitivos, serem regidos pelas condições materiais de exploração e intensificação do trabalho a que o capitalismo neoliberal tem imprimido a toda classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária foi fundada e é defendida como uma produção que esta baseada na leitura marxista, e que passa a ser reconhecida, legitimada e reproduzida cada vez mais no Brasil como uma estratégia alternativa ao capitalismo, mas que busca num processo de reformas, a partir e por dentro do próprio capitalismo, incluindo os trâmites e caminhos institucionais do Estado capitalista, construir experiências de trabalhadores ditas solidárias, mas também, condições para a construção de um processo de transição para uma sociedade pós capitalista.

As proposições defendidas pela economia solidária acabam se constituindo por características, mesmo que sejam heterogêneas no contexto de cada especificidade das mais diferentes abordagens, se articulam com algumas questões que as colocam com certa proximidade e semelhança. Assim, a economia solidária terá como característica transversal o processo de singularização das experiências, pois estabelece que o processo interno e a relação destes coletivos para com a sociedade envolvente é o elemento de análise principal, desconsiderando a luta de classes e a totalidade da organização social, de forma que estas experiências conseguem e conseguiram, para seus propositores, estabelecer processos que alterem o processo externo aos coletivos. Portanto, há uma desconstrução da ideia de totalidade, que articulada com a ideia de singularização, afirma que a metodologia de análise proposta pela economia solidária busca, como afirma Lessa (1999, p.171 *apud* WELLEN, 2012, p.85), promover a “fragmentação da totalidade no singular”, ou seja, estas experiências se afirmam enquanto sujeitos produtores de uma realidade que está descolada da organização social mais ampla, pois os grupos de economia solidária será o *locus* por excelência para pensar e realizar o processo de transformação.

Desta forma, a economia solidária considera que as subjetividades produzidas pelo processo de socialização (intersubjetividades) são o fundamento do processo de transformação social, contraditoriamente ao que o materialismo propõe. Será então, para a economia solidária, a partir da tomada de consciência do indivíduo dentro da coletividade, se afirmando enquanto ator, que se dará as condições para a formação das bases para o processo de construção e reprodução social de uma outra realidade para além do capitalismo. O indivíduo e a ação social serão características contudentes da base conceitual da economia solidária.

Assim, embora os principais pensadores sobre economia solidária no Brasil se afirmem enquanto articuladores de um projeto socialista fundado nos pressupostos do materialismo histórico, as contradições explicitadas neste artigo, desconstroem tais pressupostos, pois apresenta como elemento central desta construção teórico-metodológica, que é a economia solidária, as intersubjetividades desarticuladas da luta de classes, da noção de totalidade e da noção de mercadoria. Afirmar-se enquanto um projeto pós capitalista de base marxista com a propositura de mudança a partir de dentro do modo de produção capitalista, deixa a economia solidária sem bases de afirmação e de se mostrar enquanto um projeto viável no que se refere a sua sustentação conceitual.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. Economia Solidária e o Renascimento de uma Sociedade Humana Matrística. **IV Fórum Social Mundial**. Painel: Por uma economia do povo: realidades e estratégias do local ao global. Mumbai, Índia, 2004.
- ARRUDA, M; QUINTELA, S. Economia a partir do coração. In: SINGER, P; SOUZA, A. R. de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 317-332, 2000.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 4685**. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.
- CARVALHO, Edmilson. A Totalidade como categoria central na dialética marxista. *Revista Outubro*, n. 15, p. 177-193, setembro 2007.
- GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (Org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, p. 101-126, 1996.
- _____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 267-286, 2003a.
- _____. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003b.
- LENIN, V. I. Sobre a Cooperação IN: LENIN, V. I. **Obras Escolhidas em três tomos**. v. III. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- LESSA, S. Lukacs, ontologia e método: em busca de um pesquisador(a) interessado(a). In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*. v. 1, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 141-174, 1999.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.
- MARX, K. **O Capital: crítica a economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOREIRA, M. V. C. Cooperativismo e desenvolvimento: caso das Cooperativas de Confeção do Maciço de Baturité, Ceará. *Revista Política e Trabalho*, n. 13, João Pessoa, 1997.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In.: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-30, 2003.

_____. Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 22, n. 64, p. 289-314, 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

WELLEN, H. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ORGANIZAÇÃO SOLIDÁRIA E COMUNIDADES TRADICIONAIS: PROMOVENDO O TURISMO COMUNITÁRIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Isabel Jurema Grimm¹
Carlos Alberto Cioce Sampaio²

RESUMO

Comunidades tradicionais podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades, o desenvolvimento do território, transformando-o em um espaço de decisão e valorização de suas identidades com respeito ao ambiente. Neste sentido questiona-se: comunidades tradicionais podem promover o turismo comunitário e o desenvolvimento territorial sustentável, não só atuando no processo de incubação de microempreendimentos, mas busca do fortalecimento do sentido de comunidade? Para responder a metodologia interdisciplinar reside na pesquisa-ação. O campo empírico é a Microbacia do Rio Sagrado, município de Morretes (PR) composta por quatro comunidades rurais. Como principais resultados têm-se o Programa de Honra como estratégia para capacitação de membros comunitários, entre eles muitos jovens que passam a compreender o que é trabalho coletivo. Destaca-se que de fato não se tem como resultado principal a criação de empreendimentos, mas a formação de jovens com capacidade de serem sócios empreendedores solidários.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Solidariedade, Turismo Comunitário, Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O associativismo representa uma estratégia para fortalecer o desenvolvimento solidário, sustentável ou uma “outra economia” apontando para uma nova lógica de desenvolvimento com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção

¹ Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), e-mail isabelgrimm@gmail.com.br.

² Doutor em Ecosocioeconomia, professor (PUC – PR, UFPR), e-mail: carlos.cioce@gmail.com.

dos ecossistemas. Surge como mecanismo para garantir aos pequenos empreendedores a inserção na economia de mercado aproveitando seu potencial.

Ao tratar-se de empreendimentos solidários destaca-se o papel das incubadoras de cooperativas populares - que são organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários atuando como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. São priorizados grupos organizados tanto formal quanto informalmente, chamados de socioempreendimentos compartilhados, e que sobrevivem sob a égide da economia de mercado, entretanto, preservando sua dinamicidade comunitária vinculada ao território. A incubação compromete-se com o processo de desenvolvimento territorial de caráter endógeno e fornece as bases para a concretização da organização de redes solidárias; do associativismo, que contribui para ampliar as condições de sustentabilidade dos empreendimentos e o fortalecimento do sentido de comunidade.

Comunidades tradicionais podem promover, com seus próprios recursos e potencialidades (endogeneidade), o desenvolvimento do território comunitário, transformando-o em um espaço de decisão e valorização de suas identidades com respeito ao ambiente. Neste sentido questiona-se: comunidades tradicionais podem promover o turismo comunitário e o desenvolvimento territorial sustentável, não só atuando no processo de incubação de microempreendimentos, mas busca do fortalecimento do sentido de comunidade?

Para responder ao questionamento a metodologia interdisciplinar reside na pesquisa-ação. O campo empírico é a Microbacia do Rio Sagrado, composta pelas comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, parcialmente inserido na Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba e na Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO). No local concentra-se uma população de 520 famílias entre residentes e proprietários de chácaras. A área além de sustentar modos de vida tradicionais que sintetizam culturas indígenas, europeias e africanas possui expressiva biodiversidade.

Como principais resultados têm-se o Programa de Honra como estratégia para capacitação de membros comunitários - entre eles muitos jovens que passam a compreender o que é trabalho coletivo - constituindo-se como projeto de incubação de comunidade para promover o turismo de base comunitária, não como mais um segmento de atividade turística, mas como indutor de desenvolvimento territorial sustentável. Destaca-se que de fato não se tem como resultado principal a criação de empreendimentos, mas a formação de jovens com capacidade de serem sócios empreendedores solidários.

2 PRÁTICAS ALTERNATIVAS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DA MICROBACIA DO RIO SAGRADO

2.1 O TERRITÓRIO EM ANÁLISE

Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado (Figura 01) é composta pelas comunidades do Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga (zona rural do Município de Morretes, PR), pertencente à Área de Preservação Ambiental (APA) de Guaratuba e a Reserva da Biosfera de Floresta Atlântica (ReBIO). A APA de Guaratuba é uma Unidade de Conservação Estadual de uso sustentável instituída pelo Decreto Estadual nº 1.234 de 27/03/92.

Figura 01 – Cartograma do sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado.



Fonte: MANSUR, SANTOS, REFOSCO, AUMOND, FEUSER, BRAGHIROLI, 2000.

O território é formado por uma paisagem natural de surpreendente beleza cênica onde se destaca a Cachoeira do Sagrado como importante atrativo turístico. A construção da valorização social, cultural, ambiental e espacial demonstra que existe uma estética já socialmente estabelecida e preservada na qual reside a potencialidade de despertar o interesse dos visitantes. Outro fator determinante do potencial paisagístico e natural do referido território é o fato desta porção da floresta atlântica abrigar mais de 65% das espécies de mamíferos e quase 50% das espécies de aves identificadas no Paraná (MIRANDA e URBAN, 2007).

As comunidades estão organizadas em duas associações, Associação de Moradores do Rio Sagrado (AMORISA) com a principal finalidade da gestão do abastecimento da água, e a Associação Comunitária Candonga com a finalidade da agroindustrialização de produtos *in natura* em sua sede (onde está instalada uma cozinha comunitária) e desenvolve ações com o intuito de atuar na defesa dos interesses sociais, culturais e econômicos das famílias associadas. No local encontram-se 520 famílias, das quais 270 são consideradas residentes e 250 famílias não-residentes, ou seja, possuem propriedades para o lazer em finais de semana. Algumas das famílias residentes são pequenas produtoras agrícolas.

O território se constitui num pequeno povoado caracterizado como rural, com uma economia baseada na pequena produção agroindustrial da cana-de-açúcar, da mandioca e de frutas e verduras e são organizados pelos socioempreendimentos localizados na região. A banana abundante no local é importante matéria-prima para a produção de doces, balas, chips e para produção do artesanato feito com a fibra da bananeira. O comércio é pequeno carecendo de diversificação. Encontram-se duas pousadas, alguns bares, pequenos mercados (cuja venda restringe-se a produtos de primeira necessidade), uma pequena loja de roupas, um salão de beleza, uma loja de materiais de construção e uma chácara que

vende plantas ornamentais e outra que vende o sorvete Sabor da Serra. Não há farmácia, açougue, correios, supermercado, padaria ou confeitaria. Os produtos artesanais podem ser adquiridos diretamente com os produtores da comunidade; através da Hospedaria Montanha Beija-Flor Dourado, a qual expõe diversos produtos artesanais para os hóspedes, além da Cozinha Comunitária, na sede da Associação Comunitária Candonga. Há ainda a possibilidade de compra do artesanato na Feira de Morretes, que acontece no centro da cidade, onde um grupo de moradores das comunidades da Microbacia expõe e vendem seus produtos.

A criação de um espaço social composto de uma cozinha comunitária e de uma biblioteca são exemplos da iniciativa de trabalho tendo como parceiros a universidade (por meio do conhecimento científico) e comunidade local, neste caso o grupo da terceira idade (aliando o conhecimento tradicional), que está trazendo resultados positivos.

O turismo comunitário como acontece na localidade - é pensado como projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade, na qual promove a convivencialidade entre população originária residente e visitante. Sendo de base comunitária, o turismo fomenta a relação social entre modos de vida distintos, resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico.

A infraestrutura para o turismo ainda é modesta. Contudo no local é possível desfrutar de momentos agradáveis, pois na comunidade está disponível uma série de vivências³ capazes de ocupar de forma vivencial o tempo dos visitantes.

3 O PROGRAMA DE HONRA PARA FORTALECIMENTO DA INCUBAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS

O Programa de Honra está instituído com o intuito de oferecer uma ampla variedade de conhecimentos à população residente na Microbacia do Rio Sagrado, onde metodologias de ensino e práticas pedagógicas tornem realidade a transformação social e o enriquecimento acadêmico. Muitos trabalhos, dissertações, teses tem sua origem neste âmbito do programa, onde práticas interdisciplinares colaboram para o engrandecimento das pesquisas e gerem encadeamentos práticos que possam transformar e melhorar a vida da comunidade envolvida (GRIMM, 2010, p.95). Possibilita ainda a incubação de socioempreendimentos, processo desenvolvido por jovens moradores das comunidades da Microbacia do Rio Sagrado em parceria com a Universidade.

Iniciado nos Estados Unidos na década de 1920 o Programa de Honra tinha o propósito de conservar a liberdade de pensamento, que no período entre guerras privilegiava o tecnicismo. Foi idealizado inicialmente pelo professor Frank Aydelotte e atualmente se encontra organizada em rede pelo *National Collegiate Honors Council* – NCHC e apoiada por várias instituições espalhadas por todo o país. Centra seus trabalhos em espaços de experimentação interdisciplinar. Na América Latina países como o Chile e o Brasil o programa de Honra encontra espaço para se difundir e inovar.

No Brasil é mais recente e encontrou possibilidades de prática em função do financiamento do Edital n. 23/2008 lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Fundo Setorial do Agronegócio (CT-Agronegócio) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), edital este encampado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e apoiado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Vivências são nomeadas as atividades oferecidas aos visitantes adeptos do turismo comunitário, que são convidados a fazer parte do trabalho diário das comunidades, fomentando as relações de proximidade entre visitante e visitado, despertando percepção de realidades distintas, a partir da cotidianidade vivida com a produção, o artesanato, o espaço e o ambiente natural (GRIMM e SAMPAIO, 2012).

O Programa de Honra tem intuito de oferecer ampla variedade de conhecimentos à população residente na Microbacia do Rio Sagrado, onde a metodologia de ensino e práticas pedagógicas possibilitam estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável (GRIMM, 2010, p.96). As oficinas disponibilizadas (tabela 1, 2 e 3) à comunidade oportunizou identificar problemas existentes e buscar soluções. Por meio da ação prática, com estímulo à descoberta, à experimentação e ao debate, a metodologia de trabalho desenvolveu a capacidade de observação do participante sobre seu território, estimulando seu senso crítico, consciência ambiental, incentivando-o a participar ativamente de todas as etapas do programa e buscar alternativas para melhoria da qualidade de vida de todos.

Tabela 1 e 2 – Oficinas ofertadas nas duas primeiras etapas.

Oficinas da Etapa 1		Oficinas da Etapa 2	
06 a 12/07/2009		30/01 a 06/02/2010	
FURB		FURB	
Oficina	Carga Horária	Oficina	Carga Horária
Associativismo	15 horas	Agroecologia	6 horas
Palestra de abertura	1 hora	Associativismo	5 horas
Saúde e Meio Ambiente	8 horas	Comunicação	5 horas
Teatro	8 horas	Condutores de Turismo	11 horas
Turismo Comunitário	15 horas	Desenho e Imaginação	3 horas
		Indicadores	10 horas
		Dinâmica de Grupo e Reuniões	3 horas
Carga Horária Total	47 horas	Carga Horária Total	43 horas

Fonte: DIAS, 2011.

Tabela 3 – Oficinas ofertadas nas duas últimas etapas

Oficinas da Etapa 3		Oficinas da Etapa 4	
24 a 31/07/2010		16 e 17/10, 23 e 24/10, 06 e 07/11 e 20 e 21/11/2010	
UFPR Litoral		UFPR Litoral	
Oficina	Carga Horária	Oficina	Carga Horária
Resgate das Etapas Anteriores	2 horas	Palestra Resgate do Programa de Honra	1 horas
Resgate da Cultura Local	1 hora	Solos e Sambaqui	8 horas
Agroecologia	6 horas	Bioconstrução	12 horas
Água	3 horas	Climatologia	8 horas
Áreas Vulneráveis Ocupação Humana	4 horas	Indicadores Vulnerabilidade	4 horas
Bioconstrução	6 horas	Agência Virtual de Turismo	3 horas
Agência Virtual de Turismo	4 horas	Lixo-arte	3 horas
Gestão Desportiva do lazer	5 horas	Jornalismo	3 horas
História, Produção e Locução rádio	3 horas	Gastronomia	3 horas
Meliponídeos	3 horas	Socioempreendedorismo	5 horas
Monitoramento Participativo de Indicadores socioambientas	3 horas	Legislação Ambiental	3 horas
Rádio Comunitária	12 horas	Saúde	3 horas
Carga Horária Total	52 horas	Carga Horária Total	56 horas

Fonte: DIAS, 2011.

Para Sampaio *et al.* (2010) o Programa de Honra está fundamentado no objetivo maior de aproximar a universidade da realidade socioambiental regional, e da mesma forma aproximar a comunidade da universidade, admitindo a importância da conexão entre conhecimentos tradicionais e científicos na busca por soluções integrais aos problemas do dia-a-dia, muitos deles inerentes à própria sociedade complexa em que se vive.

Neste ponto o Programa de Honra como projeto de incubação entra em ação propondo formas de organização, capacitação, desenvolvimento associativo, preocupação com o meio ambiente e o ingresso de recursos financeiros para a gestão das etapas de incubação.

O programa realizou a capacitação de membros comunitários, entre eles muitos jovens que a partir de conhecimentos do que seja o trabalho coletivo, objetiva, para juntos, comunidade e universidade realizarem trabalhos dentro da formatação cooperativa. No momento em que a comunidade adquire capacidade de gerenciar as atividades de forma emancipada, a universidade aos poucos se retira, pois a comunidade está preparada para protagonizar sozinha o desenvolvimento.

4 ZONA DE EDUCAÇÃO PARA O ECODESENVOLVIMENTO: ASSOCIATIVISMO E COOPERAÇÃO

A educação formal historicamente obedece a função de formar recursos humanos capazes de servir a lógica mercadológica sem grandes questionamentos (GUTIERREZ e PRADO, 2000). Palavras como honra e ética, neste contexto, continuam sendo empregadas para que regras impostas sejam facilmente digeridas, afinal, como alertou Furtado (1980), todo o convencimento é facilmente obtido pela via do esforço que trará um futuro promissor, e que algum dia chegará.

Por estes motivos que se lança o desafio de constituir Zonas de Educação para Ecodesenvolvimento⁴ (ZEEs), que são espaços de educação não formal, voltados para formação de sujeitos históricos, com capacidade de pensamento e ação sob uma lógica cooperativa e ecologicamente mais prudente. Estas ZEEs disseminam pressupostos de estilo alternativo ao estilo de desenvolvimento hegemônico - economicista e utilitarista.

Foi nesta perspectiva que em 2006 nasceu experiência da Zona de Educação para Ecodesenvolvimento da Microbacia do Rio Sagrado. A forma de organização comunitária dentro desta ZEE é por meio de duas associações formalmente consolidadas: a Associação de Moradores de Rio Sagrado (AMORISA), cujo objetivo inicial era a gestão do abastecimento de água na localidade, mas que vem trabalhando em diversas frentes de mobilização a exemplo do projeto aqui descrito e; a Associação Comunitária Candonga, conhecida como “Cozinha Comunitária”, que abriga em sua sede equipamentos para a agroindustrialização de produtos *in natura* ali cultivados, para o uso de famílias de moradores do bairro como alternativa de renda. Mais recentemente e paralelamente ao projeto uma nova associação vem sendo constituída: a ARTRISA, que congrega grupo de artesãos de Rio Sagrado.

O contexto socioeconômico local é de famílias de baixa renda e pouca escolaridade que sobrevive baseado na pluriatividade. É interessante ressaltar a dificuldade de comercialização daquilo que é cultivado ou produzido em Rio Sagrado e neste sentido, as duas últimas associações citadas foram criadas com o intuito de projetar meios de escoamento da produção local em maior escala e de forma mais justa. Observa-se que nestas associações as mulheres, muitas delas com vastas responsabilidades familiares, acumulam muitas funções de liderança, estando em maior número do que homens.

⁴ Uma ZEE é um espaço de estudo, pesquisa e práticas que alimentam a perspectiva interdisciplinar rumo à transdisciplinaridade, propondo bases filosóficas que repensem a ética e a epistemologia, envolvendo participativamente a comunidade local em seu processo emancipatório rumo a um outro (des)envolvimento.

É neste contexto de solidariedade e cooperação para o enfrentamento das dificuldades rotineiras, inerentes aos espaços urbanos nos dias atuais que, paralelamente a outros três projetos de ação institucionais que estavam em curso na ZEE Rio Sagrado, desenvolveram-se nos anos de 2009 e 2010 o Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia, que focou em um processo de educação para o ecodesenvolvimento com jovens entre 12 e 18 anos, moradores da localidade. Foi um programa implementado por meio da pesquisa-ação, método apropriado ao estudo e compartilhamento de conhecimentos; a partir de relação estreita de diálogo entre membros comunitários e pesquisadores, visando a união de esforços para a solução de problemas complexos enfrentados nos territórios em que a investigação se dá.

5 RESULTADOS: ALGUNS ENSAIOS DE SOCIOEMPREENHIMENTOS.

Houve certa descontinuidade na participação dos jovens nas etapas do programa. Da mesma forma, a equipe de pesquisadores envolvida teve relativa rotatividade, sendo que muitos participaram de apenas uma ou duas etapas presenciais. Estes dois fatores foram responsáveis por criar obstáculos para continuidade das propostas de trabalhos iniciadas na primeira etapa. Esta dificuldade de engajamento duradouro pode ser citada como limitação em projetos que envolvem necessariamente processos longos, e que nem sempre estão alinhados às dinâmicas acadêmicas.

Participaram diretamente do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia o total de 158 pessoas. Estas pessoas, por meio das oficinas do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia criaram alguns ensaios de socioempreendimentos, conforme determinava o regulamento do edital que o financiou. Os ensaios, que paralelamente às oficinas estavam sendo colocados em prática, são desdobramentos do programa que corroboram com a proposta de desenvolvimento sustentável, onde pequenos grupos (formais ou mesmo informais) exercitam soluções para o enfrentamento de problemas socioambientais e econômicos que assolam suas comunidades onde vivem. Trata-se do estabelecimento de empreendimentos individuais ou coletivos, que estejam conectados com o território e façam uso das redes de relacionamento nele constituídas. Estas redes, por sua vez e pela relação de confiança que enlaça os membros comunitários, facilitam ações solidárias com vistas a inserção dos socioempreendimentos na economia de mercado.

A primeira etapa do Programa de Honra em Estudos e Práticas em Ecosocioeconomia, mais especificamente no âmbito da oficina de Associativismo, originou o Grupo Força Jovem. Este grupo é fruto de uma demanda por espaço e reconhecimento do potencial das ideias e ações dos jovens participantes das oficinas. Ao longo dos dois anos de execução do projeto, as oficinas foram usadas pelos jovens para trazerem à tona suas dificuldades e limitações no trabalho e equipe e de sua repercussão nos grupos de pessoas de mais idade. A evolução das oficinas também agregou novos integrantes e reestruturações no funcionamento do grupo foram propostas. Durante as oficinas da última etapa do programa, foi criada uma logomarca para identificar a iniciativa.

Foi no seio deste grupo que os socioempreendimentos de Rio Sagrado foram criados, a partir da criatividade dos participantes. Dentre estes ensaios, estão a Feira de Trocas Solidárias de Rio Sagrado e a Agência Virtual de Turismo de Rio Sagrado (com foco no Turismo Comunitário).

As Feiras de Trocas Solidárias nasceram de trabalhos de conclusão de curso de Graduação em Turismo e Lazer da FURB, onde pesquisadores propuseram um Clube de Trocas e discutiram em reuniões de Associações de Moradores de Rio Sagrado as formas de viabilização da proposta. Assim, a primeira edição do evento aconteceu em 2007 com mais de 70 participantes e usando a moeda solidária denominada “Sagrado”. Desde a primeira etapa do

Programa de Honra, em julho de 2009, a liderança na organização desta atividade passou a ser exercida pelo Grupo Força Jovem de Rio Sagrado.

A presença dos jovens na liderança e organização das feiras, não excluiu a participação de atores sociais de outras gerações. O evento tem estatuto próprio, que em sua descrição privilegia a solidariedade nas relações comunitárias. Incentiva as trocas de saberes, bens e serviços e bons sentimentos, valorizando itens de produção artesanal e de necessidade de consumo.

A Agência Virtual de Turismo é uma tentativa da comunidade gerenciar as visitas no âmbito do turismo comunitário, que ocorre em Rio Sagrado desde meados de 2007, principalmente com a recepção de estudantes universitários interessados em conhecer as experiências comunitárias. Inicialmente, os grupos eram organizados por professores e estagiários docentes das disciplinas de graduação e mestrado que se relacionavam com a experiência de Rio Sagrado. O trabalho de roteiro e os contatos com os moradores eram feitos de forma voluntária. Contudo, alguns moradores que recepcionavam os turistas logo perceberam que a organização do roteiro e das atividades turísticas deveria ser realizada por moradores da localidade, mas não sabiam como operacionalizar a atividade em função de dificuldades de acesso a ferramentas de comunicação como internet e telefone. Foi nas oficinas da segunda etapa do Programa de Honra que os jovens participantes, com maior facilidade de acesso a internet, passaram a discutir uma possível solução para o problema. Na última etapa do Programa de Honra foi criada a Agência Virtual de Turismo de Rio Sagrado, com o objetivo de divulgar a localidade para pessoas interessadas no conceito de turismo comunitário e dispor de contatos locais para a organização dos roteiros. Assim, voluntários moradores de Rio Sagrado (não somente os jovens participantes), com a ajuda de pesquisadores envolvidos na área, criaram um site gratuito e atualizando-o conforme suas possibilidades. As senhas de acesso para inserção de conteúdos são distribuídas conforme o interesse de acesso demonstrado pelos moradores e não há centralização das publicações.

Observa-se que estes socioempreendimentos tem vínculo muito próximo com a questão do turismo. A abordagem desta temática foi determinante para que os jovens participantes do programa e adultos pudessem visualizar a possibilidade de recepcionar visitantes interessados em suas vivências cotidianas e na realização de trocas de conhecimentos a partir da construção de relacionamentos. Isto se opõe a lógica mercantilizada comum à atividade turística tradicional, e pode ser mencionado como um importante passo rumo a um padrão de desenvolvimento mais justo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento é distinto do crescimento econômico, pois seus objetivos vão além da mera multiplicação da riqueza material. “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (SACHS, 2004). Em sentido mais amplo a estratégia do desenvolvimento deve evidenciar a necessidade da manutenção e preservação da vida, devendo promover harmonia entre natureza e o homem, assegurando a efetiva participação do cidadão em todo processo de planejamento e decisão; a geração de tecnologia de baixo impacto e a garantia dos princípios de equidade, solidariedade e dignidade do ser humano.

Para sustentar o ritmo do desenvolvimento econômico visando o progresso material e mesmo a satisfação das necessidades básicas do homem no mundo atual, grandes esforços são sempre requeridos e quase nenhuma atenção é dada às limitações que o meio ambiente

determina, tornando as relações de apropriação da natureza insustentável. A busca da sustentabilidade deve promover a relação sociedade e meio ambiente no presente e futuro.

Na busca pela sustentabilidade cada território deve assumir sua responsabilidade na construção de um novo modelo de desenvolvimento alicerçada na participação popular e no privilégio do conhecimento autóctone. Para Freire (1998), as ações que permeiam o cotidiano de pessoas simples e que valorizam os seus “saberes” e “fazeres” criam possibilidades para que elas se deem conta de sua importância e de que são responsáveis pelo processo de construção de seus próprios destinos fazendo-os mais críticos e conscientes de sua realidade e transformando-se em sujeitos ativos da ação.

Comunidades, organizações sociais, universidades, setor público e privado tem se organizado aliando esforços com objetivo de proteger o território que fazem parte e conseqüentemente melhorar as condições de vida de suas populações. Estas compartilham preocupações similares na procura e construção de espaços socioambientais mais saudáveis, tanto para hoje como para as futuras gerações. No território do Rio Sagrado estas ações ocorrem demonstrando como a comunidade local, e universidade unem esforços e fazem um trabalho conjunto e participativo, fortalecendo o sentido de comunidade.

O Programa de Honra como estratégia para capacitação de membros comunitários - entre eles muitos jovens que passam a compreender o que é trabalho coletivo -, constitui-se como projeto de incubação de comunidade para promover o turismo de base comunitária, não como mais um segmento de atividade turística, mas como indutor de desenvolvimento territorial sustentável.

De fato não se tem como resultado principal a criação de empreendimentos, mas de jovens com capacidade de serem socioempreendedores. Neste sentido tem-se como principal impacto do projeto a entrada de jovens, filhos de agricultores, no campus da Universidade Federal do Paraná, campus litoral, onde o primeiro entre uma dezena deles está se formando em curso superior de tecnologia em agroecologia.

REFERÊNCIAS

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: *Planejamento e políticas públicas*. Rio de Janeiro, nº 13, p. 111-145, junho. 1996.

CARRIÈRE J.; CAZELLA, A. A. *Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial*. In: *Eisforia*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, v.1, n.1 (jan./jun.2003). Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CASTRO I. E. O *território*: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. *et al. Geografia: Conceitos e Temas*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.117-140.

DIAS, A. **Programa de honra em estudos e práticas em ecossocioeconomia:** uma contribuição para a zona de educação para o ecodesenvolvimento na localidade de Rio Sagrado – Morretes (PR). Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, FURB, 2011, 200 p.

FELSKI, H.; SAMPAIO, C.A.C.; DALLABRIDA, I.S.. **O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações:** o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. Organizações Rurais & Agroindustriais. Universidade Federal de Lavras, Brasil, 2010.

FLORIANI, D. *Diversidade cultural, desafios educacionais e sistemas cognitivos: para pensar uma modernidade em crise.* **Revista eletrônica, Mestrado em Educação Ambiental**, ISSN 1517-1256, FURG, v especial, setembro de 2010.

FRANCO, A. **Além da Renda.** Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. *A nova visão do desenvolvimento:* influência de alguns autores. In: **Pequena introdução ao desenvolvimento** – enfoque interdisciplinar. São Paulo: Edusp, 1980, p. 29 – 40.

GRIMM, I. J. **Planejamento Territorial:** uma metodologia de monitoramento de Indicadores Socioambientais na Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes (PR). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) FURB: Blumenau, 2010, 210p.

GRIMM I. J.; SAMPAIO, C. A. C. *Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade?* III CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA AMÉRICA LATINA (CEPIAL), Curitiba, 2012. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR, 2012. Disponível em: http://cepiat.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf. Acessado em: 02 de agosto de 2015.

GUTIERREZ PEREZ, F.; PRADO ROJAS, C. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

MIRANDA, N.; URBAN, T. **Morretes, meu pé de serra.** Curitiba: Ed. do Autor, 2007, 131 p.: il.

PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial:* uma abordagem do processo de desenvolvimento para as economias do sul. In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 24, nº 1 e 2, jan – dez, 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Garamound: Rio de Janeiro. 2004.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; GABILONDO, L. A. **A Gestão Socioambiental Corporativa a partir da experiência de Cooperativismo de Mondragon.** Eixo Tópicos Especiais em Gestão Socioambiental Empresarial / *ENGEMA-2010*.

SAMPAIO, C. A.; MANTOVANELI, O.; FERNANDES V. *Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável.* **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131 - 155, maio/ago. 2011.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAUJO, J. R. Possibilidades para pensar um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense. In: PHILIPPI JR. A., SAMPAIO, C. A. C., FERNANDES, V. **Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade**. Barueri (SP): Manole, 2012, p. 456 - 497.

SAMPAIO, C.A.C.; PAIXÃO, D. Associativismo e cooperativismo pensado como arranjos socioprodutivos de base comunitária – incubadora social: o caso do turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes). IN: BENI, Mario Carlos (Org.). **Políticas públicas e planejamento estratégico em clusters de turismo**. Barueri: Manole, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro. Record, 2001.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E. *et al.* **Geografia**: Conceitos e Temas. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 77 -116.

THEIS, I. M. Será possível continuar falando em desenvolvimento no século XXI? In: **Desenvolvimento e Território**: Questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O COMBATE À POBREZA NO BRASIL

Joana D'Arc Vaz¹

RESUMO

Analisou-se as relações entre educação e pobreza no Programa Bolsa Família. Buscou-se compreender as implicações de sua centralidade no âmbito do programa, condicionalidade para a concessão de recursos para famílias denominadas pobres no Brasil. Considerou-se o contexto histórico, político e econômico sob o prisma do capital, na correlação entre política educacional, política de combate à pobreza e diretrizes do Banco Mundial. Constatou-se que a educação, ademais de interrelacionada com a política internacional, teve papel na gestão e controle da pobreza dentro dos limites aceitáveis pelo capital.

Palavras-chaves: Educação. Pobreza. Programa Bolsa Família. Governo Lula.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tece reflexões acerca das relações que perpassam a educação de modo geral, pois os problemas educacionais estão em consonância com os interesses do capital, o que fica evidente diante da prioridade que as políticas públicas atribuem à formação para o trabalho e para a redução da pobreza. Na investigação propusemos a analisar o papel da Educação no Programa Bolsa Família (PBF) no Governo Lula, no período entre 2003 e 2010. O Programa, central na política social de combate à pobreza, foi criado pela Lei n. 10.836, de nove de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a), e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b).

Tivemos como objetivo principal compreender as relações entre a política social e, no seu interior, a educacional, a política de combate à pobreza no Brasil, suas articulações com as

¹ Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO/CED/UFSC). Pesquisadora nas áreas de Política Educacional, Trabalho e Educação. E-mail: darcvaz.13@gmail.com

diretrizes do Banco Mundial e as questões econômicas. Vislumbramos, também, aprofundar uma análise com base na concepção materialista-histórica, prisma que permitiu compreender seu papel na sociedade capitalista periférica.

No processo do estudo, partimos da análise do PBF no Governo Lula (2003-2010) e demarcamos seus traços em comum com o Banco Mundial. Evidenciamos o fato de que o PBF, ao transformar a Educação em uma condicionalidade, configurou-se uma estratégia de criação de consenso em torno de um projeto de poder, no qual a ideia de combate² à pobreza é central. Essa forma de tratar a Educação se liga ao objetivo de construir uma ideologia cujo papel é o de produzir o consenso em torno das ideias dominantes e do apassivamento da população, segundo expressão de Lucia Neves (2005).

Nessa direção, tecemos análises que evidenciam o quanto a educação é posta no âmbito da assistência social³. A educação é chamada para solucionar um problema em que a causa não está em si, mas no modo como a sociedade capitalista se organiza e estabelece suas relações sociais – no interior das relações entre capital e trabalho –, ao cumprir um papel de conformadora dos sujeitos frente às desigualdades sociais.

Sustentamos a hipótese de que a educação faz parte das estratégias político-ideológicas da globalização no processo de instituição das políticas de ajuste econômico, em busca de manter a pobreza sob controle. Também percebemos o quanto tais discursos trazem para o indivíduo a responsabilidade por sua própria condição de pobreza.

Partimos do pressuposto metodológico de que não é possível desvendar os elementos que subjazem a essa questão senão mediante uma análise profunda do mecanismo de funcionamento das relações sociais de produção capitalista. Alguns aspectos foram levantados: a função social da educação no PBF e para o Banco; os papéis a ela atribuídos, sobretudo no campo do assistencialismo, o que contribui para torná-la um instrumento de modo que sua principal função – a de possibilitar a apropriação do conhecimento historicamente acumulado – fica secundarizada e obscurecida.

Desse modo, organizamos este texto buscando construir uma análise que permita entender as relações que perpassam a educação e a pobreza no Governo Lula, por meio do PBF e sua conexão direta com o Banco Mundial.

2 A EDUCAÇÃO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Neste tópico, discutimos o papel da educação como condicionalidade para o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) e buscamos compreender sua relação com a construção de estratégias que obscurecem as relações entre capital e trabalho.

Na documentação coletada, identificamos que a educação cumpre uma tarefa ideológica, regida pelo capital, qual seja, a de manter a sociedade como está. Segundo Sader (2008), a sociedade capitalista – a mais desigual de toda a história – faz um processo de inculcação de valores nos indivíduos de tal maneira que a imensa maioria passa a pensar e a agir com aceitação frente às desigualdades sociais.

² Optamos pelo uso do conceito presente na documentação nacional e na do Banco Mundial. Contudo, entendemos que este se refere ao alívio da pobreza, uma vez que o Programa Bolsa Família transfere renda às famílias segundo um valor irrisório, como demonstraremos no texto.

³ Evangelista e Leher (2012) assinalam a chegada de uma “virada assistencial” da Escola Pública: “Ao se associar a produção da pobreza à má qualidade da escola, argumenta-se que os problemas socioeconômicos brasileiros são produzidos no terreno educacional e, portanto, apenas nessa esfera é possível solucioná-los. Essa racionalização desloca a necessária compreensão das relações capital-trabalho como determinação desses problemas, dirigindo-a ao campo educacional. Individualiza-se tanto a produção das aviltantes condições de existência de parcela importante da população brasileira como as suas soluções. Estamos diante do fenômeno do ‘empoderamento’ dos pobres e dos professores, pois deles dependeria o sucesso da escola pública na promoção da ascensão social de seus alunos – pobres. Não resta dúvida quanto ao sentido essencial da política educacional em curso: estamos diante de novas formas da pedagogia do capital” (EVANGELISTA; LEHER, 2012, p. 16).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada; dentre as condicionalidades, a educação ocupa centralidade juntamente com a saúde e a assistência social. Em relação à condicionalidade da educação, o compromisso da família é com a frequência escolar de cada membro em idade escolar (de seis a 17 anos). O acompanhamento é realizado pela Secretaria da Educação de cada município, sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC). Para serem contempladas com o benefício financeiro do PBF, as famílias devem cumprir as condicionalidades; caso isto não ocorra, são penalizadas com notificação, suspensão e podem chegar à exclusão do programa. De acordo com o MEC, o objetivo da condicionalidade da educação não é somente o de controlar a frequência escolar dos alunos, mas o de lhes diagnosticar as razões da baixa ou não frequência, tendo em vista enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2012).

Sob a condicionalidade da educação, o governo transfere às escolas públicas a responsabilidade de controlar a frequência dos alunos inseridos no programa. Caso o filho ou um dos filhos da família tiver frequência inferior a 85% das aulas, o benefício será suspenso, mesmo que por pouco tempo. De acordo com Silva e Lima (2010, p. 98), é necessário considerar que o fato das crianças e adolescentes permanecerem no sistema escolar “não é suficiente para romper com o ciclo da pobreza, pois demanda um ensino de qualidade e outras atenções que só serão alcançadas com a melhoria geral das condições de vida das famílias”.

A educação assume a função de aliviar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, inclusive cabe destacar que a ideia de futuro está relacionada à educação das crianças e adolescentes em terem melhores oportunidades na vida do que os próprios pais (BRASIL, 2010a). É dada à educação a função de solucionar o problema da pobreza no Brasil, porém, Xavier e Deitos (2006) entendem que essas medidas do Estado em atribuir à educação, especialmente ao processo de escolarização esta função, cumpre a finalidade ideológica dos embates sociais tensionados pela discussão do acesso popular às necessidades humanas básicas.

No PBF, a educação ocupa o lugar de falseamento da realidade, pois oculta que a sociedade capitalista seja fundamentada na divisão de classes⁴ e indica a educação como possibilidade de quebrar o ciclo geracional da pobreza. Sob tal perspectiva, além de assumir a função de reduzir a pobreza, a educação assumiria a responsabilidade pelo desenvolvimento do país. Segundo Leher (2010, p. 372), as políticas educacionais estão inter-relacionadas com as diretrizes, recomendações e condicionalidades dos organismos multilaterais, porém elas são definidas e aplicadas de maneira recontextualizada, de acordo com a situação histórica, política, econômica e cultural do país. De fato, a agenda do Banco Mundial é implementada ativamente no Brasil pelas frações da burguesia local, no âmbito da sociedade brasileira:

Ignorar que o aprofundamento do capitalismo dependente somente é possível com o protagonismo das frações burguesas locais é um erro teórico que provoca pesadas consequências políticas e estratégicas como a circunscrição do campo de análise ao Estado-nação. (LEHER, 2010, p. 372).

Por meio dessa lógica, Leher (2005) comenta que o BM, mesmo ao buscar inserir no discurso e em suas políticas uma roupagem social e humanitária, continua sua destruição em massa, associada às políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Com base em Evangelista e Shiroma (2005, p. 4) ressaltamos que,

⁴ Marx e Engels (1999, p. 10) assim se pronunciaram: “Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado”.

[...] a linguagem usada em documentos de organismos internacionais sobre educação, nas duas últimas décadas (1990-2000), permite constatar transformações no discurso veiculado. No início dos anos 1990, girava em torno de conceitos como produtividade, qualidade, competitividade, eficiência e eficácia. No final da década, o viés economicista explícito deu lugar a uma face humanitária por meio da qual a política educacional ocuparia o lugar de solução dos problemas humanos mais candentes, em especial o problema da sobrevivência na sociedade atual. Enfatizam-se conceitos como justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança, todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os laços de 'solidariedade' que se vão construindo entre os indivíduos.

No processo de ajustamento econômico com rosto humano, o Banco Mundial direciona ações para grupos de pessoas mais vulneráveis. Evangelista e Shiroma (2005, p. 9) explicam que, para tanto,

Era necessária uma fundamentação não apenas moral, mas também econômica. A pobreza adquiriu nova centralidade do discurso quando o Banco Mundial difundiu seu informe de 1990, no qual alertava para a necessidade de promover uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres: o trabalho. Era necessário prover-lhes serviços sociais básicos. O caminho aventado para aumentar tal recurso foi o investimento em educação. Num contexto de mundialização do capital, o resultado foi o aumento acelerado da pobreza vista como efeito deletério da globalização.

Nesse sentido, para Figueiredo (2008), na concepção ideológica do Banco, investir na formação de capital humano requer maiores investimentos em educação e saúde básicas que, conseqüentemente, produzirão a redução da pobreza e o aumento da produtividade dos pobres. Para o BM (2006), o atendimento e o investimento na educação e na saúde básicas contribuem para inserir o indivíduo no mercado de trabalho, visto que a força de trabalho do pobre é o seu maior bem. Na concepção do Banco, o que importa é a oferta de oportunidades à população e não o resultado final.

Nessa perspectiva, a função do Estado é ampliar o conjunto de oportunidades para os pobres. O governo de cada país deve investir em políticas específicas e focalizadas, possibilitar aos pobres maiores oportunidades e aumentar sua contribuição econômica para a sociedade. Conseqüentemente, este conjunto de ações reduziria a pobreza do país, não sem preservar o respeito e o aumento às liberdades individuais. Uma das metas de longo prazo do Brasil é eliminar progressivamente a vulnerabilidade social e, em relação à pobreza extrema, reduzi-la à metade até 2015. Ademais, o Brasil precisa alcançar maior equidade e incluir melhorias na produção do conhecimento e na capacitação profissional, com maior longevidade e saúde. Outro fator necessário, segundo o BM, é investir em um crescimento econômico que gere emprego e renda à população – essencial para combater a pobreza (BANCO MUNDIAL, 2003).

No processo de globalização da economia, o investimento em políticas restritas e compensatórias pelo Estado – consubstanciadas por organismos multilaterais, sobretudo o Banco Mundial – para atendimento emergencial e seletivo dos grupos em extrema pobreza implica a meta de manter a pobreza em patamares controláveis, bem como a administração dos efeitos recessivos das duras políticas de ajuste econômico (FIGUEIREDO, 2008).

Neves (2005) assinala que o investimento em capital humano, como é recomendado pelo BM ao governo, por meio dos aconselhamentos e empréstimos financeiros em programas com condicionalidades como o Bolsa Família, é explicado como forma de redução da pobreza. A autora afirma, contudo, que essa estratégia legitima a política pelo consentimento ativo do povo brasileiro.

Para Leher (2003), a educação deve ser pensada no âmbito da luta de classes como campo em movimento e em disputa, tendo em vista uma educação específica e regida pela classe trabalhadora; isto é, uma educação que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano. Desse modo, deixaria de ser pensada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos multilaterais o fazem na elaboração e instituição de suas políticas.

Não obstante a vinculação da educação – capital humano – à formação para o trabalho simples ou para o exército de reserva, uma vez que o PBF condiciona a transferência do recurso às famílias que têm filhos matriculados na educação básica e apenas à permanência do aluno na escola, observamos, nas proposições do BM, que

[...] partindo desses ganhos, [que] devem ser realizados esforços para ampliar os resultados do programa sobre o capital humano, com o objetivo de reduzir a pobreza no longo prazo, por exemplo, ampliando os incentivos para que os jovens permaneçam na escola, por meio da sua elegibilidade entre 15 e 17 anos, e concluem o ciclo escolar. O Brasil também precisa encontrar formas institucionalmente viáveis de ajudar na melhoria da oferta de emprego e da produtividade dos trabalhadores pobres, para ajudá-los a sair da pobreza. Nesse sentido, os beneficiários do PBF devem ser vinculados a programas complementares para: (a) treinar os trabalhadores pobres e os jovens (por exemplo, por meio de programas de aprendizado para a vida inteira, alfabetização e educação de adultos, e treinamento profissional); (b) aumentar a capacidade dos pobres de conseguir melhores empregos (por exemplo, utilizando serviços específicos de intermediação e esquemas de informação sobre ofertas de trabalho), e (c) outras atividades para aumentar a produtividade (como os projetos de desenvolvimento rural, microcrédito, etc.). (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 49-50).

A educação é pautada na formação para o trabalho simples, uma vez que a prioridade do ponto de vista do capital é o aumento da produtividade da força de trabalho que garanta, além da reprodução das condições materiais de vida, a coesão social e o consentimento ativo dos dominados. Para Neves (2008, p. 115), as políticas compensatórias assumem “o papel político-ideológico fundamental de instrumento da nova pedagogia da hegemonia”. As políticas sociais adotadas pelo Governo Lula se articulam ao processo de flexibilização/precarização⁵ do trabalho, com direitos sociais e trabalhistas, especialmente, a saúde, educação e a previdência social que estão sendo retirados dos trabalhadores. Do ponto de vista de Druck e Filgueiras (2007, p. 30),

[...] essas políticas de combate à pobreza reduzem, momentaneamente, as carências das populações mais miseráveis, as mesmas estão, de fato, inseridas numa lógica mais geral liberal e num programa político conservador e regressivo socialmente, próprios da nova fase por que passa o capitalismo sob hegemonia do capital financeiro.

⁵ Para Antunes (2008, p. 6-7) “o mesmo quadro de precarização se pode presenciar quando se analisam as diversas modalidades de ‘flexibilização’ do trabalho, que trazem, de modo embutido, diferentes formas de precarização. [...] Dentre as distintas formas de flexibilização – em verdade precarização – podemos destacar a salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos. A flexibilização pode ser entendida como ‘liberdade da empresa’ para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana, segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho”.

As políticas sociais, mais especificamente o Programa Bolsa Família, assumem no Governo Lula a função de amortecimento de tensões sociais dentro do projeto liberal de sociedade, pois elas

[...] não têm capacidade de desarmar os mecanismos estruturais de reprodução da pobreza. De fato, apenas funcionaliza a pobreza, mantendo em permanente estado de insegurança, indigência e dependência o seu público alvo, permitindo, assim, a sua manipulação política para objetivos estranhos aos seus reais interesses. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p.30).

Neste contexto, Neves (2008) discute a importância da educação escolar no processo de luta da classe trabalhadora, como espaço de disputa de concepções de mundo. Para a autora, a escola

Vem se constituindo também em demanda da classe trabalhadora para o exercício de tarefas simples e complexas na produção de vida e também para a compreensão das relações sociais historicamente constituídas e do seu lugar nessas relações. A escola pode ser útil à classe trabalhadora como instrumento de barganha por melhores condições de trabalho, como instrumento da formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes. Mas, para que a educação escolar se transforme efetivamente em instrumento de conscientização da classe, ela precisa superar a sua sempre crescente submissão aos imperativos técnicos e ético-políticos da mercantilização da vida, privilegiando na sua estruturação curricular a omnilateralidade e a politecnicidade. (NEVES, 2008, p. 29).

Desse modo, faz-se necessário que nos indagemos sobre nossa posição mediante o processo de formação das consciências, objetivo de luta da classe trabalhadora, que rompe com a lógica conformadora do capital, como adverte Mészáros (2008, p. 47):

O que precisa ser confrontado e alterado fundamentalmente é todo o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas. Romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente.

Tomamos as palavras de Leher (2009, p. 245): “a nossa tarefa civilizatória não pode ser outra que a busca de um real universalismo para que a escola pública possa ser espaço sonhado pelos lutadores da Comuna de Paris (1871): a escola unitária, que conjuga ciência, arte, tecnologia, cultura e forte base histórico-social”, aí reside o desafio da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou-me evidenciar pela análise dos documentos nacionais do Programa Bolsa Família e do BM, no entanto, que, entre 2003 e 2010, a educação foi definida pelo Governo Lula e pelo Banco Mundial como formação de capital humano e voltada ao mercado de trabalho e/ou o empreendedorismo, pois o que importa é formar força de trabalho com pouca qualificação ou induzir o investimento em negócio próprio, tornando o receptor um

empreendedor⁶. Ainda, encontramos uma ideia disseminada que responsabiliza o indivíduo por sua pobreza.

Pela documentação, realçamos uma conexão entre o Programa Bolsa Família e o Banco Mundial, qual seja: ao se investir nas pessoas mediante a educação, a saúde, o emprego, a cultura, resolver-se-ia o problema da pobreza. Entretanto, tal problema não é geracional nem conjuntural, é um problema econômico-político estrutural, próprio do capitalismo contemporâneo, portanto, estas estratégias obscurecem a realidade experimentada pelos trabalhadores brasileiros.

O Programa Bolsa Família, como política focalizada e compensatória, consubstancia a proposta política e de financiamento do Banco Mundial e isto justifica as condicionalidades nas áreas de educação e saúde básicas, pois faz parte das proposições definidas pelo BM para o combate à pobreza na lógica seletiva e emergencial de programas focalizados. Tais orientações, como referido, não derivam de imposições unilaterais, mas de um pacto entre frações da burguesia, nacional e internacional.

Dessa forma, comprovamos a hipótese de que a formação de capital humano articula-se ao trabalho simples, bem como à produção do exército de reserva. Ser pobre, nessa concepção, é não ter tido a oportunidade de sair da pobreza, razão pela qual a política é a de investir nas pessoas a fim de que elas sejam as responsáveis pelo direcionamento de suas vidas e possam romper com o ciclo geracional da pobreza – isto é, que trabalhem ou, mais precisamente, que tenham seu trabalho explorado. A pobreza geracional seria supostamente quebrada pela educação de crianças e adolescentes.

Assinalamos que tal documentação possibilitou compreender o Programa e as nervuras que o estruturam, seu contexto histórico, econômico, político e social, que obscurecem as principais linhas contidas nas relações sociais do modo de produção capitalista que, para Netto (2010, p. 136), “não é tão-somente produção e reprodução de mercadorias e de mais-valia; é produção e reprodução de relações sociais”.

Deste modo, entendemos que as políticas sociais brasileiras, sobretudo o Programa Bolsa Família, são produto das relações capitalistas hegemônicas e expressam as mediações exigidas pelas tensões derivadas das disputas históricas travadas entre interesses de classes antagônicas (XAVIER; DEITOS, 2006).

A Educação tem assumido, progressivamente, papel importante como estratégia política para a redução da pobreza, de maneira que deriva para a assistência social e recupera a ideia “salvacionista” e “redentora”. Para Neves (2008, p. 115), as políticas compensatórias assumem o “papel político-ideológico fundamental de instrumento da nova pedagogia da hegemonia”. Por sua vez, Xavier e Deitos (2006) entendem que as medidas do Estado de atribuir à educação, especialmente ao processo de escolarização, a função de solucionar a pobreza, cumpre a finalidade ideológica de nublar os embates sociais tensionados pela discussão do acesso da classe trabalhadora às necessidades humanas básicas.

Para o Banco Mundial, o investimento na educação e na saúde básicas contribui para a inserção do sujeito no mercado de trabalho, de maneira que a força de trabalho do pobre seria o seu maior bem. Sob tal visão, cabe ao Estado ampliar o conjunto de oportunidades para os pobres, com investimento em políticas específicas, o que faria aumentar sua contribuição econômica para a sociedade e, conseqüentemente, reduzir por si a pobreza do país. Em

⁶ Segundo Coan (2010, p. 15-16), “A temática do empreendedorismo e sua vinculação ao campo educacional ganhou relevo nos últimos tempos. A expansão de pesquisas e projetos que visam a educar para o empreendedorismo expressam o desejo e a necessidade de se formar um trabalhador de novo tipo caracterizado como trabalhador/empreendedor com perfil e espírito inovador, criativo e proativo, capaz de criar seu próprio negócio ou agir como se fosse dono da organização ou como intraempreendedor evidenciando o caráter liberal centrado no papel social do indivíduo abstraído das determinações estruturais, notadamente de ordem econômica. Essa proposição de educar para o empreendedorismo precisa ser questionada. [...] A educação para o empreendedorismo tem o propósito de formar o homem de novo tipo: o trabalhador/empreendedor e, de modo simultâneo, construir um novo modelo de escola: a escola empreendedora”.

desacordo com essa leitura da realidade, resta-nos questionar: como entendemos que seja o papel da educação para além do que é proposto no Programa Bolsa Família ou para além do papel da educação como formação de capital humano como é recomendado pelo Banco Mundial?

Buscamos respondê-la com base nas palavras de Leher (2010 p. 410): “[...] os educadores comprometidos com a emancipação humana, frente à expropriação e à exploração, precisam alargar o campo de alianças, inserindo a luta pela educação pública unitária na agenda das lutas sociais mais amplas contra a mercantilização da educação”. A educação deve ser pensada no âmbito da luta de classes, como campo em movimento e em disputa. Deve ser entendida de modo específico e regida pela classe trabalhadora, isto é, uma educação que forneça os elementos e as condições necessárias à emancipação humana e à formação do ser humano (LEHER, 2003). Assim, deixaria de ser pensada como formação de capital humano, como os intelectuais da burguesia e organismos multilaterais o fazem na elaboração e implementação de suas políticas. Apoiadas em Evangelista (2008, p. 561) persistimos em nossa convicção de que “em poucas e vitais palavras: é lutar contra ‘a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital’, tarefa inexoravelmente educacional, ainda que não só”, e em Neves (2008), de que a educação escolar é um espaço de disputa de concepções de mundo.

Diante desse cenário, não é possível ficarmos somente em volta de nós mesmos e desconsiderarmos que “somos sujeitos históricos, capazes de apropriar-nos da dimensão pública da escola e do conhecimento como direito social, capazes de lutarmos pela socialização dos bens culturais e materiais” (SHIROMA; EVANGELISTA, 2007, p. 539). Nessa arena, portanto, a disputa pelo projeto de uma educação pautada para além do capital deve prevalecer como presença e horizonte da luta da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova Era da precarização estrutural do trabalho?**. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2013.

BANCO MUNDIAL. **Um Brasil mais Justo, Sustentável e Competitivo: estratégia de assistência ao país 2004-2007**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2008/07/24/000020953_20080724142853/Rendered/PDF/361160PORTUGUESE0BOX0327393B.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento mundial: equidade e desenvolvimento**. Washington, DC, 2006. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2006/Resources/477383-1127230817535/0821364154.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Estratégia de parceria com o Brasil: 2008-2011**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1220388091471/EPBrasil2008.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 10 abril de 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.209, de dezessete de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm>. Acesso em: 10 abril de 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Condicionalidades:** bolsa família. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

COAN, Marival. **Educação para o Empreendedorismo:** implicações epistemológicas, políticas e práticas. 2010. 540 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2010.

DEITOS, Roberto Antonio; XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. Estado e Política Educacional no Brasil. In: DEITOS, Roberto Antonio; RODRIGUES, Rosa Maria (Org.). **Estado, Desenvolvimento, Democracia & Políticas Sociais.** Cascavel, PR: EDUNOESTE, 2006.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do Governo Lula. *Revista Katálysis*, v. 10, n. 1, p. 24-34, jun. 2007.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, Niterói, RJ, ano 10, n. 15, p. 1-29, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1519%20Artigo%20Roberto%20Leher%20e%20Olinda%20Evangelista.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida O. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7. 2005, Quito. **Anais...** Quito: CIHELA, 2005.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de Política Educacional.** 2008. Disponível em: [http://www.dfe.uem.br/texto.Olinda.PDF](http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF). Acesso em: 18 agosto de 2011.

FIGUEIREDO, Irene Marilene Zago. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 19, n. 1, jan./abr. 2008.

LEHER, Roberto. **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

_____. Educação no capitalismo dependente ou exclusão educacional? In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; SILVA, Vandeí Pinto da; MILLER, Stela (Org.). **Marx, Gramsci e Vigotski: Aproximações**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Marília, SP: Cultura Acadêmica, 2009.

LEHER, Roberto. **Educação no Governo Lula da Silva**: Reformas sem projeto. Revista Adusp. Maio de 2005. pp 46-54.

LEHER, Roberto. **O Governo Lula e os movimentos sociais**. In: OSAL (Buenos Aires) n. 10, abril de 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2008.

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZAROS, István. **A educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, set/dez. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos/ Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.)**, Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. São Paulo: Cortez, 2010.

A QUESTÃO INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE AMAZÔNICA

Elisangela Dias Barbosa¹

RESUMO

Neste trabalho, analisamos duas matérias jornalísticas de um dos periódicos do Estado de Roraima, o jornal *Folha de Boa Vista*, as quais reportam fatos que envolveram, de um lado, uma das minorias desse Estado brasileiro, os povos indígenas da Raposa/Serra do Sol, do outro, os grandes latifundiários da região. Situamos nossa análise com parâmetros teóricos advindos dos Estudos Críticos do Discurso, por meio do pensamento de Teun A. Van Dijk, servimo-nos também da abordagem crítica e filosófica de Walter Lippmann e dos parâmetros metodológicos discursivos em contexto midiático de Patrick Charaudeau. A análise revelou os seguintes pontos: a) a mídia, como elite simbólica, na construção da notícia, tende a excluir as minorias; b) o tratamento dado pelo jornal *Folha de Boa Vista*, nas matérias jornalísticas analisadas, é desfavorável para com os indígenas e tende a alimentar o estereótipo do indígena rebelde e a reproduzir o racismo na sociedade roraimense, além de revelar o seu despreparo para a abordagem de assuntos interétnicos em um contexto como o da Amazônia.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Povos indígenas. Estereótipo. Racismo.

1 INTRODUÇÃO

O Ao tratarmos da questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita do Estado de Roraima, objetivamos investigar como os povos indígenas da etnia Macuxi foram representados nas matérias jornalísticas, veiculadas no jornal *Folha de Boa Vista*, que narravam o fato ocorrido no dia 05 de maio de 2008, na Fazenda Depósito, dentro da reserva indígena em litígio. Priorizamos esse fato devido ao modo como a notícia foi construída por esse jornal, que o caracterizou como uma ocorrência entre indígenas e funcionários da fazenda. Motivou-nos a pergunta: Considerando os povos indígenas uma minoria social e o discurso midiático como

¹ Mestre em Língua Portuguesa, com ênfase na Análise do Discurso, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessora Pedagógico-Pastoral da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil. Contato: <elisangela.dbmss@yahoo.com.br>

discurso das elites capaz de agir na opinião pública e de alimentar estereótipos e racismo, qual o tratamento dado aos povos indígenas na mídia escrita *Folha de Boa Vista*?

Para análise, selecionamos duas matérias jornalísticas que estão relacionadas com esse fato. Como metodologia, recorreremos aos parâmetros teóricos advindos dos Estudos Críticos do Discurso, por meio do pensamento de Teun A. Van Dijk, servimo-nos também da abordagem crítica e filosófica de Walter Lippmann e dos parâmetros metodológicos discursivos em contexto midiático de Patrick Charaudeau.

No tópico nº 1, contextualizamos o fato narrado pela mídia local, apresentando a questão indígena desde a homologação da região Raposa/Serra do Sol em terra indígena (TI) e os desdobramentos na sociedade roraimense. No tópico nº 2, abordamos a estereotipia de indígena, com dados na pesquisa do Instituto Socioambiental (ISA). No terceiro tópico, temos a análise das duas matérias jornalísticas em questão, sob a perspectiva do mundo a comentar e do mundo comentado, ou seja, do fato acontecido ao fato narrado. Por fim, as conclusões da análise estão na perspectiva do *mundo interpretado*, que, sob o nosso olhar analítico, são apresentados os dados que emergiram no estudo e aprofundamento de nossa questão norteadora.

2 QUESTÃO INDÍGENA E RACISMO

No dia 15 de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinava o decreto de homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima. Uma medida que se tornou possível devido ao Supremo Tribunal Federal (STF) ter extinguido, de forma unânime, todas as liminares e processos que questionavam a demarcação da referida terra indígena.

Infelizmente, a assinatura da homologação não concluía um assunto pendente, pois, a partir dele, os grupos de interesse intensificaram suas “metodologias” de ações contrárias à demarcação e homologação da referida terra indígena, com represálias às populações indígenas e aos que se identificavam com a causa indígena em Roraima.

Assim, o período de 2005 e 2008 foi marcado pela mobilização: tanto para aqueles que eram contra a demarcação da terra indígena em questão, quanto para aqueles que eram a favor. A demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol foi muito debatida e reportada pelos jornais impressos locais. Ou seja, a sociedade foi bastante solicitada a se posicionar sobre o caso, porém, as comunidades indígenas foram deixadas de lado nessa discussão (ISA, 2009). Por outro lado, o teor das discussões sobre a questão indígena Raposa/Serra do Sol assumiu características anti-indígenas, conforme observação de Baldi, em seu artigo “*Indígenas: Constituição, racismo e colonialismo*”, publicado pelo Ministério Público Federal, em seu site.

Podemos considerar essas características anti-indígenas como sintomas de racismo, da negação do outro por sua cultura e etnia. De acordo com Van Dijk (2005), o racismo ainda é um tema tão atual e tão presente no espaço público e social. Em seu artigo “*Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo*”, Van Dijk (2005) diz que o *novo racismo* apresenta-se muito democrático e respeitador e nega-se como racismo. A sua natureza é sutil e simbólica, por isso, as muitas formas do *novo racismo* são discursivas, como por exemplo as notícias jornalísticas. É por meio das formas discursivas, oral e escrita, que tal racismo se expressará, se propagará. Comparado com o velho racismo, essas formas discursivas do *novo racismo* são igualmente eficazes e causam maiores danos, pois marginalizam e excluem as minorias e a sociedade dominante tende a falar negativamente das minorias, em suas várias formas discursivas, como algo normal, natural, apresentando visões de *senso comum*.

Diante desse universo discursivo, nas abordagens das minorias, o discurso das mídias é um forte propagador, e de modo sutil, do racismo contemporâneo. Por isso, é preciso aprofundar

seus mecanismos de transmissão da notícia e seu poder simbólico na formação da opinião pública.

3 O ESTEREÓTIPO DE INDÍGENA

Conforme Lippmann (2008), uma situação comum é o fato de nosso conhecimento ser limitado, pois são poucas as coisas que realmente conhecemos de modo íntimo. Aquilo que julgamos conhecer, na verdade, é apenas um fragmento de um todo.

Essa tensão, do conhecido e desconhecido, permeia também os estereótipos: eles chegam à nossa mente ativados pela memória das representações sociais ditas conhecidas e revelam a nossa visão de mundo. A chave para lidar com eles seria manter a nossa visão de mundo aberta, ou seja, ver as coisas, conhecidas ou não, de maneira nova, sem nos deixarmos levar pela generalização. O autor diz ainda que, frequentemente, sustentamos nossos estereótipos como mecanismo de defesa de nossa posição social, ou seja, o sistema de estereótipos nos ajudaria a dizer quem somos *nós* e quem são os *outros*.

Com relação aos povos indígenas, Santilli (2000) apresenta uma pesquisa, idealizada pelo ISA (Instituto Socioambiental) e realizada pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), por ocasião das comemorações dos 500 anos de Brasil.

Santilli comenta que ainda existem visões estereotipadas e contraditórias sobre os indígenas, desde o início da colonização, com os primeiros contatos. E dessa forma, teríamos duas vertentes para a imagem de indígena: uma das vertentes seria aquela do “bom selvagem”, a imagem do indígena “em sintonia perfeita com a natureza, desprovido da maldade européia, heróico por existir” (SANTILLI, 2000, p.43), muito difundida pela literatura; a outra vertente seria aquela antropofágica, “assustada com a reação violenta de grupos indígenas ao processo de colonização” (SANTILLI, 2000, p.43). Segundo Santilli, esta vertente “justificou as mais violentas políticas de extermínio físico de índios.” (SANTILLI, 2000, p.44)

Passemos, agora, para o próximo ponto que é aquele do mecanismo de construção e transmissão da notícia.

4 A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Em *Discurso das Mídias* (2007), Patrick Charaudeau afirma que, no mundo midiático, o acontecimento é sempre construído, devido ao processo que vai do *fato acontecido* ao *fato noticiado*, e dentro desse processo encontramos seres humanos não só com a sua função social, no caso da Mídia, o jornalista, mas também com a sua subjetividade e visão de mundo. Ou seja: “Partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias a seu ofício.” (CHARAUDEAU, 2007, p.156)

Segundo o autor, a notícia nunca chegará até nós, receptores da notícia, como ela é realmente, ela passará por um “filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real” (CHARAUDEAU, 2007, p.131).

Na mídia escrita, diferentemente das mídias que têm recursos de simultaneidade entre acontecimento e notícia (televisão, rádio, internet), os fatos reportados como notícia são reportados com um período de tempo posterior. É na supressão desse espaço de tempo que o jornalista, o qual é uma testemunha esclarecida e sabe da sua responsabilidade em relatar de modo crível os acontecimentos do mundo, torna-se um narrador, pois ele constrói uma narrativa, dentro do contrato de informação, utilizando-se da *visada de captação*, para o fato acontecido.

A esse respeito, Charaudeau diz que “a instância midiática institui-se num ‘meganarrador’ composto, incluindo aí a fonte da informação, o jornalista que redige a notícia e

a redação que a insere numa determinada encenação.” (CHARAUDEAU, 2007, p.157) Esse meganarrador fará as suas operações de construção da narrativa nos casos em que o acontecimento bruto desenvolve-se simultaneamente à narrativa, e sob esse aspecto ela será chamada *narrativa em simultaneidade*, e, também, quando o acontecimento bruto já se desenrolou, e aqui será chamada *narrativa reconstituída*.

Para nós, interessa-nos a *narrativa reconstituída*. O meganarrador, livre das restrições da simultaneidade, desenvolve algo semelhante a um narrador de narrativa de ficção, pois ele empenha-se no trabalho de montagem e de roteirização do acontecimento. Quaisquer que sejam as variantes da narrativa, o meganarrador, ao comentar um acontecimento, seguirá os seguintes procedimentos da narrativa: *Abertura da narrativa*; *Reconstituição dos fatos*; *Comentário explicativo* e *Conclusão da narrativa*.

A seguir, faremos a análise discursiva de duas matérias jornalísticas envolvendo os povos indígenas de Roraima, a sociedade envolvente e mídia local. Utilizaremos da estrutura narrativa midiática apresentada por Charaudeau: mundo a comentar, mundo comentado, mundo interpretado.

4.1 O MUNDO A COMENTAR

As matérias jornalísticas abordam um fato ocorrido no dia 05 de maio de 2008, dentro das regiões Raposa e Serra do Sol, mais especificamente na Fazenda Depósito, de propriedade de Paulo César Quartiero, então prefeito do município de Pacaraima.

Rangel (2009), na introdução do relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil-2008*, descreve o acontecimento:

Apesar de a sociedade estar com a atenção voltada para o julgamento da TIRSS, não se evitou a violência contra os povos indígenas em diversas regiões do Brasil. Um episódio indigno foi filmado na TIRSS, no dia 05 de maio: um grupo de indígenas estava construindo casas na área em litígio com a Fazenda Depósito, quando chegam uma caminhonete e algumas motos, das quais saem homens encapuzados de armas em punho e começam a atirar na direção dos indígenas que estavam trabalhando. Um rapaz filmou o episódio, homens mirando e atirando; ouvem-se os gritos dos atingidos pelos tiros e inicia-se uma correria, o cinegrafista também é alvo dos tiros e põe-se a correr. A filmadora volta-se para o chão e registra a corrida, ora mostrando os pés do cinegrafista, ora mostrando apenas o capim e depois a estrada de terra. A máquina capta o som dos pés do cinegrafista batendo no chão, chap chap chap, na corrida temerosa para fugir dos tiros. Depois a filmagem volta-se para o socorro das vítimas (10 homens e adolescentes). São acomodadas, meio empilhadas, na carroceria de uma caminhonete e são levadas para o posto de saúde e, de lá, para o hospital mais próximo. Enquanto isso, durante o socorro, algumas mulheres gritam, e uma delas grita, em alto e bom, indignada pelo risco de vida de seu filho. (RANGEL, 2009, p.14)

Então, diante do fato ocorrido no dia 05 de maio, o qual veio a constituir-se em acontecimento devido à manifestação discursiva, ou seja, alguém falou desse fato, é relevante considerarmos como peça importante o vídeo registrado, pois é por meio dele que se pode constatar o fato comentado.

A seguir, passaremos para o tratamento do acontecimento, para analisarmos como o fato foi construído em notícia, pela instância midiática local, e como se estabeleceu o processo de narrativa reconstituída.

4.2 O MUNDO COMENTADO

A nossa opção pelo jornal *Folha de Boa Vista* dá-se pelo fato de ser o jornal local, mais difundido e mais lido pela sociedade roraimense, pois o mesmo, apesar de ter o nome da capital do Estado de Roraima, Boa Vista, tem ampla circulação nas demais cidades e foi o que mais perdurou ao longo dos anos, se compararmos com os outros jornais que surgiram em Roraima.

O jornal *Folha de Boa Vista* comentou o acontecimento do dia 05 de maio de 2008 em 06 de maio. As matérias jornalísticas foram veiculadas na seção *Cidades*. São duas as matérias desse dia: a primeira narra o acontecimento, a segunda narra a explicação para o acontecimento em si.

4.2.1 Matéria jornalística A

A **matéria jornalística A** tem como título: “RAPOSA SERRA DO SOL – Nove índios feridos em invasão à fazenda”. Leiamos os dois primeiros parágrafos:

1. Nove índios ficaram feridos quando ocupavam a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), o maior produtor que briga para permanecer na terra indígena Raposa Serra do Sol, a nordeste de Roraima. Eles foram recebidos a tiros por funcionários do produtor.
2. Cerca de 100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) invadiram uma das propriedades do prefeito, localizada na Vila Surumu, entrada principal da reserva, ontem pela manhã. A Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança foram ao local para tentar estabelecer a paz.

Destacamos esses dois parágrafos como a *abertura da narrativa* e nele encontramos o *lead* da notícia, pois ela se desenvolverá para contar que cerca de 100 indígenas, ligados ao CIR, “invadiram” a fazenda do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, do partido DEM, e desse grupo, nove indígenas foram feridos, com armas de fogo e bombas caseiras, pelos funcionários do produtor.

Na leitura dos dois primeiros parágrafos, visualizamos que o ponto de partida da narrativa e a proposição de seu tema central será o ferimento causado aos índios, durante ocupação de fazenda. Nesses dois parágrafos, encontramos também as personagens principais da narrativa midiática. São elas: a) os índios que reivindicam o reconhecimento de suas terras já homologadas, os quais são apresentados como aqueles “ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR)”; b) o político e proprietário da Fazenda Depósito, Paulo César Quartiero, que representa os grandes fazendeiros que são contra a demarcação indígena e, por ser prefeito, representa também os políticos do Estado de Roraima que são contra a demarcação da reserva indígena em questão; c) os funcionários da Fazenda Depósito, os quais agem com violência para com os manifestantes da comunidade indígena; d) Polícia Federal e Força Nacional de Segurança, que foram ao local para tentar estabelecer a paz.

Na **matéria jornalística A**, traçando um quadro geral, com os papéis desempenhados por cada personagem, teríamos o seguinte esquema:

Personagens da narrativa	
Agente	Atuação
Indígenas (ligados ao CIR)	Ocupam/invadem fazenda de Paulo César Quartiero.
Paulo César Quartiero	“briga” para permanecer na reserva indígena.
Funcionários de Quartiero	Ferem nove indígenas a tiros durante ocupação de fazenda.
Polícia Federal e Força Nacional de Segurança	Tentam estabelecer a paz no local do conflito.

Reuter (2002) comenta que as personagens têm um importante papel na organização narrativa, pois elas são “elementos-chaves da projeção e da identificação dos leitores.” (Reuter, 2002, p.41)

Entre os parágrafos terceiro e oitavo, teríamos a *reconstituição do fato*. Essa reconstituição dá-se por meio da voz do delegado federal Everaldo Eguchi, chefe da Operação Upatakon 3, uma operação destinada a realizar o processo de desintrusão de não-índios da reserva indígena em questão. Vejamos:

3. Segundo o delegado federal Everaldo Eguchi, chefe de operações da Operação Upatakon 3 da base Surumu, era por volta das 8h quando ele estava na sede de Pacaraima e recebeu a informação de que 100 índios estariam se deslocando para a fazenda Depósito, que possui 5 mil hectares, de propriedade de Quartiero.
4. A manifestação, que seria pacífica, contava inclusive com participação de mulheres e crianças. Ele disse que também recebeu a informação de que pistoleiros a mando do rizicultor estariam chegando do Maranhão para defender a fazenda.
5. De posse dessas informações, disse que acionou via rádio a equipe que permanece na base fixa na sede da Vila Surumu, sendo 10 homens da Polícia Federal e 10 homens da Força Nacional de Segurança.
6. Os policiais teriam se deslocado ao local da manifestação, por volta das 9h, já encontrando os nove indígenas feridos. “Os policiais ainda chegaram a ver dois dos homens que atiraram nos índios fugindo em duas motos”, relatou.
7. Conforme o policial, os índios invadiram a fazenda, como forma de forçar a saída de Paulo César Quartiero da terra indígena. Eles construíram barracões feitos de paus e lona. “Eles [os índios] avisaram que não vão sair, que vão permanecer na fazenda de Paulo César Quartiero até ele sair da região”, disse o delegado.
8. Ainda segundo Eguchi, indígenas do CIR teriam dito que 10 funcionários do rizicultor teriam chegado ao local da invasão munidos de espingardas calibre 12 e bombas de fabricação caseira. “Eles já desceram dos veículos atirando e ateando as bombas nos indígenas de forma irresponsável. Essa tragédia poderia ter proporções piores”, ressaltou.

Ao lembrarmos o esquema das personagens, a voz do delegado é aquela voz que tem como função estabelecer a paz. Charaudeau (2007) delineia um quadro sobre a identificação das fontes. Nesse quadro, o autor apresenta a relação das mídias com as fontes, sendo que estas podem ser internas ou externas à própria mídia. Ele especifica as fontes externas às mídias como *institucional* e *não institucional*. Para o tópico *institucional*, o autor apresenta as categorias de *Estado-Governo*, *Administração*, *Org. sociais*; e para o tópico *não institucional*, apresenta as categorias *testemunhos*, *especialistas*, *representantes*. Qualificamos a fala do delegado federal como uma *fonte externa à mídia/institucional*, dado que a sua representatividade é federativa. Ressaltamos que não encontramos nenhuma *fonte externa à mídia* que tivesse vínculo com a comunidade indígena.

A segunda parte do artigo inicia-se com o título “Feridos foram levados para hospitais nas cidades de Pacaraima e Boa Vista” e compreende seis parágrafos. Poderíamos considerá-la como a *conclusão da narrativa*, pois destaca o socorro prestado aos feridos e como será a atuação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança após o fato ocorrido:

1. O delegado federal Everaldo Eguchi informou que dos nove índios feridos, seis foram socorridos em um carro da Funai e encaminhados ao Hospital de Pacaraima. Destes seis, cinco estavam feridos à bala e um a coronhadas. Os outros três, que estavam em estado mais grave, foram levados em um avião monomotor da Funai para o Pronto Socorro, em Boa Vista. Um teria levado um tiro no rosto, o outro no abdome e o terceiro foi alvejado na perna.
2. De acordo com o secretário de Saúde de Pacaraima, Júlio Jordão, no início da tarde outro índio foi encaminhado ao hospital, totalizando sete internados naquela unidade de saúde. Destes, três foram removidos para a Capital de ambulância, por não apresentarem ferimentos graves. Os outros quatro, que inspiravam um cuidado maior, foram encaminhados no final da tarde em avião da Funai e em uma ambulância para a Capital.
3. O delegado ouviu preliminarmente quatro indígenas do CIR que testemunharam o ocorrido, no posto da PF em Pacaraima e os encaminhou à Superintendência Regional da PF em Boa Vista, para prestarem depoimento em um inquérito que será instaurado.
4. “Vamos instaurar um inquérito para apurar os crimes que estes homens cometeram. Só com o que ouvi posso enquadrá-los em tentativa de homicídio e formação de quadrilha”, disse. O delegado também informou que toda a ação criminosa foi registrada por um dos indígenas que estava no local com uma câmera filmadora.
5. Questionado se o efetivo de policiais que permanece no local é insuficiente para o conflito que existe, Eguchi afirmou que o número de policiais era adequado ao clima de tranquilidade que pairava no local. Depois do ocorrido, o número de policiais foi ampliado para 100, podendo aumentar de acordo com a necessidade.
6. Ele disse ainda, que tem a informação de que mais 500 índios vão chegar para se unir aos outros indígenas na manifestação dentro da fazenda do rizicultor. Mas que sem uma ordem judicial, não podem realizar a retirada dos índios.

No parágrafo 4, além do discurso do delegado, tem-se a informação de que toda a ação de violência contra os indígenas foi registrada por um dos indígenas que portava consigo uma câmera filmadora. Essa é a única vez que, na narrativa midiática, tem-se uma menção ao vídeo, o qual foi citado por Rangel (2009), no relatório *A violência contra os povos indígenas no Brasil*.

Após leitura analítica da matéria, podemos concluir que a construção narrativa tende a favor dos não-índios. Um dos primeiros aspectos que pode confirmar tal afirmação é o modo como são descritas as personagens. No esquema anterior sobre as personagens, é visível que os indígenas não possuem nome e a sua atuação é descrita em forma de ataque e não de defensiva, dado que foram eles os agredidos, pois é descrita a invasão. Outro dado, ainda sobre as personagens, é que existe um *déficit* na progressão referencial de algumas delas. Vejamos:

Progressão referencial das personagens da narrativa midiática		
Não-índios	Paulo César Quartiero	“Paulo César Quartiero (DEM)”, “prefeito”, “maior produtor”, “Quartiero”, “rizicultor”.
	Everaldo Eguchi	“delegado federal Everaldo Eguchi”, “chefe de operações da Operação Upatakón 3”, “delegado”, “Eguchi”.
	Júlio Jordão	“secretário de saúde de Pacaraima”.
	Funcionários da fazenda	“funcionários”, “pistoleiros”, “dois homens”, “10 funcionários”
Índios	Indígenas	“Nove índios feridos”, “100 índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR)”, “100 índios”, “nove indígenas feridos”, “os índios”, “indígenas”, “outro índio”, “quatro indígenas do CIR”, “500 índios”, “outros indígenas”.

Segundo Koch e Elias (2008), o processo de referenciação denomina “as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes” (2008, p.123). Ao passo que a progressão referencial significa quando referentes já introduzidos no texto “são retomados mais adiante ou servem de base para a introdução de novos referentes” (KOCH e ELIAS, 2008, p.123). Na matéria jornalística em questão, a progressão referencial para indígenas é sempre indígenas.

Mas não é só ao rosto indígena que se deseja cancelar, também a sua voz. Em todo o artigo não encontramos nenhuma voz indígena. As pessoas entrevistadas, ao longo da narrativa, foram o delegado federal e o secretário de saúde de Pacaraima. Isso reforçaria a afirmação de Van Dijk (2008) quando ele diz que as minorias têm um acesso bastante restrito às mídias, pois quando são temas nas notícias, na construção das mesmas tem-se sempre a fala de membros majoritários.

Poderíamos nos perguntar: *como a instância receptora interpretará esse mundo comentado? Para quem o jornal está falando?* Mas, procedamos ainda com a análise e levemos conosco tais questionamentos.

4.2.2 Matéria jornalística B

A **matéria jornalística B** apresenta os desdobramentos ainda do dia anterior. O título principal da matéria é: “*TIROS DURANTE INVASÃO – Quartiero diz que foi legítima defesa*”. A mesma é constituída por quatro partes, sendo um título principal de abertura da narrativa e mais três subtítulos. Poderíamos considerar as duas primeiras partes como um capítulo, pois narra especificamente a permanência dos indígenas na fazenda, ou seja, a manifestação deles e traz, também, a fala de Paulo César Quartiero que defende a ação de seus funcionários.

As outras duas partes constituiriam outro capítulo, pois narram a manifestação daqueles que são contrários à demarcação e homologação da reserva indígena. Essa manifestação aconteceu na capital, no coração da cidade de Boa Vista, no Centro Cívico. Dessa forma, considerando as quatro partes reunidas, conforme tema, em capítulos, teríamos claramente delimitado o espaço para ambas: o primeiro capítulo teria como espaço da narrativa a própria reserva indígena, o segundo capítulo teria como espaço da narrativa a cidade. Indo mais além na leitura analítica, a marcação dos espaços evidenciaria o velho e desgastante embate entre indígenas e colonizadores, entre o que é considerado primitivo e o que é considerado civilizado. Entremos no primeiro capítulo da narrativa.

Destacamos os cinco primeiros parágrafos como *abertura da narrativa*:

1. Em entrevista à Folha, o prefeito de Pacaraima e rizicultor Paulo César Quartiero (DEM) confirmou a informação de que os índios do Conselho Indígena de Roraima (CIR) foram feridos por seus funcionários, no entanto disse que eles agiram em legítima defesa.
2. “Dei a recomendação para que não deixassem ninguém invadir a fazenda e dei ordens para que atuassem conforme a situação. Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas”, defendeu seus funcionários.
3. Conforme Quartiero, caso a ordem e segurança pública não sejam instaladas, ele mesmo irá ao local da invasão para impedir a ação dos indígenas.
4. “As polícias Federal, Civil e Militar dizem que nada podem fazer para conter as ações dos índios que estão invadindo a minha propriedade. Mas se preciso for, eu mesmo irei proteger as minhas terras”, disse.
5. Há a informação extra-oficial de que centenas de índios que defendem a permanência dos produtores de arroz na Raposa Serra do Sol estariam se deslocando hoje para fazenda Depósito para defender a propriedade de Paulo César Quartiero.

Ao compararmos com a **matéria jornalística A**, esta matéria apresenta outra informação importante ao leitor: aquela de que os funcionários agiram em legítima defesa, ou seja, para se defender dos ataques dos indígenas, os quais receberam os funcionários a flechadas, segundo declaração de Quartiero.

Encontramos na *abertura da narrativa* o acionamento de estereótipo de indígena: “*Dei a recomendação para que não deixassem ninguém invadir a fazenda e dei ordens para que atuassem conforme a situação. Como eles foram recebidos a flechadas e estavam em um número menor, reagiram atirando até para salvarem suas vidas*”, *defendeu seus funcionários*.

O acionamento do estereótipo de indígena dá-se para justificar um ato criminoso, e pode amenizar o ato em si, pois, em nosso imaginário social, um dos estereótipos de indígena é aquele primitivo que deve ser domado e é considerado como ameaça.

Apoiando-se na declaração de Quartiero de que os funcionários agiram em legítima defesa para se defender do ataque dos indígenas, que estavam em maior número e armados com flechas, a instância midiática acaba contribuindo para a manutenção do repertório de estereótipo de indígena, e aquele estereótipo do selvagem violento.

Ainda no que seria o primeiro capítulo da narrativa, teríamos um subcapítulo, intitulado “Índios permanecem na fazenda”. No espaço da reserva, a jornalista conta como continuou a ocupação feita pelos indígenas, após o ataque que resultou nove feridos. Consideramos esse trecho como a *reconstituição do fato*, a qual deverá ser levada em consideração juntamente com a primeira reconstituição, feita na **matéria jornalística A**. Naquela, a reconstituição se dava por uma das personagens da narrativa midiática, ou seja, pelo relato do delegado federal Everaldo Eguchi, como *fonte externa à mídia* (CHARAUDEUA, 2007). Nesta, a reconstituição é feita pelo próprio narrador midiático, o qual assume a função de *fonte interna à mídia*. É sob seu olhar que tudo é narrado:

1. A Folha chegou à região do conflito por volta do meio-dia, em um carro próprio. Já dentro da terra indígena, a poucos quilômetros da Vila Surumu, a equipe de reportagem cruzou com o carro da Fundação Nacional do Índio (Funai) que socorria os indígenas e com o veículo da Polícia Federal que levava quatro índios do CIR para prestar declarações no posto da PF em Pacaraima.
2. Depois de presenciar o embarque da aeronave da Funai que socorria os índios, ao chegar em Surumu, a equipe seguiu para a região do conflito, distante 6 quilômetros da sede da vila, onde foi realizada a invasão, nos fundos da fazenda Depósito, a maior localizada na terra indígena Raposa Serra do Sol.
3. No local havia aproximadamente 70 índios dentro da propriedade, armados de foices, terçados e bastante nervosos. Uma índia, de aproximadamente 40 anos, gritava que seu marido estava entre os feridos e que ele iria morrer. Mas disse que mesmo assim iria permanecer no local até que o arroteiro Paulo Quartiero saísse da terra indígena. Também havia sangue no local e em uma das viaturas da PF.
4. Os índios, que já haviam levantado três barracões, construíram mais quatro até às 15h. Ao mesmo tempo, um caminhão se deslocou três vezes até a sede da vila trazendo mais índios para o local da ocupação.
5. Apenas três homens da Força Nacional de Segurança e um policial federal permaneciam no local do conflito, em duas viaturas. Por volta das 13h, outros 16 homens chegaram em mais viaturas para reforçar o policiamento.
6. A equipe de reportagem se deslocou até a sede de Pacaraima onde entrevistou o delegado Everaldo Eguchi e o secretário municipal de Saúde, Júlio Jordão. Ainda registrou a remoção dos feridos do Hospital de Pacaraima para Boa Vista na aeronave da Funai.

Poderíamos nos perguntar: por que a instância midiática, dado que foi até o local do acontecimento, na sua narração, não apresentou nenhuma entrevista com os indígenas? Por que não se fala da filmagem feita por um dos indígenas, dado que o produtor Quartiero diz algo que

não aconteceu e ainda usa de estereótipos para justificar um ato criminoso? Por que os feridos são feridos e não são vítimas de um atentado violento?

Apesar do narrador midiático não comentar a existência de arco e flecha, objetos utilizados para acionar o estereótipo de indígena, na voz de Quartiero, destacamos que a descrição da tensão no local do conflito, sob sua observação, contribui para alimentar o estereótipo acionado, pois enfatiza os indígenas como nervosos e perigosos: *“haviãam aproximadamente 70 índios dentro da propriedade, armados de foices, terçados e bastante nervosos”*. Ou seja, o número é relevante e os mesmos estão “armados” e nervosos, suscitando uma situação de perigo, pois o policiamento no local é escasso: *“Apenas três homens da Força Nacional de Segurança e um policial federal permaneceriam no local do conflito, em duas viaturas. Por volta das 13h, outros 16 homens chegaram em mais viaturas para reforçar o policiamento.”*

O modalizador “apenas” aparece na voz do narrador midiático e salienta a presença de sua subjetividade, pois se esse modalizador não estivesse no texto, a redação teria outro tom: *“Três homens da Força Nacional e um policial federal permaneceriam no local do conflito...”* A palavra “apenas” reforça a ideia construída na narrativa de que indígenas nervosos e armados são sinais de perigo, pois para os 70 indígenas há *apenas* um número insignificante de efetivo policial. A narração feita pela instância midiática, para o leitor, torna-se uma “fotografia” da fala de Quartiero.

Vejamos, agora, o que consideramos como segundo capítulo da narrativa. Em uma narrativa, o narrador onisciente tem a capacidade de passar de um espaço a outro (cf. REUTER, 2002). É justamente o que acontece nessa matéria analisada. Nesse segundo capítulo, o narrador nos conta sobre a manifestação daqueles que são contrários à demarcação da reserva indígena, ou seja, ele deixa a reserva indígena e passa para o centro da capital de Roraima. O segundo capítulo é constituído por mais dois subcapítulos. O primeiro intitula-se “Militares da reserva e rizicultores fazem manifestação no Centro Cívico”:

1. Com faixas e cartazes, a Associação dos Militares da Reserva de Roraima, rizicultores e outras entidades pediram atenção dos governos para as ações praticadas por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, segundo eles, ameaçam a soberania nacional.
2. Segundo o reservista Egídio Faitão, a manifestação não tem o objetivo de demonstrar nenhum tipo de revanchismo, mas explicitar que a categoria está atenta para os problemas ocorridos no Estado nos últimos meses e que podem vir a afetar a soberania nacional.
3. “Estamos usando o princípio da liberdade, da vigilância cívica e patriótica”, disse complementando que um dos organismos responsáveis pelos conflitos que estão acontecendo do Estado são as *Ongs* que atuam na Amazônia. “É vergonhoso como as *Ongs* sopram a discórdia e a segregação social. Elas criam conflitos e plantam hoje sementes para fragmentar e facilitar a intervenção dos países europeus e da América no Brasil”, disse.
4. Ele citou como exemplo fatos que já estariam ocorrendo em países como a Bolívia, onde alguns estados estão pedindo independência. Faitão acredita que a intenção dos organismos internacionais é dividir a Amazônia em blocos (que seriam as reservas indígenas) para facilitar a intervenção e o domínio da Amazônia.
5. “Desde a época da colonização esses países já demonstravam cobiça sobre essa região. Com essa fragmentação, fica bem mais fácil uma intervenção internacional, assim como eles fizeram com a Iugoslávia, hoje dividida em vários países”, disse.
6. Outro militar da reserva, Paulo César, alegou que muitas comunidades indígenas estão se julgando acima da lei, pois mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a retirada de não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, até o julgamento do mérito da questão, uma fazenda foi invadida por indígenas, armados de flechas.

7. “Se é para cumprir a lei, então que cumpramos todos. Os índios por acaso estão acima da lei? A Polícia Federal tem que agir nessa situação. Hoje estamos perdendo o direito de ir e vir em nosso Estado, porque os indígenas já param o cidadão na estrada, proíbem a entrada, ameaçam com flechas”, disse.

Esse trecho, constituído por sete parágrafos, ao analisarmos o título, comparando-o com aquele “Indígenas permanecem na fazenda”, temos a impressão inicial de que o narrador nos contará também sobre a outra manifestação, aquela contrária à demarcação da reserva indígena. Mas a narrativa segue a sua evolução para explicitar julgamentos sobre a demarcação da terra.

Já havíamos dito antes que não foi apresentada nenhuma fala que representasse a comunidade indígena. E avaliamos tal situação como uma confirmação da teoria de Van Dijk (2008), que diz que, na construção da notícia, as minorias não têm espaço e não são consideradas como texto-fonte crível.

Dessa forma, qualificamos as falas dos militares entrevistados, que o narrador apresenta na narrativa em discurso direto, como uma fonte externa à mídia, sob a categoria de especialista, pois são militares da reserva do Exército Brasileiro e o tom da argumentação gira em torno da soberania nacional: (a) “*Estamos usando o princípio da liberdade, da vigilância cívica e patriótica*”; (b) “*É vergonhoso como as Ongs sopram a discórdia e a segregação social. Elas criam conflitos e plantam hoje sementes para fragmentar e facilitar a intervenção dos países europeus e da América no Brasil*”; (c) “*Desde a época da colonização esses países já demonstravam cobiça sobre essa região. Com essa fragmentação, fica bem mais fácil uma intervenção internacional, assim como eles fizeram com a Iugoslávia, hoje dividida em vários países*”.

Na parte intitulada “*Rizicultores ficam sabendo de invasão durante manifestação*”, temos os seguintes parágrafos:

1. O rizicultor Agenor Faccio lembra que a questão da retirada dos não-índios da Raposa Serra do Sol não é só dos rizicultores, e sim de toda a sociedade. “Por isso viemos aqui unir forças nessa manifestação”, disse. Ele cultivava arroz há 30 anos na região do Surumu e disse ter ficado preocupado com a notícia recebida durante a manifestação de que uma fazenda foi invadida por índios na região de Surumu, entrada principal da terra indígena.
2. “Esperamos que a Polícia Federal esteja lá realmente para manter a ordem. Nós estamos aguardando a decisão da Justiça, só que os indígenas não estão”, disse.
3. A esposa de um rizicultor que também tem propriedade na região dos conflitos, Regina Barili, disse que a sensação da família é de total insegurança nesse momento. “Estamos aqui para apoiar a manifestação, porque essa é uma questão que vai bem além dos rizicultores. Agora fiquei sabendo da invasão de uma fazenda e fiquei preocupada. Nós trabalhamos e lutamos a vida toda e agora somos tratados como invasores. É uma pena que os direitos humanos não são para seres humanos direitos”, disse.

Nesses três parágrafos, o *mundo comentado*, ou seja, a outra manifestação, que ocorre na capital de Roraima, as personagens continuam a ter nome, sobrenome e função social. Diferentemente para as personagens da outra manifestação, aquela que ocorre na reserva indígena em litígio.

Consideramos esse último trecho como a *conclusão da narrativa*, o que não significa ser a conclusão do fato em si. Mas é interessante observar que a *conclusão da narrativa* termina com a voz não-índia: “*Estamos aqui para apoiar a manifestação, porque essa é uma questão que vai bem além dos rizicultores. Agora fiquei sabendo da invasão de uma fazenda e fiquei preocupada. Nós trabalhamos e lutamos a vida toda e agora somos tratados como invasores. É*

uma pena que os direitos humanos não são para seres humanos direitos". E desse discurso reportado pela jornalista, permanece a última palavra, aquela de que "*os direitos humanos não são para seres humanos direitos*". E os indígenas, quem são eles e quais os seus direitos?

Interessante também é o título dado pelo narrador midiático: "Rizicultores ficam sabendo de invasão durante manifestação". Por que não dizer dessa forma: "Rizicultores ficam sabendo da agressão aos índios". Charaudeau (2007) diz que um acontecimento para ser noticiado deve apresentar um *caráter de novidade*, ou seja, que apresente um elemento novo, desconhecido pelo público. No *lead* da **matéria jornalística A**, o tema principal, o caráter de novidade, era a agressão que os indígenas sofreram. Porém, após leitura das duas matérias, veiculadas no mesmo dia, surgem alguns questionamentos, tais como: Para as matérias analisadas, onde estaria o caráter de novidade? No fato de que um grupo de indígenas foi ferido de modo desleal? Ou no fato de que os indígenas "invadiram" uma das maiores fazendas que fica localizada dentro da reserva?

Ao fim da análise desta matéria jornalística, percebemos que, para os dois espaços (reserva indígena/ centro da cidade), existem pontos em comuns, tais como: a presença de *fontes externas à mídia* para ambos os espaços; a descrição dos locais das manifestações; e a menção e fala de manifestantes femininos para ambos os espaços. Porém, esse paralelismo não é sinal de igualdade de tratamento, sendo que as *fontes externas à mídia* representam a voz não-indígena; na descrição dos locais das manifestações, de um lado, os instrumentos utilizados simbolizam atitude de guerra, e do outro lado, simbolizam atitude de manifestação pacífica; na menção dos manifestantes femininos tem-se tratamento diferente para ambas. Ponto negativo para a instância midiática é o fato de novamente não recorrer a nenhuma *fonte externa à mídia* que tenha ligação com o movimento indígena. Constatamos que, mais uma vez, o tratamento dado, na construção da notícia, para indígenas e não-indígenas tem uma grande diferença.

5 O MUNDO INTERPRETADO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sobre o tratamento dados aos povos indígenas na mídia escrita, com base nos dados da análise, queremos apresentar três pontos interpretativos da mesma que emergiram dos dados: 1) acionamento e manutenção do estereótipo de indígena; 2) apagamento do rosto indígena; 3) o silenciar da voz indígena. Pudemos constatar que a mídia, como elite simbólica, em seu discurso noticioso, é uma elite simbólica que tende a excluir as minorias, e, no caso de nosso estudo, a minoria conhecida como povos indígenas.

Para a pergunta norteadora, chegamos à conclusão que o tratamento dado pelo jornal Folha de Boa Vista, nas matérias jornalísticas que veicularam fatos envolvendo os povos indígenas da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, é desfavorável para os indígenas e tende a alimentar o estereótipo do indígena rebelde e a reproduzir o racismo na sociedade roraimense. A mídia local reflete, ainda, uma tendência favorável aos não-indígenas e um despreparo para a abordagem de assuntos interétnicos. Percebemos também uma desigualdade no discurso midiático, pois ao considerarmos as matérias jornalísticas como narrativas midiáticas, as personagens não-indígenas têm maior destaque, mais participação, mais prestígio, são tidas como fontes externas à mídia mais recorrentes que as indígenas.

Em um contexto como o da Amazônia, no qual há uma forte presença de diversidade cultural e étnica, assumir uma postura homogênea é sintoma de racismo. Não é exagero quando dizemos que as mídias podem e tendem a contribuir para a reprodução e/ou manutenção do racismo. O Brasil pluriétnico revela-se, nas entrelinhas dos vários discursos das elites, um país com "feridas invisíveis" que deixa na marginalização minorias como os povos indígenas. Quanto a essa marginalização, Navi Pillay, então Alta Comissária de Direitos Humanos das Nações Unidas, em seu discurso proferido em Brasília, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 13

de novembro de 2009, relatava que permanece ainda no país a situação de marginalização tanto para os indígenas quanto para os negros.

Vale ressaltar que esse desfavorecimento aos povos indígenas da Raposa/Serra do Sol não é algo isolado. Ainda hoje, de um modo geral, as mídias abordam de forma negligente essa minoria em nosso país. Em muitos casos, os indígenas não são ouvidos, ou as entrevistas concentram-se em algumas lideranças, às vezes imbuídas de interesses políticos. Esse modo de agir, na opinião dos antropólogos Rubens Ferreira Thomaz de Almeida, Fábio Mura e Alexandra Silva, aguça preconceitos latentes na sociedade, que recebe apenas uma versão dos fatos, geralmente estereotipada. (OZARIAS, 2008, p.122)

De acordo com Van Dijk (2008), o racismo e o preconceito não são inatos, eles são adquiridos, e o discurso oral e escrito são fontes propagadoras. Resta para as mídias uma tomada de consciência sobre a manifestação de seus discursos e o peso que eles têm em uma sociedade que vive tensões interétnicas em vários campos sociais. Para nós, o alerta de não fecharmos dentro de nós as portas para o conhecimento verdadeiro do outro.

REFERÊNCIAS

BALDI, César Augusto. Indígenas: Constituição, racismo e colonialismo. *Ministério Público Federal*. Disponível em: <<http://ccr6.pgr.mpf.gov.br>>. Acesso em: 05/02/2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

ISA - Instituto Socioambiental. **Terra Indígena Raposa Serra do Sol**: Polêmica sobre demarcação, soberania e desenvolvimento na fronteira de Roraima. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/esp/raposa/>>, 2009. Acesso em: 07/07/2009.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Título original: *Public opinion* (1922).

OZARIAS, Luciene Câmara. **Os Kaiowá/Guarani de Mato Grosso do Sul como pauta no Jornalismo**. São Paulo, 2008. Monografia (Especialização em Jornalismo Social) – Programa de Especialização em Comunicação Jornalística, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo.

PILLAY, Navi. **Discurso de Navi Pillay por ocasião de sua visita ao Brasil**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=8189>, 2009. Acesso em: 18 abr. 2010.

RANGEL, Lúcia Helena. **A Violência contra os povos indígenas no Brasil – Relatório 2008**. Brasília: CIMI, 2009.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração**. Trad.: Mario Pontes. – Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

SANTILLI, Márcio. **Os brasileiros e os índios.** – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. – (Série Ponto Futuro; 1).

VAN DIJK, Teun A. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. In: NASH, Mary; TELLO, Rosa; BENACH, Núria (Orgs.). *Immigración, género y espacios urbanos. Los retos de la diversidad.* Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005, p.33-35. Disponível em: <<http://www.discursos.org/download/articles/index.html>>. Acesso em: 23/09/2009.

_____. **Discurso e poder.** Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Orgs.). - São Paulo: Contexto, 2008.

Fontes Jornalísticas

TRAJANO, Andrezza. RAPOSA SERRA DO SOL - Nove índios feridos em invasão à fazenda. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 06 de maio de 2008. Cidades. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39683>. Acesso: 26/09/2008.

_____. TIROS DURANTE INVASÃO - Quartiero diz que foi legítima defesa. *Folha de Boa Vista*, Boa Vista, 06 de maio de 2008. Cidades. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?pageNum_editorias=11&editoria=cidades&Id=39681>. Acesso: 26/09/2008.

EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CAPITALISMO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Ademir Moreira Bueno¹
Aline Mara Gumz Eberspacher²
Elizeu Barroso Alves³
Vanessa Estela Kotovicz Rolon⁴

RESUMO

Este texto realiza uma revisão na literatura dos últimos 15 anos sobre as Empresas de Economia Solidária (EES), sua paridade com o Empreendedorismo Social, isso diante dos desafios de se manter como uma via oposta ao sistema capitalista, onde almeja se contrapor às empresas de cunho *management*, principalmente diante de uma economia em crise. Tal estudo parte da indagação: “como está estruturada a literatura sobre a temática das EES, seu alinhamento no viés do empreendedor social diante do sistema dominante de mercado nos últimos 15 anos?”. Para isso, aborda-se (i) como as EES estão na antemão do capitalismo; (ii) o enlace das EES com o Empreendedorismo Social; (iii) a doutrina do capital como centro da economia; (iv) e por fim, os avanços e atual constructo da temática, principalmente dentro da teoria crítica. Como contribuição, este ensaio apresenta uma atualização do tema e coopera com discussões sobre como a economia solidária é também viabilizada por meio do empreendedorismo social.

Palavras-chave: Empresas de Economia Solidária. Empreendedor Social. Capitalismo.

¹ Mestre em Sociologia do Trabalho pela UFPR (2006). Centro Universitário Internacional UNINTER. E.mail: ademir.b@uninter.com

² Doutorado em Sociologia, Economia Social e Solidária (2010) pela Université Paul Valéry (UM3 - Université de Montpellier III - França) e Mestrado em Sociologia, Liens Sociaux - Liens Symboliques (2004). Centro Universitário Internacional UNINTER. E.mail: aline.e@uninter.com

³ Mestre em Administração pela Universidade Positivo, na linha de Organizações, Gestão e Sociedade. Centro Universitário Internacional UNINTER. E.mail: elizeu.a@uninter.com

⁴ Doutoranda em Administração pela Universidade Positivo (UP). Mestre em Administração pela Universidade Positivo (UP). Mestre em Educação pela UTCD. Centro Universitário Internacional UNINTER. E.mail: a.vanessa.ro@uninter.com

1 INTRODUÇÃO

Em tempos quando a economia de mercado está balançada por conta de crises econômicas, sempre vem à tona o papel das Empresas de Economia Solidária (EES), pois estas podem ser uma resposta à crise, por conta de recolocação de pessoas no mercado de trabalho e por sua porta de passagem ao empreendedorismo social.

O empreendedorismo social ainda é um conceito em construção. Mesmo assim, há um consenso entre os estudiosos de que, o empreendedor social apresenta características semelhantes à dos empreendedores empresariais. O que diferencia o social do empresarial é o fato de o primeiro possuir um forte apelo do bem-estar social em suas motivações. (SILVA, 2009, p. 20)

Neste prisma, a Economia Solidária passa a ser a opção para muitos funcionários que são demitidos ou entram nos planos de demissão voluntária. Outra opção destes é a abertura de um empreendimento convencional, dentro da lógica capitalista de mercado. O empreender passa a ser o ensejo de uma grande massa da população, principalmente em tempos de arrocho salarial e também a dificuldade de recolocação em um mercado em colapso. Além de que, temos profissionais de pouca formação técnica e falta de oportunidades empregatícias onde sua única opção é associarem-se as EES, para em conjunto prover o necessário para sua sobrevivência. Esteves (2011, p. 238) afirma que isso “é a cultura que, enquanto processo social, cria novos modos de lidar com o trabalho, dentre eles o empreendedorismo e, podemos dizer, a própria economia solidária”.

Apesar do atual reconhecimento social, e do olhar acadêmico recente sobre as empresas da economia solidária, as cooperativas de produção são muito antigas. Segundo Gaiger (2003) esse modelo cooperativo se instalou no Brasil, no final do século XIX e começo do século XX, com a chegada dos imigrantes europeus. Ainda, as cooperativas associativas rurais socializavam os meios de produção como os equipamentos, as máquinas, e todo o conjunto de compras e trocas era realizado de modo cooperativo. Esse modelo organizacional se fortaleceu entre os anos de 1940 e 1979 com o apoio da igreja católica.

Entretanto, como toda organização, as EES enfrentam desafios cotidianos. No Brasil, segundo França Filho (2002) um dos grandes desafios são as relações sociais, pois a cultura brasileira permite facilmente uma mistura da relação pessoal e profissional. Essa característica da cultura brasileira de um lado facilita as relações sociais, mas por outro lado as pessoas confundem facilmente o trabalho com a vida pessoal, o que é um grande problema para uma organização autogerenciada inserida em um sistema capitalista.

A convivência entre as EES dentro da lógica capitalista tem sido de forma injusta e incoerente, uma vez que o capitalismo é um sistema que cria formas de sua prevalência como dominante, onde Singer (2002) salienta que o capitalismo é fruto de uma construção e este se apresenta enquanto uma ideologia dominante e que prioriza princípios como a competição, o individualismo, e o maior acúmulo possível de capital. Esse fato vem ao encontro de Alves *et al* (2014) que ao analisar a sobrevivência das EES na tangente do capitalismo afirmam que “ao fazermos tal conexão, podemos visualizar que não existe essa possibilidade de existência [das empresas de EES] neste sistema que está posto”.

Tal tema, nesses parâmetros, torna-se de total relevância, principalmente no que se refere à economia solidária sendo esta uma opção de empreendimento social ante ao capitalismo.

A economia solidária vem cada vez mais se consolidando enquanto uma possível estratégia de resistência ao capitalismo. Seja dentro das universidades onde é discutida por professores e acadêmicos, seja na comunidade aonde trabalhadores reunidos em conjunto decidem comercializar produtos desenvolvidos de maneira coletiva, ou ainda em instituições públicas nas quais há uma parceria entre a população beneficiada pelo serviço e o corpo profissional da instituição. (SOLER, 2009, p. 2)

Assim, este artigo tem por finalidade explicitar e dar visibilidade sobre a construção de conhecimento acerca das EES no âmbito do sistema capitalista. Inicialmente abordaremos a temática das EES, para em seguida discorrer como ela se enquadra no empreendedorismo social, onde a iremos contrapor ao sistema capitalista. Por fim, apresentaremos os principais estudos sobre a temática no Brasil e teceremos nossas considerações finais e possíveis contribuições para o avanço teórico-metodológico a respeito desta.

2 METODOLOGIA

Partindo da premissa de como se estruturam as EES na motivação ao Empreendedorismo Social diante do capitalismo, o presente artigo de caráter descritivo, com abordagem qualitativa foi realizado através de levantamento bibliográfico relacionado aos temas de EES, Empreendedorismo Social e Capitalismo. Foi feita uma busca por artigos científicos de cunho teórico e teórico-empírico publicados no período de Janeiro de 2000 até Junho de 2015. Tal corte se dá pelo fato de 2000 ser um ano de final de crise e início de uma década positiva e o ano de 2015 de ser esse o início do declínio da economia no Brasil. O parâmetro de seleção dos artigos foi tomado com base em periódicos científicos nacionais e internacionais da área de 'Administração, Ciências Contábeis e Turismo', classificados com conceitos Qualis (ano base 2014) "A1" até "B3" pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os quais tivessem foco na área de Estudos Organizacionais (EORs).

Igualmente foram consultados os acervos dos bancos de teses e dissertações virtuais de alguns dos programas de pós-graduação em Administração mais relevantes na área dos Estudos Organizacionais (EORs) no país: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Positivo (UP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EBAPE), Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisou-se também nos anais dos seguintes eventos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD): Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais (EnEO), Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), e Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (EnGPR) – disponíveis em mídia virtual.

Como parâmetro de pesquisa, utilizamos as combinações de palavras-chave: Cooperativas / Cooperatives / modelo collaborative / unions / employee-owned companies / Racionalidade instrumental / instrumental rationality / Racionalidade substantiva / substantive rationality / Conflitos / conflicts / Economia solidária / solidarity economy / nem economic models / Capitalismo / Capitalism.

Tal levantamento resultou em 01 artigo Qualis A1; 12 artigos Qualis A2; 34 artigos Qualis B1; 18 artigos Qualis B2; 2 artigos Qualis B3; assim como 69 teses e dissertações. O contato com esses trabalhos adveio da leitura parcial dos itens já mencionados e sua inserção na pesquisa justificou-se por seu enquadramento na epistemologia crítica, o que resultou em 34

itens que ofereceram subsídio quanto à identificação dos fatores relevantes para a caracterização dos construtos como será apresentado na próxima seção.

3 EMPRESAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONTRAMÃO DO CAPITALISMO

Quando se trata das EES no Brasil, deve-se remeter ao final da década de 1980, onde uma crise econômica e social assolava o país o que fazia os índices de empobrecimento da população alçar números alarmantes.

Desde as crises econômicas e sociais do final da década de 1980, a proposta de uma economia solidária tem se fortalecido, com o objetivo de sanar tanto as questões do desemprego, quanto para atender como um projeto político de contraponto a economia mercantil. (CALBINO, 2013, p. 301)

Com isso, temos um panorama de desenvolvimento dessa nova forma econômica de geração de riqueza e assentamento da classe trabalhadora, porém Calbino (2013) afirma que tais EES apresentam diversos problemas, que vão desde a divisão nos processos de trabalho até a presença de valores individualistas entre os cooperados.

O cooperativismo pode ser considerado uma opção diante do capitalismo. Mas, na sua convivência com a realidade cotidiana, pode encontrar dificuldades como o individualismo e a competição, que são refletidos tanto interna quanto externamente. (QUARESMA JÚNIOR; PEIXOTO; CARRIERI, 2013, p. 164).

Como apresentado, diversos autores expõem as dificuldades das EES, principalmente as cooperativas, uma vez que as mesmas necessitam profissionalizar sua gestão, o que se torna um obstáculo, um grande desafio em meio à lógica instrumental do sistema capitalista, onde as empresas configuradas como *management* possuem em sua direção os melhores quadros de administradores, restando pouco interesse em cooperar em uma EES. Segundo Singer (2001, p. 102) “a competição feroz entre os gigantes capitalistas no mercado financeiro torna o ambiente interno dos mesmos igualmente ferozes”. Em outras palavras Seirfert e Vizeu (2015, p. 131) explanam que “nota-se que, dentro das organizações, a prioridade gerencial se traduz no crescimento quantitativo ou maximização do retorno para o acionista; isso implica que os demais interesses organizacionais se tornam subordinados a este”. Com isso, temos um quadro onde não há espaço para que as EES se sobressaiam ante a asa capitalista que tudo opera.

De um lado, temos as EES buscando seu lugar ao sol e seu encontro com a sustentabilidade – mesmo sendo esta na tangente do viés do capital – onde pretende levar bem-estar aos seus cooperados e à sociedade em que se insere, na tentativa de levar seus valores de compartilhamento de interesses e a procura de um sistema onde todos podem se inserir e extrair o seu sustento, sem lucros exorbitantes, buscando apenas o crescimento e a distribuição do lucro por parte de todos. Ora, sendo o capitalismo um sistema que tem suas ramificações em toda a estrutura, pautando a sociedade e não dando espaços para outra forma de gestão não convencional, não é de se estranhar que hoje vivamos numa cultura de consumo demasiado, e assim fortalecendo um mercado já em expansão e de forma dominante.

A atual fase de transformação progressiva da ideia de "cultura" - desde sua forma original, de inspiração iluminista, até sua reencarnação líquido-moderna - é estimulada e

administrada pelas mesmas forças que promovem a emancipação dos mercados em relação aos vínculos remanescentes de natureza não econômica: os vínculos sociais, políticos, éticos etc. Para conquistar sua emancipação, a economia líquido-moderna, centrada no consumidor, se baseia no excesso de ofertas, no envelhecimento cada vez mais acelerado do que se oferece e na rápida dissipação de seu poder de sedução - o que, diga-se de passagem, a transforma numa economia da dissipação e do desperdício. (BAUMAN, 2010, p. 35)

Com isso temos a estruturação social dada a partir do sistema capitalista, e em sua teia de relações que abrange a grande parte da população, logo, não é de se estranhar que a ampla maioria das EES depende do Estado para se manter, não tendo condições de ir na contramão do capitalismo, sendo que muitas se rendem e se transformam em uma configuração do próprio sistema, vide as grandes cooperativas agrícolas e as bancárias, sendo essas últimas, grande parte dos estudos dos últimos 6 anos, como demonstra o quadro 1.

QUADRO 1 – Estudos sobre cooperativas agrícolas e bancárias.

Título	Autor	Tipo	Ano
The efficiency of cooperative banks: the impact of environmental economic conditions.	FARINA, Vincenzo; FIORDELISI, Franco; RICCI, Ornella	Artigo	2009
A relação entre a riqueza criada e o desempenho econômico financeiro das cooperativas agropecuárias brasileiras.	PINTO, Anelise Krauspenhar	Dissertação	2014
Análise da eficiência técnica das cooperativas de crédito brasileira um estudo dos sistemas Sicoob e Sicredi.	MENEZES, Mateus Rocha.	Dissertação	2014
Análise dos custos das práticas de governança corporativa em cooperativas de crédito.	TRINDADE, Luana Zanetti	Dissertação	2013
Autonomia estratégica em cooperativas de crédito.	GRZESZCZESZYN, Geverson	Teses	2013
Características do processo orçamentário nas cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais.	SARKIS, Cláudio Duarte.	Dissertação	2013
Conflitos de agência nas cooperativas de crédito brasileiras.	LIMA, Romeu Eugênio de.	Tese	2014
Cooperativas de crédito e formação da taxa de juros nas operações bancárias teoria e evidências empíricas para o Brasil.	LHACER, Priscilla Maria Villa	Tese	2012
Criação e desenvolvimento de capacidades de marketing um estudo em uma cooperativa de crédito do sul do Brasil.	FERNANDES, Israel Nunes.	Dissertação	2014
Developing a monitoring and evaluation system for Instituto Palmas: a network of community development banks in Brazil.	PIERCE, Joseph Aron.	Dissertação	2013
Estratégias genéricas na gestão de pessoas e comprometimento organizacional: um estudo em sociedades cooperativas de crédito	LIMA, Luiz Fernando de.	Tese	2013
Índice de governança corporativa: criação de valor e desempenho nas cooperativas de crédito	FRANCISCO, José Roberto de Souza	Tese	2014
O cooperativismo de crédito brasileiro: um estudo sobre os determinantes do crescimento do setor.	JACQUES, Elidecir Rodrigues	Tese	2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante desse quadro, pode-se afirmar que apesar das EES serem denominadas uma oposição ao capitalismo, temos em suas fragilidades a leitura de suas dificuldades de fincar sua bandeira no mercado, apesar de seus atributos sociais. Porém, há uma luz no fim do túnel, onde

Quaresma Júnior, Peixoto e Carrieri (2013, p. 171) salientam que “mesmo diante do capitalismo enraizado contemporaneamente, as cooperativas detêm características que parecem permitir que sejam vistas como parte de uma diferenciação”.

Enfim, num aspecto mais natural, as EES tendem a quebrar a lógica apontada por Soler (2009, p.7), onde este afirma que “falando, no modo de produção capitalista a força de trabalho é a única maneira que o empregado encontra para sobreviver”. Esse modelo econômico tem a sua lógica pautada nos critérios onde o “trabalhador é o coproprietário, assim a sua produção no trabalho deve ser remunerada de maneira que a força empregada por este não seja meramente uma mercadoria” (SOLER, 2009, p.5). E é nessa vertente que o empreendedorismo social pode ser uma via de acesso na organização de EES, onde os assalariados diante de seu desligamento organizacional e diante de uma crise econômica podem encontrar insumos para empreender de forma cooperada com pares em sua mesma condição.

4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: PARIDADES DE CONCEITOS

Apesar da falta de consenso sobre o que é o ser empreendedor social, diversos autores, entre eles Elkington e Hartigan (2008) Melo Neto e Froes (2002) e Lowe e Marriot (2006) apresentam vários aspectos deste modelo econômico, como a inserção de novas realidades e um apelo para inovação, onde o que vai diferenciar o empreendedor social do empresarial, segundo Silva (2009, p.20) “é o fato de o primeiro possuir um forte apelo do bem-estar social em suas motivações”.

Sendo que os empreendedores sociais podem ser uma via de mudança e contraponto ao sistema econômico institucionalizado de mercado. Onde Lowe e Marriot (2006, p 8) afirmam que “eles tornam o sistema econômico mais competitivo, mas também desencadeiam mudanças na estrutura da sociedade – eles enriquecem a vida, desafiando o status quo, e mudando percepções”.

No quadro 2, Oliveira (2004, *apud* SILVA, 2009, p. 27), apresenta o que diferencia o empreendedor privado, da responsabilidade social e do empreendedorismo social.

QUADRO 2 – Diferença entre empreendedorismo privado, responsabilidade social empresarial e empreendedorismo social.

EMPREENDEDORISMO PRIVADO	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	EMPREENDEDORISMO SOCIAL
É individual.	É individual com possíveis parcerias.	É coletivo e integrado.
Produz bens e serviços para o mercado.	Produz bens e serviços para si e para a comunidade.	Produz bens e serviços para a comunidade local e global.
Tem o foco no mercado.	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão.	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade.
Sua medida de desempenho é o lucro.	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo <i>stakeholders</i> .	Sua medida de desempenho é a transformação social.
Visa a satisfazer necessidades dos clientes e a ampliar as potencialidades do negócio.	Visa a agregar valor estratégico ao negócio e a atender expectativas do mercado e da percepção da sociedade/consumidores.	Visa a resgatar pessoas da situação de risco social e a promovê-las, e a gerar capital social, inclusão e emancipação social.

Fonte: OLIVEIRA (2004 *apud* SILVA, 2009, p. 27).

Quando se trata da estruturação e dos motivos pelos quais justificam entender os empreendedores sociais como agentes de mudanças, Silva (2009), ao trazer à discussão a releitura de Dess (1998) que alinha noção de criação de valor de Sayers, inovação e agentes de

mudança de Schumpeter, busca de oportunidades de Drucker e a utilização máxima de valores de Stevenson, defende os seguintes fatores para tal justificativa:

- a) Adoção de uma missão para criar e sustentar um valor social (não apenas um valor privado);
- b) Reconhecimento e busca implacável de novas oportunidades que sirvam a esta missão;
- c) Engajamento em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizado;
- d) Ação de forma arrojada, sem se limitar pelos recursos disponíveis;
- e) Exibe um elevado senso de transparência pela clientela atendida e pelos resultados criados. (SILVA, 2009, p. 22)

Igualmente, temos o indicativo que:

Dessa forma, tomando como base os elementos apresentados por Dess (1998), constrói-se a definição de empreendedor social adotada neste trabalho: o empreendedor social é uma espécie no gênero empreendedor, cujo foco central é a missão social e que age através do reconhecimento e busca implacável de novas oportunidades, e engajamento em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizado, que sirvam a essa missão. (SILVA, 2009, p. 22)

Vale ressaltar que o contexto de empreendedor social nasce no mesmo momento da discussão das EES, face às crises econômicas, onde Esteves (2011, p. 234) aponta que “o conceito de empreendedorismo se estabeleceu como possibilidade frente ao projeto neoliberal e sua consequência irrevogável, a saber, o desemprego estrutural”. Tal crescimento se evidencia através do aumento das EES no Brasil, onde Ribeiro e Müylder (2014, p. 583), apresentam que os do último censo da “Secretaria Nacional de Economia Solidária, realizado em 2007, onde o número de organizações da EES no Brasil chegava a 21.859 empreendimentos em 2007. Em 1970, eram 139”, sendo tais informações atualizadas por Alves *et al.* (2014, p.706) onde “no segundo mapeamento (2013) esse número caiu para 19.708. Neste sentido, já temos um panorama sobre a sobrevivência dos EES”. Neste caso os autores já identificam um número decrescente das EES. Assim, já cunhando as dificuldades de se empreender socialmente no país.

A competição tem como fim lógico apontar um vencedor e para que haja incentivos para competir é preciso que o vencedor seja devidamente recompensado e os vencidos punidos. Na competição pelo mercado, os compradores naturalmente eliminam os vencidos, sem sequer saber que o estão fazendo. (SINGER, 2001, p. 103)

Com isso, os empreendedores sociais na tangente das EES possuem inúmeras barreiras para se manter em um mercado competitivo, considerando-se que Singer (2001, p.104) nos afirma que “no capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade e (...) “os proprietários do capital não apenas podem dispor de seu dinheiro, mas a sua posse lhes dá crédito para obter mais dinheiro”. Isso tendo em vista que, conforme relata Esteves (2011, p. 244) “o empreendedorismo social surge como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento, que inclua os aspectos humano, social e econômico, e que seja, portanto, sustentável”. Logo, tal paradigma na visão para o social encontra um muro onde seus ensejos se esbarram com a lógica instrumental de mercado.

Em épocas de recessões frequentes e de revolucionamento tecnológico, quando o desemprego atinge dimensões de massa e a exclusão social atinge milhões de pessoas até então inseridas na produção social, a reação toma muitas vezes a forma de multiplicação de pequenas organizações solidárias de produção. Por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para, em seguida, desaparecer. (SINGER, 2001, p. 108)

Tal constatação se dá pelo fato das EES serem uma resposta ao atual modelo dominante de mercado, onde em muitas vezes o empreendedor é “movido a ideias transformadoras e assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existentes em sua região e no mundo” (MELO NETO e FRÓES, 2002, *apud* ESTEVES, 2011, p. 245).

Aliás, além de estar na contramão do sistema, tal situação se agrava quando relaciona-se diretamente com a falta de uma base política na qual o empreendedorismo social, onde a sua maior capacidade de subversão da sociedade de mercado, encontra-se justamente na sua vinculação com um projeto político, o que dá a ela um caráter formador, onde em meio a esse tear de apoio político, muitas vezes temos apenas o discurso, e pouco apoio e viabilidade prática (ESTEVES, 2011). Para ilustrar essa situação, temos a concorrência entre as EES e as empresas *management* onde as mesmas pagam a mesma alíquota de imposto, como ICMS ou ISS, não havendo assim uma diferenciação por parte do poder político.

Assim, temos o empreendedor social nas EES diante de um paradoxo de ser uma alternativa para a geração de renda, em tempos de bons ventos econômicos e principalmente diante de crises, porém preso dentro de uma doutrina capitalista sendo legitimada pelo poder público e a cultura social que o reproduz.

5 DOCTRINA DO CAPITAL COMO CENTRO DA ECONOMIA

O sistema capitalista atualmente e constantemente vem sendo estudado por diversos autores, em diversas epistemologias. Muitos se encontram na visão crítica, onde estes relatam como o sistema se configurou e continua a agir para manter sua doutrina soberana na organização da sociedade.

O capitalismo introduziu o poder liberal, alterando completamente os hábitos do poder. O poder do capitalismo é camuflado, secreto e anárquico, pois, com a ascensão da ciência, é dividido contra si mesmo por seu aparelhamento, pois a ciência avança para além do seu controle. A globalização do saber apropriado do escravo, tendo adquirido um estatuto de “objeto”, ao qual tem sido agregado um valor de mercado, permitiu deduzir o discurso do capitalista. O saber passa a valer o quanto se pode vender para ele e comprar dele. Nessas condições, o “próprio trabalhador” também vai se transformar num valor de mercado que pode ser vendido e comprado, ou seja, ele tem seu “passe” colocado à venda. (LIMA, 2013a, p.483)

O raciocínio de Lima (2013a) encontra coro com os argumentos da ideologia do crescimento organizacional, apontado por Lipietz (2008, *apud* SEIFERT; VIZEU, 2005, p. 132):

A reificação do crescimento é observada pelo fato de que, na literatura de *Management*, essa máxima é tida como certa (*taken for granted*) e, por isso, inquestionada. Na literatura não acadêmica, encontramos facilmente a conotação positiva do crescimento organizacional, onde este é considerado como a marca do sucesso e o objetivo de qualquer organização. Também nas políticas de Estado de cunho desenvolvimentista vemos a naturalização do crescimento, especialmente através de incentivos e privilégios

fiscais e de crédito a empresas que desejam ampliar seu tamanho. Quando comunicadas ao grande público, essas ações do Estado são comumente justificadas pelos critérios de que o crescimento das empresas gera mais emprego e impostos.

Diante de tais perspectivas pode-se concluir que existe toda uma conjuntura que torna o capitalismo essa doutrina que molda o viver social, privilegiando o capital e seus detentores, aumentando seus lucros e assim minando um avanço de uma prática econômica diferenciada como o empreendedorismo social e as EES. Lima (2013a, p. 483) ainda infere salientando a nova lógica onde “o mestre moderno se apropria do saber do escravo, expropria o gozo do escravo e o transforma em lucro”.

Assim, temos uma lógica de um sistema imperante ditando os passos da sociedade, e em sua organização. Isso à luz de Guerreiro Ramos (1981, *apud* MUZZIO, 2014, p. 710) nos recorda que atualmente se “prevalece na sociedade mundial uma racionalidade instrumental, na qual o sistema capitalista exacerba seus efeitos”.

Considering that the capitalist system is an invasive system, it is imperative that one must be aware of the imperialist and colonialist interest of dominant forms of management and organization. Historically, capitalism has adopted the position of a superior order, disseminating its false principles and rationality as an evolution and improvement of life in relation to grassroot traditional forms of social organization. (SEIFERT; VIZEU; HOCAYEN-DA-SILVA, 2015, p.385)

Logo, temos uma inclusão conflituosa na relação das EES dentro desta dialética determinística imposta pelo sistema capitalista.

6 ENTRELAÇO BIBLIOGRÁFICO DAS TEMÁTICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, E CAPITALISMO

Numa questão de ordem, necessita-se reforçar o ser-existir das EES, onde estas, segundo Calbino (2013, p.307) são “empreendimentos econômicos solidários e podem ser caracterizados pelas associações, cooperativas populares, e empresas ocupadas por trabalhadores que se organizam de modo autogestionário”. Indo assim na contramão da proposta capitalista, onde Singer (2001, p. 105) explana que “estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver”. Assim elas alcançam quem lhe é marginalizado e sem força competitiva dentro do atual sistema. E por fim, Alves *et al.* (2014, p. 709) descrevem que “onde as empresas de ordem convencionais capitalista de mercado objetivam auferir lucro para enriquecer o detentor de seu capital, nas EES o objetivo de lucro é auferir uma melhor qualidade de vida aos seus cooperados”.

Em decorrência de suas particularidades, as EES vem sendo discutidas na literatura como sendo uma via de acesso ao desenvolvimento social, uma aversão ao capitalismo, porém não se pode cair na falácia onde se resume as EES à apenas isso, vale a recordação de que a economia solidária assim como o próprio capitalismo é a construção de um processo histórico.

A economia solidária não aparece somente diante da crise econômica e política, conseqüente do atual sistema de economia mercantil. Trata-se de um processo histórico, de continuidade de determinados processos sociais, que simultaneamente, apresenta novas formas de manifestação social. (SANTANA JUNIOR, 2007 *apud* CALBINO, 2013, p. 305)

De tal modo que não podemos olhar para o fenômeno do empreendedorismo social, descolado das iniciativas solidárias ocorrendo ao mesmo momento em que o capitalismo se forma como a força imperante que aparelha a estrutura social. Tais temáticas estão enlaçadas no decorrer do desenvolvimento da sociedade, sendo que ambas são mutualmente transformadoras, cada uma ao seu modo e seu objetivo, com isso ao olhar para esse constructo se faz necessário tal reflexão.

Não há como desconhecer que a economia solidária é parte integrante da formação social capitalista, na qual a concentração do capital incorpora o progresso técnico e assim determina as condições de competitividade em cada mercado. Para que uma associação ou cooperativa realize seu propósito é essencial que ela atinja um tamanho em que ela possa resgatar seus associados da pobreza e acumular sobras que multipliquem as fontes de trabalho e renda solidários. (SINGER, 2001, p.110)

Com isso, chega-se ao ponto crucial desse estudo, onde as perspectivas da economia solidária se cruzam às perspectivas do capitalismo gerando assim uma rica massa crítica de como se dá essa relação, e como se organiza o pensar sobre elas. Sabadini (2013, p.584-585) vem nos lembrar que “a mercadoria e o dinheiro são as formas de existência do capital. Sua substância é formada pelo valor-trabalho, a fonte que confere o movimento e as contradições das formas sociais capitalistas”. Sendo também essa a realidade que encontramos em Soler (2009, p. 5), onde traz a reflexão que “entender a economia solidária como um modo de produção, é uma questão fundamental na medida em que as cooperativas solidárias são em primeiro lugar responsáveis pela geração de sobras nos seus meios de produção”. Com isso, temos a conexão embrionária entre os assuntos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhando para o encerramento, neste estudo objetivou-se a discussão sobre como se apresenta o constructo das temáticas de EES e o empreendedorismo social face ao sistema capitalista, revisando a literatura de cunho crítico, estruturada ao longo dos últimos 15 anos, por entender que nesse corte temporal, o Brasil atravessou as duas “faces” da economia de mercado, sendo em uma com um considerável crescimento e nos dias atuais com um arrocho econômico. Tal circunstância é propícia para se discutir como a releitura bibliográfica de até então pode contribuir para o maior entendimento da temática. Isso à luz do empreendedorismo social como sendo uma opção de recolocação para os afetados diretamente por tal crise, principalmente o que tange sua perda de emprego. Singer (2001, p. 106) demonstra tal raciocínio, quando da crise econômica ao apresentar que “as empresas capitalistas em vias de falir são assumidas pelos seus trabalhadores, que integralizam o capital com seus créditos trabalhistas e, naturalmente, as reorganizam como empreendimentos autogestionários”.

Mesmo com essa indicativa de favorecimento ao empreendedorismo social, temos um fato oposto, onde muitas dessas EES padecem e desaparecem por conta de não se encaixar ou não encontrar seu lugar no sistema, pois enfrentam diversos problemas oriundos da doutrina capitalista.

Especificamente no Brasil, nos últimos anos, registrou-se um aumento significativo de empreendimentos solidários e entidades de fomento a Economia Solidária. Todavia, as tentativas de se implementar um novo paradigma, tem esbarrado com diversas limitações e desafios a serem superados. Constatam-se diversos problemas, como: divisão nos processos de trabalho, distribuição de renda desigual entre os membros das

cooperativas e associações, formação de quadros de gestão, presença de valores individualistas entre os cooperados e dificuldade em agregar os associados nos processos de tomadas de decisão (VIEITEZ; DAL RI, 2001 *apud* CALBINO, 2013, P. 303)

Dentro desse paradigma, quando se cruza os pensamentos das temáticas, não se pode excluir a importância de que uma possui para a outra, estando por conta do levantamento bibliográfico realizado para o estudo em amplo crescimento e discussão. Recomenda-se, por fim, a combinação até para fim de comparação como está a revisão bibliográfica da temática sob o prisma de outras epistemologias para que assim se acentue o debate sobre tal constructo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. B. *et al.* Sobrevivência das empresas de economia solidária brasileiras sob o prisma do capitalismo: sustentabilidade é possível? *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, Ed. Especial, vol. 7, n. 3, p. 701–716, jul./dez. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- CALBINO, Daniel. A educação na Economia Solidária: Possibilidades para um novo paradigma social. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR*, v. 9, n. 2, p. 301-324, mai./ago. 2013.
- CRUZ, Antonio; GUERRA, Janaína da Silva. In: HERBERT, Sérgio *et al.* **Participação e práticas educativas - a construção coletiva do conhecimento**. São Leopoldo: Oikós, p. 90-105, 2009.
- DESS, J. G. **The meaning of “social entrepreneurship”**. Draft report for the Kauffmann Center for Entrepreneurial Leadership. California: Stanford University, 1998.
- ELKINGTON, J.; HARTIGAN, P. **The power of unreasonable people**. How social entrepreneurs create markets that change the world. Boston, Massachusetts: Harvard Business Press, 2008.
- ESTEVES, Alex Gomes. Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho. *O Social em Questão*, ano XIV, n. 25/26, p.237-260, 2011.
- FARINA, Vincenzo; FIORDELISI, Franco; RICCI, Ornella. The efficiency of cooperative banks: the impact of environmental economic conditions. *Applied Financial Economics*. v.20, Issue 17, pages 1363-1376, 2009.

FERNANDES, Israel Nunes. **Criação e desenvolvimento de capacidades de marketing um estudo em uma cooperativa de crédito do sul do Brasil**. Paraná: UFPR, 2013. 217 p. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de Concentração Estratégia de Marketing e Comportamento do Consumidor, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná/UFPR);

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. L'économie solidaire en France et au Brésil: regards croisés. In: *Revue du Mauss : L'alteréconomie. Quelle « autre mondialisation »*, n. 21, Paris, pp. 119-127, 2003.

FRANCISCO, José Roberto de Souza. **Índice de governança corporativa: criação de valor e desempenho nas cooperativas de crédito**. Minas Gerais: UFMG, 2014. 301 p. (Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais /UFMG).

GAIGER, Luiz Inácio. L'économie solidaire au Brésil: l'exemple du sud. In: *Revue du Mauss : L'alteréconomie. Quelle « autre mondialisation »*, n. 21, Paris, 2003. pp. 81- 96.

GRZESZCZESZYN, Geverson. **Autonomia estratégica em cooperativas de crédito**. Paraná: UFPR, 2013. 217 p. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de Concentração Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná/UFPR).

JACQUES, Elidecir Rodrigues. **O cooperativismo de crédito brasileiro: um estudo sobre os determinantes do crescimento do setor**. Paraná: UFPR, 2015. 118 p. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná/UFPR).

LHACER, Priscilla Maria Villa. **Cooperativas de crédito e formação da taxa de juros nas operações bancárias teoria e evidências empíricas para o Brasil**. São Paulo: FGV, 2012. 151 p. (Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/FGV).

LIMA, Nádia Laguárdia de. As Incidências do Discurso Capitalista sobre os Modos de Gozo Contemporâneos. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. XIII, n.3-4, p. 461-498, set./dez. 2013a.

LIMA, Romeu Eugênio de. **Conflitos de agência nas cooperativas de crédito brasileiras**. Minas Gerais: UFMG, 2014b. 249 p. (Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG).

LIMA, Luiz Fernando de. **Estratégias genéricas na gestão de pessoas e comprometimento organizacional: um estudo em sociedades cooperativas de crédito**. Paraná: UFPR, 2013c. 154 p. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, área de Concentração Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná/UFPR).

LOWE, R.; MARRIOT, S. **Enterprise: entrepreneurship and innovation**. Concepts, contexts and commercialization. Elsevier: Butterworth-Heinemann, 2006.

MELO NETO, F. P. de.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENEZES, Mateus Rocha. **Análise da eficiência técnica das cooperativas de crédito brasileira um estudo dos sistemas Sicoob e Sicredi**. Minas Gerais: UFMG, 2014. 199 p. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria/UFMG).

MUZZIO, Henrique. A Condição Paradoxal da Administração de Recursos Humanos: Entre a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, artigo 9, p. 706–718, jul./set. 2014.

PIERCE, Joseph Aron. **Developing a monitoring and evaluation system for Instituto Palmas: a network of community development banks in Brazil**. São Paulo: FGV, 2013. 139 p. (Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas/FGV).

PINTO, Anelise Krauspenhar. **A relação entre a riqueza criada e o desempenho econômico financeiro das cooperativas agropecuárias brasileiras**. Ribeirão Preto: USP, 2014. 142 p. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP).

QUARESMA JÚNIOR, Edson Antunes; PEIXOTO, Daniel Lanna; CARRIERI, Alexandre De Pádua. A cristalização de uma microrrevolução francesa: o caso das cooperativas de Salinas-MG, RAM, *REV. ADM. MACKENZIE*, São Paulo, SP, v. 14, n. 6, Ed. Especial, p.162-184, nov./dez. 2013.

RIBEIRO, Sérgio Dias; MÜYLLER, Cristiana Fernandes de. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. *Revista O&S*, Salvador, v. 21, n. 71, p. 581-614, out./dez. 2014.

SABADINI, Mauricio de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.

SARKIS, Cláudio Duarte. **Características do processo orçamentário nas cooperativas de crédito do estado de Minas Gerais**. Minas Gerais: UFMG, 2013. 138 p. (Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria/UFMG).

SILVA, Amalin Viera da. **Como Empreendedores Sociais Constroem e Mantêm a Sustentabilidade de seus Empreendimentos**. São Paulo: EBAPE/FGV, 2009. 102 p. (Dissertação de Mestrado apresentado ao Curso de Mestrado Executivo da EBAPE/FGV).

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e estado*, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Economia Solidária e Geração de Renda: uma revisão bibliográfica em torno do tema e sua interface com a Psicologia Social. *Revista de Iniciação Científica*, v. 7, n.1, 2009.

TRINDADE, Luana Zanetti. **Análise dos custos das práticas de governança corporativa em cooperativas de crédito**. Ribeirão Preto: USP, 2013. 175 p. (Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP).

VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado; VAN HERK, Andrea Costa; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. Gênero e economia solidária: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor em Uberlândia/MG. *Gestão & Planejamento*, Salvador, v. 15, n. 2, p. 321-340, mai./ago. 2014.

VIZEU, Fabio; SEIFERT, Rene Eugênio. Crescimento Organizacional: Uma Ideologia Gerencial? *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 127-141, jan./fev. 2015.

VIZEU, Fábio; SEIFERT, Rene; HOCAYEN-DA-SILVA, Antônio João. Non-capitalist organizations in Latin America: lessons from the Brazilian Faxinal grassroot community. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Paper 8, apr./jun. 2015.

MEMÓRIA E CONSCIÊNCIA EM PAUL RICOUER: UMA PROPOSTA ÉTICA E FENOMENOLÓGICA

Márcio Ronaldo Rodrigues Vieira¹

RESUMO

Falar sobre memória e consciência é abordar aspectos que constituem o pensamento humano numa perspectiva histórica, revelando os desejos de todos os humanos de reconsiderar a história numa perspectiva humana em uma nova contemporaneidade. Onde o momento seja de revelações e desvelamentos dos signos e significados dos fenômenos passados. A obra de Paul Ricoeur possui uma proposta de caráter ético e hermenêutico. No sentido de produção de conhecimento a obra de Paul Ricoeur é contemporânea e colabora com o entendimento na interpretação de uma nova sociedade, que valorize os aspectos éticos e humanos, o resgate de uma nova consciência onde o amor na dimensão humana seja uma consciência coletiva e fraternal.

Palavras-Chave: Memória. Fenomenologia. Consciência.

Este artigo possui o objetivo de apresentar um aspecto da fenomenologia e hermenêutica em Paul Ricoeur a partir da constituição da memória e da consciência, numa relação com a visão contemporânea nos marcos de uma nova sociedade humanista e precha de novos valores. Busca-se aprofundar agora no Doutorado de Filosofia a obra Ricoeuriana nos aspectos que se aproximam de vários diálogos com outros clássicos da filosofia como Platão, Santo Agostinho, Descartes, Kant, Sartre, Husserl, Heidegger, e dialoga também com Gabriel Marcel, Emmanuel Levinas, entre outros expoentes.

¹ Doutorando em Filosofia da Universidade Católica de Santa Fé – UCSF em Santa Fé – SF – Argentina. Professor de filosofia na Universidade do Estado da Bahia- UNEB, onde desenvolveu de 2008 a 2010, uma dissertação de mestrado, cujo tema pesquisado foi: Memória das mulheres operárias da Companhia Valença Industrial- CVI, onde investigou sobre a história de vida de operárias numa fábrica centenária, no Recôncavo Baiano- nordeste do Brasil. Estudar a história de vida destas mulheres e ressignificar suas memórias através de um estudo acadêmico, possibilitou ao autor ler sobre memória e despertar na filosofia de Paul Ricoeur o seu recorte filosófico sobre a obra: A memória, a história e o esquecimento.

Como se constitui a memória e a consciência no pensamento de Paul Ricouer e de que modo estas categorias apresentam uma proposta ética e fenomenológica? Para tanto, um dos objetivos nesse trabalho é investigar a constituição da memória e consciência histórica na obra do pensador francês Paul Ricouer compreendendo o sentido desta filosofia na constituição do sujeito. Em uma Conferência em Budapeste, proferida em Inglês, em 08 de março de 2003 sob o título “Memory, history, oblivion” Paul Ricouer expressou importantes conceitos acerca da Memória, história e esquecimento, onde aborda sobre o seu livro em que o fio condutor é a escrita da história de acordo com a definição lexical da história como historiografia, desse modo ele compreende a memória como fundamento primeiro, depois “a história enquanto ciência humana, e o esquecimento como dimensão da condição histórica de humanos que somos”. Neste sentido versa a memória como condição linear, isto compreende como matriz da história, numa relação que faz com a historiografia.

A abordagem da expressão esquecimento se tornava uma ameaça velada para compreender e entender o sentido da memória, a reminiscência, *anamnesis* dos gregos², numa forma de recuperar o passado, via uma narrativa construindo um elo. Neste sentido aborda uma “hermenêutica da recepção” onde uma leitura da escrita deslocando um ponto de vista do trabalho histórico para a sua recepção. A memória não pode transformar em um simples jogo como “(reapropriação do passado por uma memória que a história instruiu) e muita vez feriu” afirma Ricouer.

Em a relação que faz Aristóteles sobre a memória onde em seu tratado “Da memória e da reminiscência” relaciona como a memória “do passado”, neste sentido segundo Ricouer: (2003):

[...] Que sentido dá essa simples preposição “de”? Este: uma recordação surge ao espírito sob a forma de uma imagem que, espontaneamente, se dá como signo de qualquer coisa diferente, realmente ausente, mas que consideramos como tendo existido no passado. Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, a anterioridade. Para dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma que já não está lá, mas esteve. [...]

A forma como uma preposição pode alterar o conteúdo da história, e ressignificar uma variável de temas profundos, remete a aspectos de um pensamento especulativo, e reflexivo, muitos elementos que são abordados na história da humanidade são interpretados a partir “de” tal prisma de entendimento, muitas vezes uma forma de construir versões reducionistas de fatos e narrativas, pressupondo uma análise que desconstrói o sentido de verdade e razão de ser dos fenômenos ora interpretados, a exemplo mais clássico do Holocausto ou das diversas guerras e suas crises humanitárias produzidas.

O sentimento de nostalgia que pesa no passado de uma humanidade ressentida com sua história reflete o tamanho da “saúde” de instantes de felicidades, ou momentos de muitas realizações e instantes de reencontro felizes, ao definir saúde a poesia compreende como sendo “a ausência da presença” está e não está, no físico e no pensamento. A noção de ausência

² Referência constituída da Deusa Mnemosime: Retratada Mnemosyne, por Dante Gabriel Rossetti, 1828-1882, pintor e poeta inglês. Mnemosine - A memória personificada, filha de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), é uma das seis Titanides. Durante nove noites seguidas Zeus a possuiu na Pieria e dessa união nasceram as nove Musas. Titanides - Seis filhas de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra), chamadas Febe, Mnemosine, Rea, Téia ou Tia, Têmis e Tetis. Musas - As nove filhas de Mnemosine (a Memória) e Zeus. Além de inspirar os poetas e os literatos em geral, os músicos e os dançarinos e mais tarde os astrônomos e os filósofos, elas também cantavam e dançavam nas festas dos Deuses olímpicos, conduzidas pelo próprio Apolo. Na época romana elas ganharam atribuições específicas: Calíope era a musa da poesia épica, Clio da História, Euterpe da música das flautas, Erato da poesia lírica, Terpsícore da dança, Melpomene da tragédia, Talia da comédia, Polímnia dos hinos sagrados e Urânia da astronomia.

tem muitos significados, refere-se à realidade de entidades fictícias, de fantasmas, de sonhos, de utopias, podendo ser ausência do passado e qualquer coisa inteiramente diferente.

Desde Platão e Aristóteles, se refere a memória como presença/ausência, também em termos de lembrança, rememoração ou sempre referindo ao termo “*anamnesis*” e quando essa busca termina chama-se *reconhecimento*. Bergson toma como um dado fenomenológico, e nada pode nos assegurar como presença real da ausência do passado. Mesmo recorrendo ao passado é reconhecido como tendo estado lá. A memória nos dá a certeza que algo passou mesmo estando lembrando do ocorrido. É o reconhecimento um privilégio da memória, nesse sentido a história não abarca. A história pode fornecer dados, construções, mas o reconhecimento sempre existirá no fosso fenomenológico. Segundo Ricouer (2009):

[...] A propósito da história como epistemologia. Não podemos economizar esta etapa na medida em que a recepção da história, como modo de apropriação do passado pela memória constitui o contraponto de toda operação historiográfica. É na possibilidade e pretensão de reduzir a memória a um simples objeto da história entre outros fenômenos culturais que se diferenciam muito claramente as duas abordagens. Essa redução é um dos efeitos mais surpreendentes da inversão dos papéis geradas pela emergência e desenvolvimento da história como ciência humana. [...]

Ao se referir a história e a escrita como meios de sistematização da experiência humana sobre um suporte material, destaca-se que a partir de desenhos, marcas, traços, tijolos, papiros, pergaminhos, material arqueológico, monumentos, vestuários, memórias que se apropriam do passado. Sobre os três fenômenos da história elencados por Ricouer: o papel do testemunho, isto a se referir a historiografia, a investigação documental, é o testemunho, um sentido extenso da memória, só existe testemunho quando existe narrativa, quando alguém na sua individualidade afirma “eu estava lá”, “creiam ou não em mim”, as relações de um testemunho e sua forma de existência, no compromisso de testemunhar de novo, vai afirmando um esclarecer a verdade e trazer a luz até elaborarmos uma confiança na palavra do outro a um registro documental.

A fase explicativa da história onde terá consequência no estágio da leitura, e se configura numa racionalidade e resposta a questão do “porquê?”. Podemos pensar em poupar a arquitetura explicativa da história, buscando falar mais de compreensão do que explicação, essa explicação histórica pode ser variada a escala de um fenômeno. A respeito da “longa duração” de Braudel, em definição de intervalos de tempo no gênero de micro história, praticado pela escola italiana. Podemos agregar a preservação das memórias comunitárias, onde a história está privada da graça do reconhecimento que constitui a memória uma iluminação. Segundo Ricouer (2009):

[...] A história engloba um horizonte de acontecimentos passados mais amplos do que sua memória, cujo alcance é mais reduzido e pode parecer devorado pelo vasto campo do tempo histórico. Além disso, a história pode introduzir comparações que tendem a relativizar a unicidade e o caráter incomparável de memórias dolorosas [...].

A história envolve uma perspectiva de acontecimentos passados mais amplo do que a memória, o alcance é reduzido e pode ser destruído pelo tempo histórico, isto pode afetar as memórias dolorosas a que se refere Ricouer, ao observar que a memória coletiva não está privada de recursos de representação do passado, ainda concorrem com outros textos escritos de ficção, entre eles adaptações de teatros, trabalhos escritos dos historiadores, quadros, fotos, expressões escritas e filmes a exemplo de A Lista de Schindler, filme de Spielberg que retrata ficção sobre uma passagem do holocausto sofrido pelos judeus na Segunda Guerra Mundial.

Os aspectos escritos sobre a categoria memória, como ele se constitui na obra clássica de Paul Ricouer e autores que escrevem acerca do pensamento Ricoueriano. Acompanhar a evolução destes saberes tácitos hoje e como eles veem sendo abordados na academia e nas produções filosóficas nos círculos hermenêuticos e fenomenológicos, bem como nos artigos e produções científicas sobre o pensamento de Paul Ricouer. Com estes objetivos buscamos aprofundar e amadurecer este tema num futuro transformando em um texto mais aplicado e dedicado sobre estes significados.

Compreendemos que Husserl procura ler o objetivo diferente da obra de Descartes, quando aborda a questão do cogito nas revelações de suas memórias, o sujeito ricoueriano se diferencia do “eu” do ego da consciência. Neste artigo o método utilizado foi estudo bibliográfico e comparativo do pensamento de filósofos que foram consultados pelo autor. A ética, a estética e a religião nada podem (valores privados) no âmbito público, só é válido o que possui valor científico. A racionalidade científica é uma dimensão da racionalidade humana. Neste sentido a ética pode ser fundamentada racionalmente, pois a ciência não pode fundamentar se não tem uma racionalidade ética, pois a racionalidade pode ser: instrumental; estratégica; comunicativa numa relação sujeito e objeto.

Quando se refere ao esquecimento não se pode omitir a prática da “amnístia”³ a partir do decreto promulgado em Atenas em 403 a.C., onde recordava os crimes de infelicidades praticados pelos partidos gregos, daí o juramento pronunciado pelos cidadãos “ não recordarei as infelicidades” (*mnesikakein* - contra memória) é uso comum em muitas democracias contemporâneas desse termo esquecimento por imposição onde buscam por diversos motivos a paz social.

Paul Ricouer propõe uma tomada de consciência, sugere uma desmistificação das suas “ilusões”. Esta consciência e inconsciência, o que existe é um ela que se completa, onde o que deve ser percebido é a consciência que não representa a realidade que podemos conhecer. Em síntese Ricouer, elimina a ideia de consciência e recupera o seu sentido numa hermenêutica em Freud no seu aporte o lugar da falsidade do cogito, do primeiro raciocínio ou de forma clara a consciência pretende contra-si si a si própria desde o começo.

O Sujeito se faz diferente do “eu”, do ego, de consciência, é o si reflexivo de todas as pessoas. Já com relação ao conceito de identidade se torna pragmática e surge a pergunta: Quem sou eu? O ela não é mais uma coisa pensante, mas um sujeito imerso na temporalidade como afirma Ricouer (2004 p. 145):

[...] Na expressão “eu digo que” o “eu” não figura como um termo lexical do sistema da língua, mas como uma expressão auto referencial pela qual se designa a si mesmo esse que, falando, emprega o pronome pessoal na primeira pessoa do singular dessa forma, ele é usual o si mesmo compreende o contexto de uso [...].

A configuração dada ao corpo na sociedade contemporânea permeada de sentidos e significados de dupla significação, o corpo pode representar apenas uma aparência ou uma leitura de expressão artística, cultural, sexual ou de cunho capitalista.

Avançamos muito na reflexão sobre o empoderamento social, os aspectos da comunicação. Podemos hoje vislumbrar um mundo sem fronteiras pela rede mundial de

³ Cuando oímos hablar de amnistía no solemos relacionar la palabra con amnesia, que conocemos bien y cuyo significado no se nos escapa. Mneia (Mnéia) es la palabra que da origen a todas las relacionadas con la memoria. Significa recuerdo, memoria. Amnhstia (amnestía; pronunciación moderna, amnistía) es un término que conocían ya los griegos y que empleaban en su valor político. Significaba "olvido", "perdón". Mnhmosunh (Mnemosýne), el nombre de la madre de las Musas, significa "memoria", "recuerdo". El verbo mimnhskw (mimnésko), que significa "recordar", tiene su origen en mimnw (mímno), que dará lugar al latín "manere" y que significa quedarse en el mismo sitio, durar, perseverar (la desinencia -esco, igual que en latín, le añade el aspecto durativo).

computadores, onde o ser humano hiperconectado⁴, pode intervir de forma virtual, falar de forma virtual, fazer sexo, produzir, criar, sobretudo conviver e até mesmo se relacionar, porém não pode esquecer a importância que ainda exerce a literatura e a cultura geral na formação intelectual da humanidade. Segundo Benjamin: (1994, p.06)

[...] O romance, cujos primórdios remontam à Antiguidade, precisou de centenas de anos para encontrar, na burguesia ascendente, os elementos favoráveis a seu florescimento. Quando esses elementos surgiram, a narrativa começou pouco a pouco a tornar-se arcaica; sem dúvida, ela se apropriou de múltiplas formas, do novo conteúdo, mas não foi determinada verdadeiramente por ele. Por outro lado, verificamos que com a consolidação da burguesia – da qual a imprensa, no alto capitalismo, é um dos instrumentos mais importantes – destacou-se uma forma de comunicação que, por mais antigas que fossem suas origens, nunca havia influenciado decisivamente a forma épica. Agora ela exerce essa influência. Ela é tão estranha à narrativa como o romance, mas é mais ameaçadora e, de resto, provoca uma crise no próprio romance. Essa nova forma de comunicação⁵ é a informação. [...]

Demonstrando numa de suas obras, o Narrador, afirma a importância da comunicação e informação na formação de um pensamento ou opinião social. Aonde um grande esforço chega a ser empreendido para a compreensão da realidade e conscientização das pessoas sobre a sua própria realidade e o desprezo pela leitura. Segundo Sartre (1997, p. 389) “O Corpo é o instrumento que sou, é minha facticidade de Ser “no-meio-do-mundo” enquanto transcendendo rumo ao meu ser-no-mundo”. Esta representação configura uma identidade onde o corpo passa a definir a consciência-corpo.

Na Fenomenologia, como se tem repetido, “consciência é sempre consciência de algo”⁶. Consciência pode ser traduzida como corpo, às reações produzidas pelo corpo, a dor, o prazer, o desejo são manifestações do ato de consciência. Neste sentido podemos presumir, portanto, que o sujeito, ao lançar-se no mundo, *espanta-se*, de modo que o ato consciente se embasa na experiência cotidiana. Segundo Sartre (1997 p. 397): “O que é gosto de si para o outro, converte-se para mim em carne do outro. A carne é contingência pura da presença. (Saudade)... O corpo do outro é dado imediatamente a nós como aquilo que o outro é.”

Compreende, portanto que o processo de significação não se dá em mundo mecânico e inerte; o mesmo se processa através de uma relação *noética*⁷, onde o mundo, que se doa à

⁴ Referência do Dr. Wilson Mattos

⁵ O termo utilizado no original é *Mitteilung*, referente ao conceito kantiano de **comunicabilidade** [*Mitteilung*] (CAYGILL, H. Dicionário Kant, p. 60-61) A comunicabilidade é um conceito central na antropologia e filosofia da história de Kant, assim como em sua exposição sobre o juízo estético do gosto. Em *Conjunturas sobre o início da história humana*, ele descreve o "desejo irrefreável de comunicar", do primeiro homem, expresso em sons que tinham a intenção de "anunciar sua existência a criaturas vivas que lhe são estranhas" [...]. Em *Crítica da faculdade do juízo*, descreve o fim da história em função do refinamento dessa capacidade: "Finalmente, quando a civilização atingir o seu apogeu, ela fará desse trabalho de comunicação quase a principal tarefa da mais refinada inclinação, e só se atribuirá às sensações todo o seu valor à medida que possam comunicar-se universalmente." Esse estado de comunicação pura é previsto na atividade reflexiva do *sensus communis*, o qual abstrai do conteúdo de um juízo para somente prestar atenção à sua comunicabilidade formal. Isso está fundamentado, mas também fundamenta, a relação de imaginação e entendimento "sem a mediação de um conceito", o que é próprio do juízo estético do gosto. Kant sugere também que o interesse na comunicabilidade pode explicar por que se considera que os juízos de gosto envolvem "uma espécie de dever" que não é baseado, porém, na lei moral. Os comentários de Kant sobre comunicabilidade tomaram-se cada vez mais importantes para a filosofia do século XX. Inspiraram as tentativas de Arendt e Lyotard de aplicar o modelo kantiano de juízo reflexivo à política e à arte, assim como as tentativas de Habermas para estabelecer uma ética comunicativa na base de uma teoria comunicativa de ação (Habermas, 1981). Nos termos da exegese de Kant, eles apontam para uma dimensão de intersubjetividade que corrobora as mais austeras explicações do juízo teórico e prático propostas nas primeiras duas críticas.

⁶ Segundo Hegel

⁷ En filosofía, el término noética se refiere a todo lo que tiene que ver con el pensamiento, especialmente, el objetivo e inteligible. Se usa, habitualmente, en relación con Aristóteles, cuya noética sería su doctrina de la inteligencia (del intelecto, del entendimiento). La palabra proviene del verbo griego *noeo* (infinitivo, *noein*; el sustantivo sería *nous*), que significa "ver

consciência do sujeito como objeto, ao mesmo tempo o interpela a interpretá-lo, seguindo uma escolha intencional e intersubjetiva. Segundo Husserl, *apud* Ziles (1994, p. 127) onde ele afirma: [...] Assim, a fenomenologia deve ser a ciência dos fundamentos e das raízes, ou seja, uma ciência radical, uma ciência dos fundamentos originários... O impulso de investigação das coisas e dos problemas. [...].

A experiência do conhecimento para Platão constitui no sentido da produção e esta relação com a “poiesis”⁸, tem construído na escola uma discussão que reflete no corpo. Na ótica fenomenológica, o educador não é um mero especialista; antes disso, é um ser humano lançado no mundo frente às possibilidades de definição deste: é um *dasein*⁹. Ser na busca de esclarecimento, em seu sentido ontológico, sobre si a partir das relações tensivas (e conflitivas) com o outro. Da relação ser-mundo, o ser-*ai*, o *Dasein* Heideggeriano, brota outra de natureza triádica, ser-mundo-conhecimento. Conhecimento que em francês significa *connaissance*, ou seja, nascimento do Ser. Onde o Ser levanta e mostra-se ao pensamento. O pensamento faz com que o ser se conheça e se presentifique. O conhecimento aqui é descrito não a partir da visão metafísica produtora do sujeito que conhece ou sujeito consciente. No sentido ontológico heideggeriano, o conceito de ser no vazio e abstrato, resultado da lógica formal escolástica, deve ser repensado. Em seu lugar, a partir do método fenomenológico, o ser se dá a conhecer imediatamente, na e pela experiência. Superar essa visão é assumir o sentido do ser enquanto perspectiva ontológica da presença. O ser, ontologicamente pensado, coincide com presença, não com sujeito consciente, bem como o sentido de mundo difere do sentido de objeto. Essa relação costurada entre sujeito, objeto e conhecimento, que se apresenta pela metafísica, dificulta nossa compreensão do ser no sentido de corpo e consciência no mundo, mas não na Fenomenologia. Não deve existir corte no processo de conhecimento. Segundo Heidegger (2002, p. 98):

[...] Se o for-no-mundo é uma constituição fundamental da presença em que ela se move não apenas em geral, mas, sobretudo, no modo da cotidianidade, então a presença já deve ter sido sempre experimentada onticamente. Incompreensível seria uma ondulação total, porque a presença dispõe de uma compreensão ontológica de si mesma, por mais indeterminada que seja, e logo que o ‘fenômeno do conhecimento do mundo’ se apreende em si mesmo, sempre recai numa interpretação formal e ‘externa’. Um índice disso é a suposição, hoje tão corrente, do conhecimento como uma ‘relação de sujeito e objeto’, tão ‘verdadeira’ quando vã. Sujeito e objeto, porém, não coincidem com presença e mundo [...].

Seria o mesmo que afirmar que entre presença e mundo há um acordo irmanado e é a partir desse acordo que a deveria se constituir também na humanidade escola, família, lugar da produção. Ou seja, pensar a partir do seu próprio ser situada na dinâmica do mundo, a educação do corpo como afirmava Anísio Teixeira precisa ser considerado. À medida que eu conheço meu corpo como consciência do mundo, eu me conheço.

Neste contexto, o mundo é um grande livro que precisa ser hermeneuticamente apreendido: é um discurso a escola não pode ser vista *apenas* sob o ponto de vista da instituição, pois esta visão se orienta formalmente por princípios conceituais fechados, sem diferentes possibilidades a serem construídas.

Uma representação de Escola reflete no modo em que a contemporaneidade reserva ao espaço de educar pessoas, onde elas apreendem de forma existencialista a interpretar o mundo. É

discerniendo”, de donde se deriva “pensar”. Entre los filósofos griegos, era frecuente utilizar el verbo con un significado próximo a “intuir”, en el sentido de ver inteligible o ver pensante: aquello objeto de noein es aprehendido directa e infaliblemente tal cual es.

⁸ “Significa a atividade de criar ou de fazer; produção artística.” (Dagobert D. Runes, Dicionário de Filosofia, Lisboa, Editorial Presença, 1990.)

⁹ “Ser ai” segundo Heidegger.

existência quando buscamos compreender o homem a partir de suas vivências é o mundo vivido onde este homem traz suas experiências. É educação, é fenômeno cultural, a partir das trocas que são compartilhadas, é nas vivências que o homem constrói novos conhecimentos (o conhecer depende do mundo cultural e de suas interpretações), o currículo é construído baseado nestas experiências de mundo.

Podemos afirmar que: É percepção - É a maneira que percebo e compreendo os fenômenos, (tudo que acontece). Todas as experiências de vida são construídas na fenomenologia. Para Descartes: “a alma é mais fácil de conhecer do que o corpo”, isto representa uma afirmação de um período onde a filosofia pouco tinha explorado o sentido psicológico das funções do corpo e suas reações humanas frente aos diversos desafios. Esta representa, aborda Sartre (1997) que: “SER, para a realidade humana, é ser-aí; ou seja, “ai sentado na cadeira” aí no alto desta montanha” com tal dimensão, tal direção, etc. É uma necessidade ONTOLÓGICA”. (391-392).

Eu vivo meu corpo em perigo, tanto face aos aparatos destruidores quanto face aos instrumentos dóceis. Meu corpo está por toda parte, a bomba que destrói a minha casa atinge meu corpo. (zero Menino...). Na medida em que a casa era uma indicação de meu corpo. Consciência nada mais é do que corpo, o resto é nada e silêncio. Portanto, os sentidos são contemporâneos dos objetos: são inclusive as próprias coisas em pessoa, tais como a nós se revelam em perspectiva. Cada utensílio remete a outro utensílio: Aqueles que são suas chaves e àqueles dos quais é a chave. O espaço original que a mim se desvela é espaço hadológico. A consciência do corpo é comparável a consciência do signo. O signo, além disso, é um aspecto do corpo, uma das estruturas essenciais do corpo. Ora, a consciência do signo existe, senão não poderíamos compreender a significação.

Ao fazer referências a Foucault, onde o seu discurso revela a inconsistência fundamental da fenomenologia husserliana por não ser capaz de analisar objetivamente as imagens e a imaginação, Binswanger permanece quando da essência de doença mental e personalidade, na visão sobre a consciência e o universo patológico do doente mental. Segundo Nalli (2006, p. 33),

[...] tem significação e que é a partir delas, como indicado, que os índices se sustentam no âmbito do sentido do analista – como, por exemplo, as reações corpóreas que acompanham um discurso qualquer (como as manifestações de raiva, alegria, carinho, tristeza e outras) –, deve-se admitir que seja necessária a presença da expressão verbal como condição objetiva de significação – e, desse modo, considerar fenomenologicamente o sonho é considerá-lo enquanto significação e, portanto como linguagem. [...]

Podemos citar como exemplo: quando alguém reclama de dores no estômago, esta pessoa pode fazer um chá de boldo que era receita usada pelas avós, sem conhecer o princípio ativo das folhas. Quando atravessamos uma rua nós não estamos com uma calculadora, mas estimamos a distância e a velocidade dos carros que vêm em nossa direção, toda esta observação é uma preservação do corpo, uma superproteção do corpo, até mesmo a prostituta preserva o seu corpo, quando ela cuida dele como uma fonte de renda ou sobrevivência, na nossa condição moral afirmamos ser uma estupidez o que ela faz com o corpo, quando poderá ela ter outra interpretação, por exemplo: ao se perguntar: por que não devo fazer? Para deixar meu corpo morrer mais rápido?

A relação de memória que fatiadas elos acontecimentos permeia a vida das pessoas dando-lhes sentidos de existência e identidade, como afirma Guarinello (1995, p. 187):

[...] Memória, em primeiro lugar, é algo que não está em lugar algum, porque ocupa e preenche todos os lugares. É um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevive no presente, condição mesma do tempo presente. É a trama dos vestígios, oriundos de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura mesma daquilo que existe, como cristalização e permanência do que não morreu, daquilo que nos liga aos mortos na medida em que sobrevive no presente [...].

Segundo Reale e Antiseri (2003, p. 947 III) ele faz uma referência a Ricouer sobre uma definição de história e uma contestação a Lévi-Strauss:

[...] Para Paul Ricouer, o estruturalismo de Lévi-Strauss se configura desse modo como um Kantismo sem sujeito transcendental: há um inconsciente (de tipo Kantiano e não freudiano) formado de categorias, que se constituiria a matriz de todas as outras estruturas. Com base nisso, pode-se compreender também a polêmica anti-historicista de Lévi-Strauss: a história não tem nenhum sentido, nela não existe um fim, nem se desenvolve de modo contínuo e progressivo; o que opera nela são estruturas inconscientes e não homens, com seus fins declarados e seus objetivos claros, os quais são apenas aparências. Tampouco existe uma lei de progresso a guiar a história humana em sua globalidade: cada “zona de história” tem “sequência própria” e com a “codificação diferencial do antes e do depois” [...].

A história humana é vivenciada pelos acontecimentos da humanidade, impermeada de signos e significados, é uma memória que caminha lado a lado a história feita por seres humanos e suas ações concretas. Memória não é algo fantasmagórico para Paul Ricouer, mas algo que pode ser remetido ou “se fazer remeter” como algo que está preso na consciência humana, ou na mente humana.

Concluindo o sentido de “*ars memoriae*” (em latim arte da memória), como um referencial do passado. Este passado expresso como ausente no presente. Podemos assim definir a saudade como ausência da presença. Sempre recorremos a memória como algo que fizemos e ficam registrados na memória, sempre que precisamos recorremos a estes dados no sentido de recorrermos ao passado e esclarecer a dúvida do presente. A representação do presente para Husserl, que cita Henri Bergson”... não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

O Sentido de “*appartenance*”¹⁰ é uma relação englobante entre o sujeito e objeto, bem como o de “*distanciation*”¹¹. Neste sentido como afirma Ricouer em *A Escola Fenomenologia*: “As pessoas devem ser respeitadas por que tem valor e não preço”.

Por fim o lugar do esquecimento no que diz respeito a memória e a história passa a sintonia de dever de memória, o que significa expressar um dever de não esquecer, pois o esquecimento é um tema em si mesmo. “É dever da memória, é uma reivindicação de uma história criminosa, feita pelas vítimas; a sua derradeira justificação é esse apelo à justiça que devemos às vítimas”.

¹⁰ Pertencimento em francês.

¹¹ Distanciação em francês.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ANTISERI, Dante, REALE, Giovanni. **História da Filosofia Vol III**, São Paulo: Paulus, 2003.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo, Nova Cultural. 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: **NBR 15287**: informação e documentação - Projeto de Pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e técnica, arte e política: **ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221 (Escrito em 1936 sob o título Der Erzähler: Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows). Notas: Oldimar Cardoso e José Sérgio Fonseca de Carvalho, 1994.
- BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **A Memória Cúmplice**. São Paulo: Editor Cone Sul. 1998.
- DESCARTES, René. **O discurso do método e outros temas**. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril cultural, 1973.
- _____. **Primeira filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, RJ. pp. 405, 1990.
- MORENTE, M. Garcia. **Fundamentos de filosofia, lições preliminares**. São Paulo: Mestre Jou, 1966.
- MAFRA, José Johnny. **Ler e tomar notas**. Belo Horizonte: Editora PUC MG, 1996.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Merleau-Ponty na Sorbonne**: Resumo de Cursos: 1949-1952. Trad. Constança Marcondes Cesar, Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1990.
- NALLI, Marcos. **Foucault e a Fenomenologia**. São Paulo: Loyola, 2006.
- PLATÃO. A república. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural. 1987
Pensadores (Coleção). São Paulo: Nova Cultural, 1987
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In Estudos Históricas. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1998.
- _____. (Coleção Os pensadores). Tradução de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

_____. Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 03, 1989.

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Editora Gradeava, 1998.

RICOUER, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas.: Unicamp.2010.

_____. **Educación y Política**. Buenos Aires: Docência. 1994.

_____. **Caminos Del reconocimiento**. Ciudad de México: EFE 2003.

_____. **Finitud y culpabilidad**. Madrid: Trota 2004.

_____. **Historia Y Verdad**. Madrid: Encuentro.1990.

_____. **Tempo y narración III**.Madrid: Siculo Vente uno.1985.

_____. **Amor y justicia**. Madrid: Carparós. 2000.

_____. **Conferência Memória, história , esquecimento**. Budapeste. Artigo 8/3/2009.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Tradução: Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.

SARTRE, Jean Paul. Os **pensadores**. São Paulo, Nova Cultural. 1997.

_____. **O Ser e o Nada**. Vozes.Petrópolis.1997.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

Sobre a Revista Escritos

A Revista de Ciências Humanas – *Escritos* – publica trabalhos técnicos, culturais, científicos-acadêmicos, na área das Ciências Humanas, desde que atendam aos objetivos da instituição Mantenedora (Congregação dos Oblatos de São José).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO / PUBLISHING GUIDELINES

Os artigos devem tratar temas relacionados com o universo teórico das Ciências Humanas. Exceções serão avaliadas, desde que respondendo, ainda que parcialmente, a artigos anteriormente publicados pela revista *Escritos* da Faculdade Padre João Bagozzi.

Os artigos não devem exceder 7.000 palavras. Devem ser apresentados em formato eletrônico, compostos preferencialmente em *Microsoft Word*, com fonte *Times New Roman 12* e espaçamento simples entre parágrafos.

Publishing Guidelines

Articles should be presented electronically, need not be in Portuguese, should not exceed 7.000 words, and should start with an Abstract not exceeding 1.000 characters. MLA style, Microsoft Word, Times New Roman 12 and simple line spacing are preferred.

A ABNT é a referência normativa para artigos redigidos em português, e MLA (*Modern Languages Association*) para publicações em outras línguas.

Resumos em língua vernácula e estrangeira são obrigatórios.

Citações devem seguir o padrão autor-data.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a Revista não se responsabilizará pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

A submissão de artigos para publicação implica na cessão dos direitos autorais, sem ônus para a Revista de Ciências Humanas – *Escritos*.

O autor receberá, como direito autoral, três exemplares do respectivo fascículo. Os originais enviados para a Revista *Escritos* – Revista de Ciências Humanas através do endereço eletrônico: escritos@faculdadebagozzi.edu.br, não serão devolvidos.



faculdade
BAGOZZI

(41) 3521 2727

www.faculdadebagozzi.edu.br
R. Caetano Marchesini, 952 - Portão